

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

POLÍCIA FEMININA: CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS NA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

Autora: Kamila Thais da Silva Figueira

Brasília, 18 de agosto 2017.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

POLÍCIA FEMININA: CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS NA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

Autora: Kamila Thais da Silva Figueira

Dissertação apresentada ao
Departamento de Sociologia da
Universidade de Brasília/UnB
como parte dos requisitos para
obtenção do título de Mestre.

Brasília, 18 de agosto 2017.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**POLÍCIA FEMININA: CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS NA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**

Autora: Kamila Thais da Silva Figueira

Orientadora: Doutora Maria Stela Grossi Porto (SOL/UnB)

Banca: Profa. Doutora Maria Stela Grossi Porto (SOL/UnB)
Profa. Doutora Lourdes Maria Bandeira (SOL/UnB)
Profa. Doutora Marlene Teixeira Rodrigues
(SER/UnB)

AGRADECIMENTOS

Escrever, escrever, escrever. Em um determinado momento desse percurso, tudo o que se passava na minha cabeça era que eu precisava escrever. Eu acordava e dormia com essa preocupação: “eu preciso terminar, eu preciso escrever...”. Em resumo, esse percurso foi como uma corrida de cem metros. Muito para escrever, mas pouquíssimo tempo útil para isso. Foi um processo que precisei administrar com a vida de professora de ensino médio, de mãe, de esposa... Por outro lado, também carrego muita gratidão por todo apoio e compreensão que recebi de familiares e amigas/os. Tenha certeza de que essa caminhada seria ainda mais difícil sem a ajuda, direta ou indireta, de muitas pessoas.

Assim, quero agradecer profundamente:

Ao meu melhor amigo, ao meu companheiro, ao meu amor: Leonardo. Obrigada pela sua paciência, compreensão, atenção e presença. Você foi essencial nessa caminhada. Obrigada por, tantas vezes, ter razão e não discutir. Obrigada por decidir abdicar de tantas coisas para que eu chegasse até aqui. Esses dois anos e meio foram construídos também de inúmeras situações nas quais você cedeu e abriu mão de suas vontades e prazeres para o meu bem estar, para minha produtividade, para a realização do meu sonho. Obrigada por tudo, meu amor. Te amo muito;

Ao meu filho amado, João Gabriel, que com sua doçura e leveza, me fortaleceu e motivou das mais diversas formas durante o árduo processo da escrita... Nunca vou me esquecer do dia em que, depois de me ver chorando de ansiedade, você olhou para mim e disse: "Calma, mãe. Não fica assim. Não precisa. Queria saber sociologia pra eu te ajudar". Obrigada por esse filho lindo e sensível que você vem se tonando, João. Te amo infinito;

À minha amada mãe. Obrigada, Neusa Figueira, por tudo. Você foi, mais uma vez, essencial na realização do meu sonho de virar mestra. Você que, além de ser uma mãe sempre presente e disposta a ajudar, é também uma avó maravilhosa. Quantas vezes, deixou sua casa, sua vida, para vir nos socorrer e nos dar colo. Te amo muito, mãezinha. Também devo agradecer a enorme compreensão do meu querido Robson Souza. Obrigada por todo apoio, meu querido. Sou muito grata por tê-los em minha vida;

Aos meus familiares e parentes que sempre me nutriram com muito amor, carinho e compreensão. Gratidão, Cacia, Lara, Isabel, Antônio, minha família linda que está sempre

a me ensinar a beleza da vida em meio às adversidades. Obrigada Cimar e Vicente, pela compreensão com minhas ausências nos diversos encontros, almoços e comemorações da família. Meus sogros amados, obrigada também por sempre me motivar e me lembrar a importância de celebrar a vida. Muita gratidão também a toda família Blandim: dona Rosa, seu Francisco, Adriana, Valente e Alexandre. Em especial, minha gratidão à dona Rosa, mãe-vó que a vida me deu, obrigada pelo apoio incondicional e também pelas inúmeras conversas que tanto me tranquilizaram. Meus amados familiares, cada um de vocês contribuíram para que essa caminhada se tornasse mais leve;

À minha querida orientadora, professora Stela, que sempre se mostrou muito solícita e atenciosa. Obrigada, professora, por toda sua dedicação e paciência. Esta dissertação, em grande parte, só foi possível porque, a senhora se mostrou sempre muito sensível às dificuldades de se cursar o mestrado trabalhando. Sou muito grata por sua compreensão. Obrigada também por todas as provocações sociológicas. Foi um prazer enorme poder trabalhar com essa grande intelectual que a senhora é;

Às/Aos demais professores/as do Departamento de Sociologia da UnB, em especial, à professora Lourdes Bandeira, à professora Tânia Mara, à professora Haydée Caruso e ao Professor Arthur Trindade. Caras/os professoras/es, tenho muita admiração por vocês. Também sou muito grata ao apoio do pessoal da secretaria da Pós-Graduação. Obrigada, Paula (que muito me ajudou, mas infelizmente não está mais no departamento), Renatinha, Patrícia e Gabriela, vocês são sensacionais;

À minha orientadora de monografia professora Astrid Kuchemann, assim como à professora Marlene Teixeira, por sempre acreditarem no meu potencial e confiarem no meu trabalho. Queridas professoras, vocês são minha primeira referência dentro da Academia. Muito obrigada por tudo;

À toda equipe de pesquisa do Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança (Nevis/Unb) com quem tive a oportunidade de compartilhar conhecimento, alegrias e dificuldades. Thais, Gabi, Cláudio, Rodrigo, Welliton e Edi, muito obrigada pelo aprendizado em conjunto. Sou fã de cada um/a de vocês;

À estimada Anna Cristina com quem tenho a felicidade de aprender sobre as belezas da vida. Obrigada por me lembrar sempre que o afeto deve vir antes de tudo. Gratidão

eterna pelo seu incansável apoio e por todas as conversas nas quais minhas dificuldades foram acolhidas e toda minha pessoa respeitada;

Às minhas queridas amigas e amigos, em especial, Anna Júlia, Anna Paula, Francileide, Rafaela, Rachel, Paulo Henrique, Adriana, Luana, Márcio Henrique, Paulinha, Natália, Verônica, Gabriela, Heloísa, Clarice e Amanda, pelo enorme carinho e torcida. Gratidão por compreenderem a minha necessidade de se afastar por longos meses e também pelas diversas demonstrações de amizade, sobretudo em momentos difíceis;

À equipe de sociologia e filosofia do Centro Educacional Leonardo da Vinci que também acompanhou as angústias e as felicidades dessa caminhada. Obrigada Norberto, André, Bruno, Agailma, Sidney, Neimar e Anna Paula, colegas e amigas/os de trabalho, por todo incentivo, apoio e confiança. Sou especialmente grata ao professor Sérgio Brum que foi muito sensível aos meus pedidos de liberação, ao longo do mestrado, para participar dos seminários da Pós-Graduação e do 11º Seminário Internacional Fazendo Gênero, em Florianópolis. Não posso deixar de agradecer às minhas alunas e aos meus alunos que tanto me motivaram. Como um aluno muito querido me disse uma vez: “Dias de luta e dias de glória! Você vai conseguir, professora.” Sou muito grata a todas as demonstrações de afeto que recebi de vocês, amoras e amores das minhas manhãs;

Aos entrevistadas/os, mulheres e homens policiais, que contribuíram disponibilizando de seu tempo para a pesquisa “Identidade profissional e práticas policiais”, realizada pela equipe Nevis, cujos dados foram essenciais para a elaboração dessa dissertação;

Por fim, agradeço aos membros da banca por terem aceitado o convite para avaliar este trabalho e pelas considerações apresentadas.

RESUMO

O principal objetivo da pesquisa foi a análise do processo de construção da identidade das policiais militares femininas do Distrito Federal, a partir do exame das representações sociais sobre o papel, as funções e o lugar dessas profissionais na instituição. Dessa forma, a pesquisa se concentrou na problemática: “Como as mulheres da polícia militar do Distrito Federal constroem sua identidade profissional?”. Para isso, utilizou-se da Teoria das Representações Sociais como abordagem teórico-metodológica, o que permitiu captar os sentidos e os significados dados pelas policiais ao seu próprio trabalho, ao seu papel, a sua função na instituição e às situações específicas que vivenciam pelo fato de serem mulheres em uma instituição que é masculina por excelência. O conjunto de representações sociais compartilhado e reproduzido entre mulheres e homens policiais em relação às policiais femininas e ao trabalho dessas profissionais, forma crenças, estereótipos, preconceitos que, por sua vez, podem direcionar práticas policiais. Por isso, a presente proposta de pesquisa pode contribuir para ampliar a compreensão dos desafios do trabalho policial. Sabe-se que a construção social da identidade é um processo elaborado a partir do olhar do outro. Por isso, também foram identificadas e analisadas as representações sociais que os policiais têm em relação à presença e ao trabalho das mulheres na polícia militar. Se identificou que a construção identitária da policial feminina permanece informada pela construção da identidade policial masculina baseada em valores como “heroísmo”, “força”, “coragem”, “bravura”, “virilidade”, etc. Os processos que buscam uma identidade policial feminina válida e aceita são permeados por estereótipos de gênero fundados no senso comum. Esses estereótipos foram utilizados ora para enaltecer a presença e função feminina na polícia, ora para inferiorizar ou deslegitimar essa presença e função. Assim, verificou-se um caráter ambíguo presente tanto nas representações sociais de homens e mulheres policiais como no processo de construção identitário das mulheres na polícia militar do Distrito Federal.

Palavras-chave: Polícia, Identidade, Mulheres e Representações Sociais.

ABSTRACT

The main objective of the research was the analysis of the process of construction of the identity of the female military police of the Federal District, based on the examination of the social representations about the role, functions and place of these professionals in the institution. Thus, the research focused on the problematic: "How do the women of the Federal District military police build their professional identity?" For that, the Theory of Social Representations was used as a theoretical-methodological approach, which allowed to capture the senses and the meanings given by the police to their own work, their role, their function in the institution and the specific situations that they experience through women in an institution that is masculine par excellence. The set of social representations shared and reproduced by police officers forms beliefs, stereotypes. Therefore, this research proposal can contribute to broadening the understanding of the challenges of police work. The social construction of identity is a process elaborated from the perspective of the other. The identity construction of the female police officer is informed by the construction of the male police identity based on values such as "heroism", "strength", "courage", "bravery", "virility", etc. The processes that seek valid and accepted female police identity are permeated by gender stereotypes based on common sense. These stereotypes were used to enhance the female presence and function in the police, sometimes to downgrade or delegitimize this presence and function. Thus, there was an ambiguous character present both in the social representations of police officers and in the process of identity construction of women in the military police of the Federal District.

Key words: Police, Identity, Women and Social Representations.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
1. Contexto Empírico.....	13
1.1. A Polícia Militar do Distrito Federal: um breve histórico.....	13
1.2. Policiais femininas na PMDF.....	15
1.3. A pesquisa Nevis.....	16
2. Contexto Teórico-Methodológico.....	20
2.1. Teoria das Representações Sociais.....	20
2.1.1. Representações sociais como instrumento metodológico.....	25
2.2. O que é a Polícia?	28
2.2.1. Polícia e o uso da força.....	28
2.2.2. Trabalho Policial: O que faz a polícia?	33
2.2.3. Poder Discricionário presente na experiência cotidiana.....	38
2.3. “Ser policial”: a construção de uma identidade, de um <i>habitus</i> e a comunicação de um papel.....	45
2.3.1. Identidade Social e Identidade Profissional.....	45
2.3.2. O <i>Habitus</i> policial e a marca da diferença.....	50
2.3.3. Ser policial: o peso da farda e a cobrança social.....	57
2.4. Identificar-se é preciso!	62
2.4.1. O militarismo.....	63
2.4.2. O uso da farda e o verdadeiro trabalho policial.....	66
3. Mulheres na Polícia Militar.....	72
3.1. A primeira Polícia Feminina do Brasil e suas práticas específicas.....	75
3.2. A entrada de mulheres na polícia militar do Distrito Federal.....	79
3.2.1. A CPFEM e o primeiro curso de formação.....	82
3.2.2. Os cursos mistos e o início dos conflitos diretos.....	86
3.3. As representações sociais sobre o papel e o trabalho da polícia feminina.....	91
3.3.1. A essencialização do feminino na PMDF.....	91

3.3.2. “Aqui ninguém tem sexo”: o discurso de igualdade entre homens e mulheres na PMDF.....	102
Considerações finais.....	111
Bibliografia.....	118
Anexos.....	123

INTRODUÇÃO

No dia 19 de outubro de 2012, foi nomeada, no Distrito Federal, a primeira policial feminina do país para comandar uma tropa de choque da polícia militar. Segundo a reportagem do site de notícias G1, intitulada “Primeira mulher a comandar tropa de elite venceu Bope 'sem pedir para sair’”¹, a oficial “com unhas pintadas de vermelho e longos cabelos pretos presos em um rabo de cavalo” afirmou que sua chegada ao comando “mostra que uma mulher pode qualquer coisa, basta querer, ter preparo psicológico e persistência”. A reportagem apresenta a imagem da oficial como uma mulher que teve “seus cabelos raspados”, que passou “cinco meses com um grupo de homens na mata”, que “rastejou na lama”, mas que não deixou sua “feminilidade de lado”, pois, fora do quartel, “usa vestido, salta alto e maquiagem”. Dessa forma, a reportagem retrata a imagem da policial feminina a partir de características consideradas tanto do mundo masculino como características ditas do mundo feminino.

Desde a sua entrada na instituição policial², as mulheres são representadas de distintas formas pela mídia e pela sociedade em geral. No entanto, os principais objetivos dessa pesquisa foram ampliar a compreensão sobre como as policiais femininas são representadas por seu colegas e, principalmente, como elas se identificam e se percebem em uma corporação majoritariamente masculina. Essas duas inquietações motivaram a escolha pelo tema: “mulheres na polícia”.

Assim, a partir dos discursos de mulheres e homens de distintas patentes da polícia militar do Distrito Federal, a pesquisa pretendeu, sobretudo, compreender os sentidos e

¹ Reportagem do *site* G1: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2012/11/primeira-mulher-comandar-tropa-de-elite-venceu-bope-sem-pedir-para-sair.html>

² A literatura que discute a presença feminina nas organizações policiais do Brasil aponta, como marco histórico, a criação de um Corpo Feminino na Guarda Civil do Estado de São Paulo, em 1955 (Calazans, 2003, 2004, 2005; Moreira, 2011; Musumeci; Soares, 2004; Soares; Musumeci, 2005; Souza, 2014). Esse grupo, composto por treze mulheres, foi incorporado aos quadros da polícia militar, somente em 1977, quando se iniciou a regulamentação da participação de mulheres nessa instituição por meio de uma Portaria do Estado-Maior do Exército (Fachinetto et al., 2015). Surgia dessa forma a primeira polícia feminina do Brasil. A entrada das mulheres na polícia de São Paulo inaugura uma nova realidade social; esta que, todavia, só se estende para o resto do país nos anos de 1980. A inserção das mulheres nas demais instituições da polícia militar do país ocorreu, de forma sistemática, em um momento de abertura política e de redemocratização do país. No Distrito Federal, por exemplo, a entrada das mulheres na Polícia militar aconteceu a partir do ano de 1983 (Senasp, 2013a).

significados atribuídos ao “ser mulher” nessa instituição. Para isso, o trabalho foi organizado em três capítulos. No primeiro, intitulado “Contexto empírico”, foi destacado: um breve histórico sobre a PMDF e a descrição do contexto empírico da pesquisa.

No segundo, intitulado “Contexto Teórico e Metodológico”, primeiramente, se explicou a abordagem teórico-metodológica da Teoria das Representações Sociais (Jodelet, 2001; Moscovici, 2007; Porto, 2010). Essa abordagem foi utilizada como um recurso para apreender os sentidos e significados atribuídos ao papel e à função da policial feminina. Todavia, para refletir sobre a presença das mulheres policiais pelo viés das representações sociais foi necessário também identificar e analisar os significados, os sentidos, os valores e as crenças que direcionam as práticas policiais. Assim, com objetivo de ampliar a compressão do trabalho policial, ainda no segundo capítulo, realizou-se uma reflexão teórica, com base nos estudos de Bayley (2006), Bittner (2003) e Monjardet (2003), sobre o conceito de “polícia” e de “trabalho policial” e também sobre o conceito de “identidade” a partir das obras de Dubar (2005), Goffman (2013), Berger e Luckmann (2014) e Bourdieu (1992, 2007, 2015). Essas teorias foram também utilizadas para analisar as representações sociais de homens e mulheres policiais sobre o “ser policial”. Acredita-se que apreender os conteúdos de sentidos que mulheres e homens policiais emprestam às suas ações pode ser uma forma de se compreender os processos sociais que são fruto das relações sociais efetivadas na instituição policial (Porto, 2009). Consequentemente, a pesquisa também pode ampliar a compreensão dos desafios do trabalho policial.

A revisão de literatura sobre a entrada da mulher nas polícias militares do país foi contemplada no terceiro capítulo. Neste, também se buscou aprofundar a compreensão sobre: 1) A entrada das mulheres na polícia militar do Distrito Federal; 2) As representações sociais dessas profissionais sobre seu trabalho e sua função; e 3) As representações dos homens policiais sobre o trabalho e a função dessas profissionais. A partir dessas representações, buscou-se refletir sobre as identificações atribuídas às policiais femininas, pelo efetivo masculino. E, em que medida, essas mulheres aderem ou rejeitam essas identificações. Assim, foi possível realizar uma reflexão sobre a construção identitária das policiais femininas da polícia militar do Distrito Federal. Após esse capítulo, são apresentadas as considerações finais da pesquisa e a bibliografia utilizada.

A escolha do tema também foi motivada pela minha participação na pesquisa “Identidade profissional e práticas policiais” sob a coordenação da profa. Maria Stela Grossi Porto, como será detalhado no tópico “1.3. A pesquisa Nevis” do primeiro capítulo. Dessa forma, o presente estudo tem como justificativa a continuidade da investigação realizada no Nevis, buscando aprofundar e aperfeiçoar a análise das questões em torno do “ser policial feminina”.

A escolha pela polícia militar, ao invés da polícia civil, ocorreu devido a três fatores: 1) a quantidade do efetivo feminino nessa instituição; 2) a reduzida presença de mulheres em postos de comando; e 3) às principais atividades atribuídas a essas profissionais. Em 2011, enquanto, na PCDF, as mulheres correspondiam a 25,8% do efetivo, na PMDF, elas correspondiam a 6,9% do efetivo (Senasp, 2013b). Atualmente, elas representam 10% do total do efetivo masculino da PMDF. Além disso, não se encontram efetivamente nos postos de comando e de maior *status* e ainda enfrentam outra invisibilidade: grande parte delas exerce as denominadas atividade-meio (Brasil, 2008; Souza, 2014). Dessa forma, a história apresentada pela reportagem citada inicialmente é, na verdade, uma situação extraordinária, e não corriqueira, nas polícias militares do país.

Pode-se dizer também que ainda são poucas as pesquisas brasileiras que tenham se voltado para a análise sobre as mulheres na área da Segurança Pública e, especialmente, nas instituições policiais (Souza, 2014). Por exemplo, em relação aos estudos acadêmicos de *stricto sensu* – dissertações e teses – produzidos na Universidade de Brasília, não há, até o presente momento, nenhuma pesquisa sobre a presença feminina na polícia militar do Distrito Federal. Portanto, ainda que não se trata de uma abordagem específica de gênero, pretendeu-se contribuir com os estudos, no campo das ciências humanas e sociais, que visam uma compreensão sobre a presença e o trabalho das mulheres nessa corporação.

1. Contexto Empírico

1.1. A Polícia Militar do Distrito Federal: um breve histórico

Na segunda metade dos anos 1960, em função da Lei 4.483/64, a Polícia militar do Distrito Federal foi transferida do Rio de Janeiro para Brasília. Esta, todavia, como aponta Barbosa (2016), já havia experimentado outras instituições de policiamento devido às distintas demandas que surgiram com a primeira onda migratória para a nova capital da república. No ano de 1957, por exemplo, já existia a Divisão de Segurança Pública, posteriormente denominada de Guarda de Polícia da Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP. Esta, em razão de caráter de urgência, foi formada por 20 homens treinados por um coronel da reserva da Polícia militar do Rio de Janeiro com auxílio de um escrivão e de um policial especializado em identificações (Silva, 2009). Os recrutas não eram alfabetizados e não tinham treinamento específico de policiamento:

não portavam arma de fogo inicialmente, utilizando apenas um cassetete de madeira confeccionado na própria serralheria. Posteriormente o recrutamento dava preferência aos homens que demonstrassem coragem e àqueles que já tivessem servido às Forças Armadas (Silva, op.cit.)

Em 1957, foi criada também a Guarda Rural da NOVACAP cujas funções eram realizar o policiamento das áreas rurais e o controle das imigrações. Seus guardas revistavam os imigrantes permitindo a fixação no Núcleo Bandeirante somente daqueles que tivessem contrato prévio com a companhia, conforme descreve Silva (op. cit.). Esse autor também ressalta que as guardas da NOVACAP, apesar de usarem farda, não possuía uma legislação que as regulamentasse.

No ano de 1958, os homens da Polícia Rural e da Guarda Policial constituíram a Guarda Especial de Brasília – GEB, subordinada ao Departamento Regional de Polícia de Brasília (DRPB). Em 1959, foi designado um Major do Exército para comandá-la e um Tenente-Coronel para comandar o DRPB. Silva (op. cit.) descreve que, de forma complementar, um contingente de policiais do Rio de Janeiro também foi transferido com o objetivo de acompanhar a construção da nova capital.

Em 1960, foi criado o Serviço de Polícia Metropolitana junto ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Durante um ano, as duas polícias atuaram juntas: a GEB realizava o policiamento ostensivo, enquanto a Polícia Metropolitana realizava as atividades da polícia judiciária Silva (2009).

Com a criação do Serviço de Polícia Metropolitanano, tentou-se também criar uma polícia moderna, como em outros países, visando um maior rigor nos requisitos de recrutamento. Assim, em 1959, para ser soldado da GEB era necessário

Possuir o curso primário completo, certificado de reservista de primeira categoria, isto é, ter servido às Forças Armadas; atestado de bons antecedentes; altura mínima de 1,70 metros; idade entre 18 anos completos e 28 anos incompleto; aptidão no exame de saúde; e ter sido aprovado em um teste intelectual, sendo a realização de um ditado de 20 linhas e alguns problemas de matemática envolvendo as quatro operações básicas (Silva, op. cit.: 43).

Em 1961, a GEB foi extinta e foi criada a polícia única do Distrito Federal, denominada Superintendência de Polícia Metropolitana. Essa polícia era responsável pelo policiamento ostensivo, judiciário, fiscalização de trânsito, aéreo e lacustre, urbano e florestal, além do serviço de bombeiro no Distrito Federal (Silva, op. cit.).

Novas mudanças ocorreram nas instituições de policiamento da capital até que, em 1966, os efeitos da Lei 4.483/64 puderam ser finalmente efetivados e a PMDF foi transferida do Rio de Janeiro para Brasília. O caráter militar é uma de suas características mais marcantes, como seu próprio nome indica,

Esse caráter tem como expressões mais evidentes a hierarquia - que organiza a instituição em um formato piramidal, com atribuições específicas para os atores conforme sua posição nessa pirâmide - e a disciplina, que indica rígidas normas de conduta e as sanções para os desvios (Barbosa, 2016).

As polícias militares destinam-se ao trabalho ostensivo de policiamento e à preservação da ordem pública conforme define o parágrafo 5º, do artigo 144, da Constituição Federal.

Atualmente, o ingresso na PMDF ocorre por meio de concurso público para dois quadros distintos: praças e oficiais. O primeiro refere-se aos postos de soldado, cabo,

sargento e subtenente. O segundo é constituído pelos postos de: cadete (futuro aspirante a oficial, ainda em formação), aspirante (somente é considerado oficial após o término do estágio probatório), tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel.

Importante destacar que até a década de 2009, no Distrito Federal, o processo de seleção da polícia militar exigia diploma de nível superior para interessadas/os à carreira de oficial e de nível médio para à carreira de praça. A partir dessa data, passou-se a exigir formação acadêmica de nível superior (Lei nº 12.086/2009) nas duas seleções (Costa et al., 2012).

1.2. Policiais femininas na PMDF

Como será destacado no terceiro capítulo, as mulheres entram na PMDF em 1983, todavia, até os dias atuais, sua presença ainda é reduzida. A Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública realizada pelo Ministério da Justiça (Senasp, 2013b) apurou que no ano de 2011, ano de realização do trabalho de campo da pesquisa, o percentual de mulheres no efetivo das Polícias Militares era inferior a 12% em 18 unidades da federação.

Em novembro de 2016, essa polícia possuía um efetivo feminino em torno de 1.213 policiais enquanto seu efetivo masculino era de 12.084, ou seja, as mulheres representam 10% do efetivo masculino, conforme o previsto em lei. No Distrito Federal e em vários Estados brasileiros, o ingresso de mulheres nas Polícias Militares e nos Bombeiros Militares ainda é controlado por cotas. O que poderia significar uma garantia de acesso das mulheres à carreira militar, atualmente pode ser visto como uma forma de limitar seu ingresso. Na PMDF, por exemplo, a inserção das mulheres permanece relacionada a uma cota de 10% das vagas disponíveis. Em 2010, a concorrência entre os homens foi de 6,73 por vaga, ao passo que, dentre as mulheres, a relação foi de 23,81 (Costa; Mattos; Santos, 2012). Além disso, presença das mulheres é ainda menor quando verifica-se a quantidade de policiais mulheres em patentes superiores ou em cargos de direção³. No Distrito Federal,

³ Outra desvantajosa situação enfrentada pelas mulheres policiais, no caso pelas oficiais é que, não raro, as promoções destas ocorrem por decisões judiciais para mais informações verificar Calazans (2005). Para essa autora, essa situação, assim como, a reduzida presença feminina no trabalho ostensivo demonstram que a unificação dos quadros - feminino e masculino - apesar de ser considerada consolidada, é uma barreira informal à efetiva integração das mulheres na corporação.

por exemplo, até o ano de 2011, a polícia militar possuía apenas uma mulher no posto de Coronel em contraste com os quarenta e três homens no mesmo posto de comando (Senasp, op. cit.). Em relação às carreiras de oficiais em ordem crescente, há, até novembro de 2016, na PMDF: 54 mulheres no posto de 2º tenente, 13 no de 1º tenente, 38 no de capitão, 36 no de major, 5 no de tenente-coronel e 3 no de coronel.

1.3. A pesquisa Nevis

Conforme comentado na introdução, a escolha do tema proposto foi inicialmente motivada pela pesquisa “Identidade profissional e práticas policiais”, realizada, entre os anos de 2009 e 2016, junto ao Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança (Nevis) da Universidade de Brasília, sob coordenação da profa. Maria Stela Grossi Porto. Essa investigação teve como principal objetivo refletir sobre as relações entre identidade profissional e práticas policiais, e visou, principalmente, compreender as relações da polícia com a sociedade⁴.

A população alvo da pesquisa “Identidade profissional e práticas policiais” foi constituída por policiais, civis e militares, com atuação em atividades junto à comunidade do Distrito Federal. Foram, dessa forma, excluídos os policiais cujas unidades de lotação se caracterizassem pelo trabalho exclusivo burocrático, administrativo ou especializado, sem envolvimento com a comunidade. Os dados foram obtidos com a aplicação de questionário e com a realização de entrevistas em profundidade e grupos focais com mulheres e homens policiais, de distintos cargos, patentes e funções, da polícia civil e militar do Distrito Federal.

Vale salientar, ainda, que participei da pesquisa do ano de 2010 até 2016, primeiramente, na condição de bolsista de apoio técnico e, posteriormente, como pesquisadora voluntária. Assim, é importante ressaltar que não participei da formulação dos instrumentos de pesquisa – questionário, roteiro de entrevista e roteiro do grupo focal – realizado pelas/os pesquisadoras do Nevis, no ano de 2009. Todavia, em 2010, participei da aplicação e da tabulação dos questionários. Em 2011, acompanhei a professora Maria Stela em cinco entrevistas e também observei a execução dos 4 grupos focais realizados

⁴ Para mais informações sobre a pesquisa “Identidade profissional e práticas policiais” ver o livro organizado pela profa. Maria Stela Grossi Porto: “Violência, Democracia e Segurança Cidadã: O caso das Polícias no Distrito Federal.” Brasília, Verbena, 2017.

com as/os policiais militares. Entre os anos de 2012 e 2015, participei juntamente com outras/os pesquisadores/as da categorização das respostas abertas do questionário.

- O questionário

Foram aplicados 1.181 questionários da polícia militar. Para a realização dos questionários na polícia militar, foi gerada uma amostra com policiais de 23 batalhões, companhias independentes e unidades especializadas. Os questionários foram aplicados e tabulados com o apoio da empresa júnior SOCIUS da Universidade de Brasília.

O instrumento em questão foi dividido em 5 partes: I) Dados pessoais; II) Escolaridade; III) Formação profissional; IV) Vida profissional; e V) Avaliação e valorização da atividade profissional. Esse instrumento possui 78 questões como é possível observar no anexo 1. Dessas, 57 são “fechadas”, com possibilidades de respostas pré-definidas. Outras 14 são “abertas” para complementar as respostas fechadas (campo “outros”). Há 6 questões abertas, com vínculo na pergunta anterior (o porquê de ter elegido a resposta fechada anterior), e 1 questão “totalmente aberta”.

As questões que foram analisadas encontram-se na última parte do questionário (questões 74 à 77 do questionário) e relacionam-se à entrada da mulher na polícia: “*A entrada da mulher na polícia trouxe alguma mudança na instituição? Por quê?*” e “*De um modo geral, afirma-se que as mulheres enfrentam maiores dificuldades em sua carreira na instituição policial. Você concorda? Por quê?*”. Essas perguntas permitiram um direcionamento mais geral das representações sociais sobre a função e o papel da polícia feminina na instituição.

A categorização das respostas, referentes às perguntas abertas, foi realizada, entre os anos de 2012 e 2015, pelas/os pesquisadores/as do Nevis/Unb. O trabalho de categorização foi realizado a partir da leitura prévia das respostas de todas as questões abertas que possuíam vínculo na pergunta anterior. Após a leitura, elaborou-se uma lista com as palavras-chaves de cada resposta. Dessa lista foram formuladas as categorias. Importante ressaltar que uma resposta pode ser classificada em mais de uma categoria, pois, muitas vezes, a resposta dada a pergunta aberta continha mais de uma palavra-chave, ou mais de uma ideia. Para associar cada resposta a uma ou mais categoria foi utilizado o software sphinx.

- A amostra

Duas características importantes relativas à corporação foram determinantes para a escolha do plano amostral: 1) mais de 50% dos policiais tinham patentes inferiores, com proporção elevada de soldados; e 2) menos de 5% dos policiais eram do sexo feminino. Como houve uma sobrerrepresentação de policiais femininos e de patentes superiores na amostra, cada observação foi ponderada por peso atribuído ao estrato de seleção, de modo a representar corretamente o contingente de policiais (Vasconcelos, 2017 apud Porto, 2017)⁵. A sub-representação de soldados, na amostra, foi corrigida por um peso amostral maior, e a sobrerrepresentação de policiais femininos e de patentes mais elevadas, por um menor peso amostral.

- Entrevistas

As entrevistas ficaram restritas às patentes mais altas da hierarquia militar (coronéis, majores e tenentes-coronéis). Foram realizadas 11 entrevistas, sendo 4 com policiais femininas e 7 com policiais masculinos. Prezando pelo sigilo das respondentes de patentes superiores e devido à pouquíssima quantidade de mulheres nesses cargos oficiais da polícia militar do Distrito Federal, decidiu-se não identificar as patentes (tenente-coronel, major ou coronel) das entrevistadas e apenas tratá-las de maneira mais genérica como “oficial superior feminina”. Esta categoria não incluiu as oficiais tenentes⁶.

As entrevistas foram realizadas com base em um roteiro (anexo 2) constituído com os mesmo temas abordados pelo questionário. Todas foram antecipadamente agendadas por telefone e realizadas nos próprios espaços de trabalho das/os entrevistadas/os.

- Grupos Focais

Foram realizados 4 grupos focais com as seguintes patentes: cabos e soldados; sargentos; tenentes e capitães. Esses sujeitos também atuavam diretamente na atividade-

⁵ Importante esclarecer que o desenho amostral e o processo de discussão e reflexão para se definir a amostra da pesquisa “Identidade profissional e práticas policiais” foram orientados por uma professora do departamento de estatística da Universidade de Brasília.

⁶ Sabe-se que na estrutura atual da Polícia militar existem duas formas de ingresso: a carreira de “Praças” (soldados, cabos, sargentos e subtenentes) e a carreira de “Oficiais” (tenentes, capitães, majores e coronéis).

fim. Os grupos focais foram realizadas com base em um roteiro (anexo 2) similar ao utilizado nas entrevistas. Essa metodologia foi realizada na Universidade de Brasília.

No grupo focal de sargentos estavam presentes 2 policiais femininas e 11 policiais masculinos. No grupo focal de soldados e cabos, 2 mulheres policiais e 5 homens policiais. No grupo focal de tenentes, não havia nenhuma policial feminina, apenas 7 policiais masculinos. E, no último grupo focal realizado, o de capitães, havia apenas uma (1) mulher policial e 7 homens policiais.

2. Contexto Teórico-Metodológico

O objetivo desse capítulo foi analisar os sentidos e significados sobre “ser policial” para as/os policiais da PMDF. Para isso, utilizou-se a abordagem teórico-metodológica das representações sociais.

2.1. Teoria das Representações Sociais

O conceito de *Representações Sociais* tem origem no pensamento sociológico de Durkheim. Este, em *Da Divisão do Trabalho Social* (1978), desenvolveu o conceito de *consciência coletiva*, apresentando de forma primária as características conceituais de *representações coletivas*.

De acordo com Durkheim (op. cit.: 40), a consciência coletiva representaria uma realidade independente do indivíduo, “um conjunto de crenças e sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado, que tem sua vida própria”. A partir dessa perspectiva, Oliveira (2012: 71) explica que

Empiricamente, as representações coletivas podem representar qualquer coisa, ou seja, qualquer objeto pode ser mentalmente representado. As representações são assim funções mentais. Representando, fazemos viver o mundo. Socialmente, as representações coletivas sintetizam o que os homens pensam sobre si mesmos e sobre a realidade que os cerca. É, portanto, inicialmente, uma forma de conhecimento socialmente produzida. Resultado de esforço coletivo, elas emancipam-se das representações individuais, pautam novas ações e demonstram a existência da sociedade.

Como exemplo, Durkheim (op. cit.) aponta as funções jurídicas, governamentais, científicas, industriais que consistiriam em sistemas de representações e de ações. Por isso, os termos “consciência coletiva” e “representações” são termos que aparecem diretamente relacionados nas obras do autor clássico.

Objetivando afirmar o caráter científico da sociologia, Durkheim (1987: XXVI), em *As regras do método sociológico*, afirma que “as representações coletivas traduzem a maneira pela qual o grupo enxerga a si mesmo nas relações com os objetos que o afetam”. As representações coletivas são, portanto, representações de/sobre um grupo social ou uma sociedade. Nessa direção, as representações coletivas não podem ser reduzidas ou

confundidas com representações individuais. As primeiras seriam de “outra natureza”, pois para o autor, “o grupo está constituído de maneira diferente do indivíduo. Representações que não exprimem nem os mesmos sujeitos, nem os mesmos objetos, não poderiam depender das mesmas causas (1987: XXVI). Por isso, possuiriam autonomia em relação aos indivíduos exercendo, inclusive, coerção sobre estes.

Em *As formas elementares da vida religiosa*, Durkheim (1983) utiliza o termo representações coletivas para se referir a sistemas de crenças e ideias que exprimem a realidade. Segundo o autor,

a religião é uma coisa eminentemente social. As representações religiosas são representações coletivas que exprimem realidades coletivas; os ritos são maneiras de agir que nascem no seio dos grupos reunidos e que são destinados a suscitar, a manter ou refazer certos estados mentais desses grupos. Mas então, se as categorias são de origem religiosa, elas devem participar da natureza comum a todos os fatos religiosos: elas também devem ser coisas sociais, produtos do pensamento coletivo (op. cit.: 212).

Nessa direção, as representações religiosas seriam formas de classificação e de representações da consciência coletiva. A religião seria, portanto, um sistema de representação do mundo e da realidade com origem na vida coletiva (Durkheim, op. cit.).

Portanto, as representações coletivas são fatos sociais e, conseqüentemente: externas, gerais e objetivas. Mesmo sendo resultados das interações sociais que os indivíduos estabelecem entre si, elas ultrapassam os indivíduos, adquirindo realidade e autonomia próprias. Para Durkheim, elas formariam um conjunto autônomo de crenças, ideias e sentimentos encontrados comumente nos indivíduos de uma sociedade, seriam o tipo “psíquico da sociedade” (Durkheim, 1978, 1983, 1987).

Em suas obras, Durkheim pretende demonstrar os aspectos que mantêm as sociedades conservadas e preservadas. Seu trabalho é orientado tanto para a comprovação do caráter científico e autônomo da sociologia como para a compreensão da coesão social. Por isso, a função das representações coletivas para o autor seria acima de tudo a de conservar a sociedade (Moscovici, 2007: 14). É devido à característica de manter e conservar o todo social que as representações coletivas possuem grande importância na obra do sociólogo clássico.

Moscovici (2007) prefere trabalhar com o termo representações sociais ao invés de representações coletivas. Segundo ele, as representações coletivas se referem a uma classe geral de ideias e crenças (ciência, mito, religião, etc.) enquanto as representações sociais são “fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um mundo que cria tanto realidade como senso comum” (op. cit.: 49). Assim, esse autor avança na compreensão das representações ao afirmar que estas não poderiam ser tomadas como algo dado ou como simplesmente como variáveis explicativas. Para ele, as representações não são conceitos, mas fenômenos que devem ser estudados a partir de sua estrutura e dinâmica interna. Além disso, enquanto Durkheim (op. cit.) compreende as representações como formas estáveis, Moscovici (op. cit.) se interessou em explorar as variações e diversidade de ideias coletivas que podem gerar pontos de tensão e, conseqüentemente, pontos de clivagem no sistema representacional de uma cultura.

As representações sociais são uma maneira específica de compreender e comunicar o mundo cotidiano. São, conforme Jodelet (2001), elementos organizados sob a aparência de um saber que explica uma realidade: uma “totalidade significativa”. Nessa mesma direção, Moscovici (op.cit.: 46) aponta que “representação = imagem e significação”; em outras palavras, “a representação iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem”.

Pode-se dizer que as representações nos ajudam a interpretar o mundo social que vivemos. Isso pode ser percebido, no nosso cotidiano, quando tendemos a considerar e analisar esse mundo de maneira semelhante. Moscovici (op. cit) ressalta que nossas percepções, noções e opiniões estão relacionadas a determinada definição, comum a todos os membros de uma comunidade à qual nós pertencemos.

O autor explica que a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não-familiar. Nessa direção, a dinâmica das relações sociais é uma dinâmica de familiarização na qual objetos, pessoas e acontecimentos são entendidos em relação a encontros e paradigmas prévios. Por isso, quando o indivíduo não encontra o familiar, ele experiencia uma sensação de incompletude e aleatoriedade. Segundo o autor (op. cit.: 56), a não-familiaridade é “a presença real de algo ausente, a ‘exatidão relativa’ de um objeto”,

É desse modo que os doentes mentais, ou as pessoas que

pertencem a outras culturas, nos incomodam, pois, estas pessoas que pertencem a outra cultura são como nós e, contudo, não são como nós; assim nós podemos dizer que são “sem cultura”, “bárbaros”, “irracionais” etc. (op. cit.: 56).

Essa exatidão relativa frequentemente nos obriga a usar o que nos é familiar como medida e parâmetro para explicar e classificar o não-familiar. Isso ocorre, porque, ter que lidar com o não-familiar, perturba, incomoda e ameaça à ordem estabelecida. Aquilo que não é classificado, que não possui nome, que não é avaliado produz distanciamento, estranhamento, resistência e mal-estar. O não-familiar é a ameaça da perda dos marcos referenciais, do contato com aquilo que assegura sentido de continuidade e de compressão mútua (Moscovici, 2007).

Por isso, as imagens, as ideias e a linguagem compartilhadas – representações sociais – por um determinado grupo social podem ser também formas e maneiras desse grupo lidar com o não-familiar. Assim, através de representações sociais um grupo pode superar o mal-estar da não-familiaridade, tornando próximo o que estava distante, ou concreto, o abstrato. Nessa direção,

As representações sociais que nós fabricamos – duma teoria científica, de uma nação, de um objeto, etc. – são sempre resultado de um esforço constante de tornar comum e real algo que é incomum (não-familiar), ou que nos dá um sentimento de não-familiaridade (Moscovici, op. cit.: 58).

Os homens policiais, por exemplo, afirmaram tanto no questionário como nas entrevistas, que as mulheres com seus pensamentos e práticas - características específicas femininas - possibilitaram com que a polícia se tornasse um espaço mais humano, tranquilo e harmônico⁷. As representações dos policiais em relação a entrada, a presença e a função das mulheres na polícia militar também indicam como os homens policiais transformaram o não-familiar (presença feminina em um reduto masculino) em familiar (mulheres e homens trabalhando em uma instituição).

Esse mecanismo de perceber o efetivo feminino na polícia a partir de ideias que estão, primordialmente, fora da polícia; que estão no dia a dia; que relacionam o feminino

⁷ No capítulo 3 serão abordadas, de forma mais aprofundada, as representações sociais dos policiais sobre a presença e função das mulheres na polícia militar.

à sensibilidade, ao cuidado, ou a uma natureza específica pode ser entendido como uma forma de poder aceitar e poder conviver com o feminino em um espaço majoritário e historicamente masculino. Esse processo de colocar ideias estranhas em um contexto familiar é denominado de *ancoragem*,

Um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada. É quase como ancorar um bote perdido em um dos boxes (pontos sinalizadores) de nosso espaço social (Moscovici, 2007: 61).

Ou seja, ancorar é a representação do não-usual em nosso mundo familiar. Moscovici (op. cit.) explica que o primeiro passo para superar as sensações de mal-estar com o não-familiar, em conciliação de um objeto ou pessoa, ocorre com a rotulagem ou categorização a partir de um nome conhecido. Para o autor, (op. cit.: 37) ancorar é classificar, já que “todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições que circulam dentro de uma sociedade, mesmo as descrições científicas, implicam um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior”. Nessa direção, o autor conclui que a representação é “fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categoria e nomes” (op. cit.: 62).

Além de um nome, a rotulagem remeterá a um valor positivo ou negativo, pois assumir uma identificação é também assumir um lugar, uma posição no corpo social. Por isso, “categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele” (Moscovici, op. cit.: 63). Para Jodelet (2001: 35), esse processo é “um trabalho que corresponde a uma função cognitiva essencial da representação e capaz também de se referir a todo elemento estranho ou desconhecido no ambiente social e ideal”. Portanto, a ancoragem é o trabalho de integrar o não-familiar em formas de pensar preexistentes (Jodelet, op. cit.). Conforme o nome já diz, o ato de ancorar ideias ou relacioná-las a categorias ou imagens já conhecidas.

Na medida em que interpretamos novas ideias ou em que o não-familiar passa a ser categorizado ou nomeado, “nós os tornamos tangíveis e visíveis e semelhantes às ideias e seres que nós já integramos e com os quais nós estamos familiarizados” (Moscovici, 2007:

70). Assim ocorre o mecanismo da objetivação. Este, de acordo com o autor, (op. cit.: 71) ocorre quando se descobre “a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem”. Dessa forma, as palavras passam a existir como objetos; elas tornam-se o que significam.

A objetivação une a ideia de não-familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade. Percebida primeiramente como um universo puramente intelectual e remoto, a objetivação aparece então diante de nossos olhos, física e acessível (Moscovici, op. cit.: 71).

A objetivação transforma algo abstrato em algo quase concreto. É, assim, o ato de transferir da mente para o mundo, é a reprodução de um conceito em uma imagem, segundo Moscovici (op. cit.). Sobre isso, o autor explica que

Ancoragem e objetivação são, pois, maneiras de lidar com memória. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro; está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para os outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido (op. cit.: 78).

Na ancoragem, há o esforço de enquadrar a novidade em paradigmas já conhecidos. Ao serem enquadradas, as novas ideias tornam-se realidades concretas, passíveis de serem interpretadas. O que era vazio, agora possui substância (Moscovici, op. cit.). É possível perceber que ambos os processos, ancoragem e objetivação, ocorrem concomitantemente.

2.1.1. Representações sociais como instrumento metodológico

Por meio da Teoria das Representações Sociais, identificou-se, nos relatos das/os policiais, os significados e sentidos atribuídos ao seu trabalho e à sua função na corporação. Esses sentidos e significados indicaram como esses agentes se percebem e se identificam dentro e fora da corporação como será demonstrado ainda nesse capítulo. É importante assinalar que utilizar as representações sociais como estratégia metodológica, implicou em assumir que elas

a) embora resultado da experiência individual, são condicionadas pelo tipo de inserção social dos indivíduos que as produzem; b) expressam visões de mundo objetivando explicar e dar sentido aos fenômenos dos quais se ocupam, ao mesmo tempo em que, por sua condição de representação social, participam da constituição desses mesmos fenômenos; c) apresentam-se como máximas orientadoras de conduta; d) admitem a existência de uma conexão de sentido entre elas os fenômenos aos quais se referem, são, portanto, nem falsas nem verdadeiras, mas a matéria prima do fazer sociológico (Porto, 2010: 68).

Por isso, as representações das/os policiais sobre seu trabalho, função ou papel não são falsas e nem verdadeiras, mas explicações sobre os fenômenos que essas/es profissionais lidam cotidianamente. Elas servem para explicar e dar sentido a realidade ao qual se refere. Conforme afirma Porto (op. cit.: 14): “É nas e pelas relações sociais que o social se constitui como tal, por meio de condutas significativas orientadas por um sistema de normas e valores enquanto representação de um dado ordenamento do social”.

Além disso, pode-se dizer que as representações são tanto resultados de realidades sociais específicas como, ao mesmo tempo, constituem essas realidades. Assim, as representações sociais desempenham efeitos concretos na organização da experiência cotidiana, pois ao orientarem condutas e práticas contribuem também para a manutenção da realidade a qual se referem. Por isso, “ser policial” se traduz tanto nas características objetivas do trabalho das/os policiais militares como nos valores compartilhados entre eles.

Os sentidos e significados partilhados pelas representações sociais se traduzem em saberes compartilhados pelas /os policiais que, por sua vez, orientam as ações desses atores dentro e fora da instituição. Esses saberes são compartilhados, muitas vezes, de forma naturalizada na instituição policial. Dessa forma, as representações sociais podem ser reconhecidas como sistemas de interpretações que orientam a relação do indivíduo com o mundo e com os outros, ou seja, são definições partilhadas pelos membros de um mesmo grupo (Jodelet, 2001).

Policiais femininos e masculinos, além de terem suas condutas direcionadas por códigos normativos escritos e explícitos, também direcionam suas condutas devido a um imaginário compartilhado. Este é constituído por “*formas de conhecimento, socialmente elaboradas e partilhadas, com um objetivo prático, e que contribuem para a construção*

de uma realidade em comum” (Jodelet, 2001: 22). Por isso, pode-se dizer que as representações são “expressão de visões de mundo, saberes sobre o mundo, elaboradas pelos atores para explicar e atribuir sentido aos fenômenos dos quais se ocupam” (Porto, 2010: 83). Conseqüentemente, a análise das representações sociais também pode permitir a compreensão mais aprofundada da instituição policial e de suas práticas. Por isso, nessa pesquisa, sobretudo, se buscou identificar e analisar os valores presentes nas representações sociais de homens e mulheres policiais sobre o “ser policial”, “ser policial militar”, “trabalho policial”, “trabalho ostensivo” e “policiamento feminino”.

As representações são a expressão de um grupo social, pois “como fenômenos cognitivos evoluem a pertença social dos indivíduos com as implicações afetivas e normativas, com as interiorizações de experiências, práticas, modelos de condutas e pensamento” (Jodelet, op. cit.: 22). Partilhar uma ideia ou uma linguagem é também afirmar um vínculo social. Não por acaso, conforme será apontado e aprofundado no capítulo 2, as representações sociais das /os policiais sobre o uso da farda e o militarismo aparecem como formas de identificação e como afirmação simbólica de unidade e pertença. Nessa direção, podemos dizer que as identidades só “adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais são representadas” (Woodward, 2011: 8). Por conseguinte, linguagem, identidade e representações sociais são partes constitutivas de um mesmo processo.

As definições em comum das/os policiais militares contribuirão, portanto, para a identidade desse grupo. A partir disso, é possível compreender o porquê da existência de múltiplos e distintos significados sobre o “ser policial” entre policiais militares. Estas/es podem, por exemplo, perceber sua atuação e função de forma bastante distinta, por exemplo, da atuação de um/a policial civil.

Por conseguinte, as representações sociais dependem do campo social no qual se constituíram. São assim resultados do sistema de valores de um grupo. São visões de mundo produzidas e compartilhadas que buscam explicar os fenômenos sociais e, ao mesmo tempo, caracterizam determinado grupo. Conforme Porto (2010), apreender os conteúdos de sentidos que distintos agentes sociais emprestam às suas ações pode ser uma forma de se compreender os processos sociais que são fruto das relações sociais efetivadas

em contextos institucionais como, por exemplo, na instituição policial. Nessa direção, a pesquisa também objetivou ampliar a compreensão dos desafios do trabalho policial.

Dessa forma, a metodologia das representações sociais foi fonte para se entender o universo simbólico ou o imaginário de um grupo profissional como das/os policiais militares. Importante ressaltar que não se trata de negar as divergências, ambiguidades ou contradições presentes nesse universo, como se as/os policiais militares representassem um grupo homogêneo e unificado em relação a seus valores e crenças. Sobre isso, Moscovici (2007) aponta que a falta de homogeneidade nas atuais sociedades é resultado da diversidade de ideias que, por sua vez, acarreta uma distribuição desigual de poder e uma heterogeneidade de representações.

Assim, a partir da metodologia das representações sociais foi possível identificar as crenças e os valores presentes na PMDF, que demarcam a identidade policial militar, especificamente, das mulheres policiais, orientando suas ações e práticas cotidianas.

Por conseguinte, a abordagem utilizada se identifica com a perspectiva sociológica em sua abordagem compreensiva, para quem a ação e seus sentidos se colocam como objeto por excelência de análise.

2.2. O que é a Polícia?

Os próximos tópicos sobre a instituição policial – 2.2.1. Polícia e o uso da força; 2.2.2. Trabalho Policial: O que faz a polícia? e 2.2.3. Poder Discrecional presente na experiência cotidiana – tiveram como principal objetivo realizar uma discussão teórica, com base nos estudos de Bayley (2006), Bittner (2003) e Monjardet (2003,) sobre o conceito de polícia e de trabalho policial. Nesses tópicos, também foram analisadas as representações sociais de homens e mulheres policiais sobre as definições de polícia e de trabalho policial. Essa reflexão foi fundamental para analisar o processo de construção identitário das policiais femininas da PMDF.

2.2.1. Polícia e o uso da força

A partir de comparações históricas e contemporâneas sobre o funcionamento dos diversos tipos de instituições policiais, Bayley (2006), em seu livro *Padrões de Policiamento*, elabora uma teoria de policiamento apontando suas proposições gerais. De

acordo com esse autor, a instituição “Polícia” se distingue de outras pela autorização coletiva que possui para o uso da força a fim de afetar os comportamentos. Pode-se dizer que o uso da força é, portanto, uma atividade essencial dessa instituição.

Bayley (op. cit.: 20) descreve a atividade policial como “pessoas autorizadas por um grupo para regular as relações interpessoais dentro deste grupo através da aplicação da força física”. Essa definição possui três elementos fundamentais os quais seriam a força física, a aplicação da força dentro de um grupo e a autorização por esse grupo. Nessa mesma direção, Bittner (2003:20) afirma, em *Aspectos do Trabalho Policial*, que a atividade policial é a condição de “estar autorizado, e ser exigido, a agir de modo coercitivo quando a coerção for necessária”.

No entanto, o uso da força pela polícia pode ocorrer também como um instrumento utilizado não apenas quando necessário. Sabe-se, por exemplo, que há uma linha tênue entre violência policial e uma operação exitosa. Nessa direção, na obra *O que faz a Polícia?* Monjardet (2003) explica que essa instituição não é um instrumento que intervém somente quando necessário, mas é um instrumento de aplicação da força que se submete a uma instância que tem autoridade sobre a polícia e ao sistema de valores partilhados socialmente. Por isso, qualquer análise puramente instrumental da polícia torna-se, assim, uma explicação incompleta.

Monjardet (op. cit: 27) afirma que polícia é “a instituição encarregada de possuir e mobilizar os recursos de força decisivos, com o objetivo de garantir ao poder o domínio do emprego da força nas relações sociais internas”. Esta instituição é, portanto, uma instância do poder e não a única existente. A polícia responde a outros poderes. “Garantir ao poder o domínio do emprego da força” também demonstra que o policial não age, necessariamente, de forma neutra e imparcial somente aplicando a lei, por exemplo. Um Coronel, com 23 anos de corporação, explicou que as abordagens realizadas no Plano Piloto⁸ não são as mesmas das realizadas em outras regiões administrativas:

⁸ O Distrito Federal é dividido em regiões administrativas. O Plano Piloto é denominado de "Região Administrativa I" (RA-I). Essa região, que também é conhecida como Brasília, de acordo com a pesquisa distrital por amostra de domicílios de 2015 da Codeplan (Pdadm/2015), possui uma das maiores rendas domiciliar per capita média mensal do Distrito Federal. Em 2015, essa renda era equivalente à R\$ 5.559,75.

Eu entrava num barzinho no Sol Nascente⁹... Eu mandava todo mundo ficar de pé, mãos na parede, não sei o que, e no Gilberto Salomão¹⁰, você não vai conseguir fazer isso. Primeiro pelo tipo de público, né? Aqui, ali você, às vezes, você pode se deparar com um juiz. E a polícia fica inibida? Eu te digo que fica. Por quê? Porque isso vai ser cobrado em alguma medida em termos políticos, muitas vezes. E, às vezes, vai cobrar do Comandante Geral que tá sentado aqui e não tá nem lá, tá certo? (...) Se um policial prender um deputado, prender o irmão do presidente, quem quer que seja, vai preso. Se um policial prender. E ele vai justificar lá pra ser solto ou não. Aqui, isso pode ser revertido contra o policial. Então, realmente, algumas áreas, alguns setores, uma abordagem que eu faço num bar da Ceilândia não é a mesma no bar do Gilberto Salomão.

A polícia responde a outros poderes. Nesse sentido, o policial pode sentir-se à vontade ou inibido para agir de forma mais “energética” dependendo do local que se encontra. Na capital do país, os policiais são obrigados a lidar cotidianamente com o poder político o que pode gerar constrangimentos em relação a suas práticas.

Pode-se dizer também que o uso da força não é uma característica ou atividade exclusiva das instituições policiais. Outras agências, instituições e atores sociais podem direcionar e aplicar o uso da força física dentro de uma sociedade. Bayley (2006) também observa que o uso autorizado da força física para regular assuntos internos de um grupo (ou de uma sociedade) está presente nos mais variados momentos históricos. De acordo com esse autor, a função policial, como atividades de vigilância e controle exercidas por um grupo a favor das normas da coletividade da qual faz parte, sempre existiu.

Assim, há uma grande variedade de instituições policiais através do tempo. Portanto, essa instituição não pode ser considerada uma invenção da modernidade: suas características ou elementos fundamentais estão presentes em variados contextos. Embora seja possível imaginar sociedades sem as instituições policiais, elas são “extremamente raras”, sendo, “o policiamento praticamente universal” (Bayley, 2006: 20).

⁹ Os condomínios do Sol Nascente e do Pôr do Sol possuem 94.199 habitantes, segundo a estimativa da Pdad/2015, constituindo-se em uma das maiores favelas brasileiras.

¹⁰ O Gilberto Salomão é um shopping localizado na região administrativa do Lago Sul. Este, de acordo com a Pdad/2015, possui a maior renda domiciliar per capita média mensal do Distrito Federal. Em 2015, essa renda era equivalente 8.117,53.

Apesar do policiamento poder ocorrer de formas diversas, como um fenômeno da modernidade, a polícia possui três elementos ou características essenciais: são públicas, especializadas e profissionais, segundo Bayley (2006).

Um policiamento público significa a formação de uma força policial formada, paga e controlada por uma comunidade. Assim, o autor explica que sistemas públicos de polícia se desenvolveram muito antes de suas sociedades se tornarem modernas: “nenhuma das características normalmente associadas com a modernidade – industrialização, urbanização, tecnologia, alfabetização, riqueza – parece ser necessária para a criação de um policiamento público” (op. cit.: 46). Dessa forma, uma força policial pública não é consequência direta da criação de instituições formais de lei e governo.

A mudança na proteção policial de privada para a pública é resultado do “aumento da capacidade reguladora da comunidade máxima” (op. cit.: 48). Esta pode ser identificada, na modernidade, com o Estado. Por isso, o autor explica que se tornou relativamente fácil demarcar o caráter público das polícias a partir das instituições dos Estados. Todavia, esse tipo de caráter não inviabiliza a formação de polícia privadas. O autor aponta que o policiamento privado continua a crescer enormemente, especialmente em países industrialmente avançados. Em resumo, Bayley (op. cit.) afirma que dois fatores são importantes para entender a mudança de polícia privada para a pública: mudanças sociais que enfraquecem grupos privados para manter níveis aceitáveis de segurança e a formação de comunidades políticas maiores.

O que realmente distingue o policiamento moderno é a especialização e o profissionalismo. As circunstâncias da modernidade favoreceram a especialização, mesmo que não completa, da polícia. Conforme Bayley (op. cit.: 59), “a especialização da polícia, em parte, parece ter crescido porque a filosofia administrativa nas Nações-Estado modernas assim exigiu; acredita-se que a especialização seja útil, tanto em termos de garantir não só controle adequado quanto aumento de eficiência”.

O caráter de especialização está na concentração da aplicação da coerção física. O policiamento se torna especializado “quando as agências são direcionadas a se concentrar principalmente na aplicação de força física” (Bayley, op. cit.: 25). Esse caráter está na dedicação exclusiva da atividade policial em aprimorar a aplicação da força física. Por

outro lado, uma polícia não especializada, ao fazer uso da força, deverá também realizar, além desta, outras atividades.

O último caráter se refere à racionalização da polícia. A profissionalização envolve o “recrutamento por mérito, treinamento formal, evolução na carreira estruturada, disciplina sistemática e trabalho em tempo integral” (Bayley, 2006: 25). Esse caráter se traduz na preparação para a realização das funções específicas da atividade policial.

De acordo com Bayley (op. cit.: 60), os “indicadores mínimos de uma polícia profissional são o recrutamento de acordo com padrões específicos, remuneração alta o suficiente para criar uma carreira, treinamento formal e supervisão por oficiais superiores”. Para esse autor, a profissionalização tem sido considerada essencial para administração eficiente, pois objetiva aumentar a eficácia e a confiabilidade da polícia.

O debate sobre o caráter da racionalização ou da profissionalização da polícia é também pauta entre os especialistas brasileiros na área da segurança. Sobre isso, Poncioni (2003, 2007) afirma que a necessidade de profissionalizar a polícia brasileira surge como um recurso para capacitá-la para o desempenho mais eficiente, mais responsável e mais efetivo na condução da ordem e segurança pública. Assim, de acordo com a autora (op. cit.), motivados pelo aumento contínuo da violência e do crime, estudiosos da área de segurança, formuladores de políticas públicas, autoridades de governo e os próprios policiais frequentemente vem levantando o tema da profissionalização da polícia brasileira.

Além disso, Poncioni (2003: 23) observa que “a incorporação do tema da ‘profissionalização’ à reflexão sobre o trabalho policial pode favorecer a apreensão dos atributos, traços e as características distintivas conferidas à profissão policial”. Para Monjardet (2003), um grupo profissional se caracteriza, principalmente, por interesses e cultura próprios, princípios de identidade frente ao não profissional, critérios de identificação internos. Ou seja, segundo esse autor, todo grupo profissional é detentor de competências exclusivas. Estas podem ser tanto atribuições específicas prescritas e pré-determinadas como também se referem a saberes compartilhados e reproduzidos entre as/os policiais. São assim fatores específicos de um ofício, que diferenciam uma profissão de qualquer outra.

Considera-se que uma análise da polícia e de suas práticas apenas como um instrumento de poder ou como um instrumento especializado de aplicação da lei permite

uma compreensão parcial dessa instituição. Nessa direção, acredita-se que uma investigação mais completa sobre a polícia deve conter aspectos do sistema de valores compartilhado na corporação. Este sistema, por sua vez, pode direcionar e orientar o comportamento de seus agentes como será demonstrado.

2.2.2. Trabalho Policial: O que faz a polícia?

A reflexão sobre as atividades e as práticas exclusivas da instituição policial tem sido tema de estudo de diversos autores das ciências sociais. Todavia, de forma geral, é bastante presente, no imaginário social, a crença de que o combate aos crimes e às violações da lei são as principais e primordiais funções da instituição policial.

Esse imaginário vem sendo propagado em filmes, séries, novelas e etc., pela indústria cultural, a partir da construção de uma imagem superficial do que é “ser policial”. É a representação de uma imagem estereotipada de um indivíduo destemido que sacrifica sua vida pessoal em nome de algo muito maior: a “missão” de combater o crime. Pode-se dizer que esta imagem é limitada por associar, majoritariamente, o mandato policial à agência de aplicação da lei e ao policiamento criminal.

A literatura sobre o trabalho policial vem apontando que a função de combate ao crime representa apenas uma pequena parte de todo o trabalho desenvolvido pelos policiais (Bittner, 2003; Monjardet, 2003; Monteiro, 2013; Muniz, 1999; Poncioni, 2003; Souza, 2014). Sobre isso, uma policial oficial de 28 anos de corporação e de 53 anos de idade, apontou que seu cotidiano de trabalho, na atividade operacional como soldado, sargento e tenente, era basicamente “lidar com as pessoas, com questões domésticas das pessoas, com as questões diárias das pessoas”:

Então eu lidava muito mais com isso na minha época, com pessoas que tinham necessidade de ser ouvidas muitas vezes; de ser acompanhadas muitas vezes, e requeriam muito mais de mim isso do que, realmente, eu dizer pra você: ‘Eu prendi muita gente, eu usei muito a minha arma para atirar em bandido’. Não. Foi muito mais no cotidiano das pessoas e daquilo que elas precisavam do que realmente em atirar, correr atrás de bandido etc. (Oficial feminino).

Para Muniz (op. cit.: 168), “o policial ostensivo ou o Policial Militar da ordem pública é uma espécie de ‘faz-tudo’, um tipo de especialista que se generaliza nas

singularidades de cada ocorrência atendida”. Monjardet (2003: 46) vai além, ao afirmar que “não há, e de modo algum poderia haver, delimitação do trabalho policial”. Assim, pode-se dizer que a instituição policial lida com uma grande variedade de serviços como está afirmado inclusive pela frase *Polícia: muito mais que segurança* presente nas viaturas da PMDF.

Portanto, procurar o trabalho por excelência do policial militar é ineficaz, pois a ideia de um “trabalho verdadeiro” sempre fará referência a um sistema de valores. Nessa direção, Monjardet (op. cit.: 189) afirma que o “verdadeiro trabalho policial” não existe em si mesmo, pois “se refere a toda a extensão das atividades realizadas, nenhuma delas obtendo unanimidade”. Isso ocorre, porque não há consenso sobre a função estritamente exercida pela polícia. Esta “apresenta, assim, essa característica de uma profissão da qual nenhuma atividade, tarefa, missão se beneficia do consenso unânime de seus membros, quer se trate do princípio de sua obrigação ou de suas modalidades” (Monjardet, op. cit.: 193). Por isso,

A distribuição das tarefas reais resulta do estado da relação entre forças que se opõem em torno da aposta no que constitui a natureza do ‘verdadeiro trabalho policial’. Assim, a resposta a “quem faz o quê?” não é dada por uma divisão lógica, técnica ou disciplinar de uma tarefa que existe em si mesma, mas é resultado de um sistema de relações em que cada ator e cada grupo de atores visam, selecionando as ocorrências pertinentes, a promover as definições próprias de cada um do que seja a tarefa legítima (Monjardet, op. cit.: 50).

A partir dessas ideias, pode-se perceber que, mais do que refletir sobre a busca de uma função ou tarefa específica do policial, é fundamental a compreensão de que o “verdadeiro trabalho policial” é consequência das crenças compartilhadas entre os policiais. O combate ao crime, por exemplo, é uma atividade bastante valorizada dentro da corporação. Sobre isso, uma oficial superior afirmou que em uma das unidades que atuou, o comandante media a produtividade sempre pelo quantitativo de armas apreendidas:

O oficial não aparecia pela qualidade que ele desempenhava, por um bom planejamento ou uma boa fiscalização; ele aparecia pelo quantitativo de armas apreendidas em uma semana e na primeira semana pra decepção dele eu apreendi cinco armas e meus colegas nenhuma, ele disse até que eu comprei desse pessoal e apreendi

pra poder aparecer. Então eu acho que na maioria do DF hoje, se eu estiver errada os meninos que estão lá na Ceilândia... aparece o policial que pratica o policiamento reativo.

Monjardet (2003) explica que a instituição policial segue uma lógica de produção, como uma indústria, na qual se registra e avalia apenas produtos mensuráveis. Conseqüentemente,

A avaliação da prestação de serviço policial vai portanto se focalizar no domínio que pode parecer traduzir um resultado, uma eficácia, uma mobilização, isto é, no domínio repressivo. É o único que produz um número imediatamente interpretável: número de contravenções, de interpelações, de prisões preventivas, de deferimentos ao Ministério Público, de casos elucidados (Monjardet, op. cit.: 159).

Assim, o “policial de verdade” foi associado, principalmente por homens policiais, àquele que apreende armas, drogas e, sobretudo, prende criminoso e, portanto, àquele que se encontra nas atividades de rua, de combate e repressão ao crime. Esta atividade foi, por exemplo, apresentada no grupo focal de tenentes, no qual não havia nenhuma policial feminina, como o momento no qual eles sentem mais orgulho de sua profissão, pois estão “*agindo contra a criminalidade*”. Dessa forma, os tenentes explicitaram: “*Pegar vagabundo é bom demais!*”; “*Quando manda o indivíduo pra cadeia... ele tá prejudicando uma pessoa...*”; “*E esse orgulho é acrescido quando um policial militar tira a vida de um bandido que vai fazer um assalto e o policial, pá, mete fogo. Que benção!*”; e, “*A gente consegue prender o bandido e a vítima sai viva.*”.

Percebe-se nos discursos acima que as representações sociais da Polícia como uma instituição que tem o combate ao crime como sua principal atividade pode trazer em seu bojo a valorização de práticas que envolvem o uso da força ou da violência “legítima”. Sob outro ângulo, práticas policiais que divergem do modelo de “combate ao crime” podem ser desprestigiadas como é possível perceber na afirmação de um sargento de 22 anos de polícia militar: “*Polícia foi feito pra correr atrás de bandido, pra prender, polícia não foi feita pra dialogar*”.

Também observou-se que, nas representações sociais que superestimaram o uso da força, o policial masculino foi apresentado como o principal protagonista do trabalho policial. Os relatos, de maneira geral, tem como pressuposto a ideia que o homem

naturalmente estaria mais apto às atividades que podem requerer o uso da força. Por exemplo, na descrição sobre o que seria “ser policial militar”, um capitão de 37 anos de idade e 17 anos de corporação descreveu:

É você assumir um caráter de *herói* pra você próprio. Eu já fiz parto, já evitei estupro, já... Me chamavam de *espartano*, né, mas a questão é a seguinte, antigamente, o homem, o ser humano masculino, e isso muda um pouco nas mulheres, *porque as mulheres são mais emotiva, ela vai mais por uma questão de amor...* Antigamente, o militar era movido por duas palavras: honra e glória, né, antigamente, isso era colocado pra nações inteiras e hoje é colocado pra si próprio.

De acordo com o relato do sargento, ser policial é ser um herói movido pela honra e pela glória, é ser um “espartano”. Heroísmo, honra e glória são representações sociais que se associam a valores como força, coragem e virilidade. Estes, por sua vez, constituem simbolicamente o mundo masculino e são tidos como natural dos homens. Por conseguinte, para o policial, a incorporação das mulheres na Polícia “muda um pouco” essa representação do policial. Isso ocorreria, porque a mulher, “mais emotiva” e “amorosa”, é associada a uma condição oposta à do homem e de seus valores¹¹.

Todavia, essa mesma condição feminina com suas características específicas – sensibilidade, delicadeza, compreensão, propensão ao diálogo, etc. – pode também ser valorizada e enaltecida em outras funções dentro da corporação. Dessa forma, aqueles/as que valorizam o trabalho preventivo de policiamento, também conhecido como policiamento comunitário, podem acreditar que a incorporação do efetivo feminino na polícia militar melhorou o serviço dessa instituição. Nessa direção, uma oficial superior de 53 anos de idade e 28 anos de Polícia, afirmou

Eu observo, nesses 28 anos, que a gente vem conquistando espaços, né? No início, foi muito mais conflitivo, porque os próprios policiais masculinos nos olhavam, exclusivamente, como alguém que não fosse capaz de fazer o que o homem faz ‘Vocês não são capazes de fazer o que a gente faz: pegar um marmanjão

¹¹ O simbolismo vinculado ao emprego da força e, principalmente, à linguagem da criminalidade e da violência urbana que se apresenta sempre referida ao gênero masculino foi apontados por Muniz (1999) como um dos motivos da tardia inserção das mulheres nas instituições de segurança pública. Assim, “a virilidade e os valores que a ela atribuímos foram e ainda têm sido uma característica cultural predominante na auto-imagem dos organismos policiais e, por sua vez, na sua forma de ‘estar no mundo’” (Muniz, op. cit.: 245).

pra algemar'. A maior arma nossa tem que ser o diálogo, seja onde for; é claro que existem algumas ocorrências, e eu já enfrentei algumas ocorrências, onde você vai precisar usar o uso progressivo da força, né, você vai precisar usar um armamento, você vai precisar usar uma forma mais enérgica nas suas abordagens; mas eu acredito numa Polícia muito mais onde haja o diálogo nas ocorrências, até porque a gente tem que mostrar e facilitar para que a sociedade veja no policial: o policial preventivo.

Para vários policiais, o trabalho de policiamento ostensivo de combate à criminalidade pode estar mais ajustado à natureza masculina. Por outro lado, em alguma medida, acredita-se também que as habilidades específicas das mulheres poderiam contribuir em novas práticas de policiamento – “o policial preventivo”. A propensão ao diálogo seria uma dessas habilidades. Nessa direção, a policial mulher pode ser vista como aquela que irá se aproximar melhor da população e também poderá melhorar o ambiente interno da corporação. Essa ideia, presente no discurso acima, também foi utilizada por homens e mulheres de distintas patentes.

Percebe-se com essas representações sobre o trabalho policial que as representações sociais sobre o que é a polícia militar ou sobre o que faz o policial militar dependerão “do sistema de valores do interessado, a autodefinição que faz de sua profissão policial” (Monjardet, 2003: 55). Todavia essas representações não estão imunes aos preconceitos e estereótipos presentes no senso comum. Portanto, mesmo com a existência de normas internas ou de leis direcionando as ações policiais, pode-se dizer que o trabalho destes é também definido e realizado em consonância com a cultura profissional presente na corporação. Esta é constituída por um “sistema de representações sociais compartilhado entre os policiais isto é, as crenças, os preconceitos e os estereótipos produzidos no interior da própria organização policial sobre as experiências concretas e cotidianas do seu trabalho (Poncioni, 2003: 214).

Por conseguinte, o “como fazer” uma determinada atividade será resultado também dos sentidos e significados associados a tal atividade. Isso pode ser visualizado quando essas/es profissionais descrevem seus entraves com algumas leis: “É igual eu tô falando, existe lei que atrapalha e existe lei que facilita. A nova lei mesmo que fala sobre o furto. A pessoa paga fiança e pode ser liberada... São as penas alternativas, de segurança, né? Elas

atrapalham” (Tenente Coronel). Nessa mesma direção, outros dois policiais acreditam que a lei pode ser ineficiente ou mesmo atrapalhar o trabalho do policial:

As leis nossas, pra mim, são ineficientes e são fracas. Porque praticamente eu estava prendendo as mesmas pessoas que eu já tinha prendido algum tempo atrás e já estavam na rua de novo. Praticando os mesmos crimes, matando, estuprando, ferindo alguém, tá certo? Vendendo drogas. Essas pessoas estavam na rua. E eu fiz uma média pro batalhão... Não posso dizer que isso pode ser uma boa estatística, mas no pouco tempo que eu fiz a inferência estava dando em torno de 60%, 70% de retrabalho, ou seja, de prender as mesmas pessoas que eu já tinha levado. Isso eu estou falando de adulto. Criança e adolescente, então, pra mim... Esse foi a pior coisa que fizeram na minha vida, foi o estatuto [Estatuto da Criança e do Adolescente]. Ele é maravilhoso se eu tivesse uma, vamos dizer, uma sociedade em condições de educar bem suas crianças, seus jovens, tá certo? (Coronel masculino).

A questão do Estatuto da Criança e do Adolescente eles se beneficiam muito, às vezes é um grupo de bandidos que jogam toda a culpa no menor, questão de arma, de droga, e acaba que o menor não é preso né, ele é apreendido e cumpre um... me fugiu o termo agora, mas ele não paga por aquele crime que cometeu. Nesse sentido, a lei atrapalha (Oficial superior feminina, 40 anos de idade, 17 anos de polícia militar).

Percebe-se que, mesmo seguindo às leis, as/os policiais podem acreditar que não estão fazendo “o certo” ou “aquilo que realmente deveria ser feito”. Isso ocorre, porque há um sistema de valores que não está em sintonia com a própria lei. Por isso, o verdadeiro trabalho policial é uma decisão compartilhada simbolicamente. Conseqüentemente, Monjardet (2003) explica que as tarefas do trabalho policial consideradas “não legítimas” podem ser executadas da forma como a/o policial decidir ser “a melhor forma”, ao invés de ser realizada de forma precisa e restrita. Nessa direção, o sistema de valores das/os policiais, além de informar se uma atividade é ou não um trabalho verdadeiramente policial, também gerencia, em algum grau, a liberdade de seus profissionais na própria forma de se executar a tarefa.

2.2.3. Poder Discricionário presente na experiência cotidiana

Outra característica que mulheres e homens policiais precisam lidar na sua experiência cotidiana refere-se ao *poder discricionário*. As/os policiais estão a todo momento aplicando um julgamento sobre o que fazer ou não fazer e/ou sobre a maneira de

se fazer uma determinada atividade. Monjardet (op. cit.: 45) observa que “o trabalho policial não procede de uma adição de tarefas prescritas, mas da seleção pelos próprios interessados, de suas atividades”.

Assim, a/o policial é levado, em suas atividades cotidianas, a tomar inúmeras decisões sobre quando e como sua autoridade poderá ser empregada (Porto; Costa, 2009).

O poder discricionário pode ser identificado no grau de liberdade, na tomada de decisões e, portanto, na interpretação de uma lei e na própria decisão ou não de aplicá-la. Esse poder é possível ser detectado na grande autonomia de ação que as/os policiais dispõem em seu cotidiano de trabalho. Por exemplo, um sargento masculino, com 21 anos de polícia militar, afirmou: “O que orienta meu trabalho é sim a experiência que adquiri durante os anos”. Essa ideia foi verificada também no círculo dos oficiais, como se percebe na seguinte fala de um oficial feminino de 46 anos de idade e 28 anos de polícia militar: “Acho que na troca com os colegas. *Manual é muito bom em sala de aula, na hora do ‘pega pra capar’, lá fora, o manual pode te dar uma linha, mas ele não resolve o problema, tá? A troca... a vivência com o masculino me ensinou muito*”. Nessa mesma direção, as/os policiais, a seguir, apontaram que duas das suas principais referências para realizarem o trabalho de rua são a experiência do dia a dia e a troca de experiência com os colegas:

Eu acho que a orientação vem da experiência do dia a dia e daquilo que aprendi na escola nos três anos de CFO (Curso de formação de Oficial); dois anos de Curso de Formação de Soldado, Cabo e Sargento. E tem a troca do dia a dia do conhecimento do policial onde a gente se identifica e a gente conversa. Mas é muito mais pela experiência cotidiana. Tem o místico de que a gente aprende na escola, tem; mas esse percentual que a gente aprende na escola eu diria pra você, assim, que seria por volta de 30%, porque os outros 70% é a experiência do dia a dia, com aquilo que você vai lidar é claro que você tem que saber de lei, saber de Código, saber aquilo que você pode fazer no aspecto legal; mas a experiência do dia a dia, o cotidiano, é muito mais forte, é muito mais forte. (Oficial feminino, meus grifos)

Através da minha experiência, da troca com os colegas, da experiência vivida na rua e com a sociedade, tá certo? Porque só o banco escolar não é suficiente para isso. Você tem... é a prática da vivência do dia a dia que vai te dar essa experiência assim (Coronel masculino).

Seria a troca de experiência, né? Que me orienta... eu pego sempre dois, a troca de experiência, né, porque não sou o dono da

razão, eu erro, eu cometo erros; e a segunda coisa são os regulamentos, né? Então eu uso os manuais e uso a troca de experiência, nessa área operacional. A troca de experiência nas seguintes informações, apesar do meu planejamento, apesar da consulta, das estatísticas, nada é igual a quem tá no dia a dia no combate à criminalidade (Tenente Coronel masculino).

Primeiro é a experiência, experiência de saber o que as pessoas esperam de você e experiência de conhecer, de saber o que você pode fazer. Aí entra a legislação, os limites da legislação, os limites da sua ação e saber o que a outra pessoa quer de você. Então eu diria que a experiência, a legislação e depois os instrumentos que eu disponho (Tenente Coronel masculino).

Eu concordo que *é o dia a dia do policial o que melhor ensina o que é o trabalho do policial, pelo seguinte: cada dia é um dia e nenhuma ocorrência é igual a outra e você sempre aprende na ocorrência*. A gente tem que aprender com os nossos erros e nossos acertos. Entendeu? (Sargento masculino)

A troca de experiência com os colegas, foi definida inclusive como uma “motivação” para o trabalho realizado. De acordo com um sargento feminino de 46 anos de idade e 20 de polícia militar, seu batalhão “é muito unido, lá se faz cursos, lá se passa experiências, o policial vai à paisana pra bater papo. Essa experiência de um e outro é muito trocada. Então, quando você vai pra certas áreas provavelmente você vai sabendo sobre aquela área. Se você não sabe, geralmente, alguém daquela guarnição te prepara”. Sobre isso um tenente masculino apontou também: “É a experiência, né? Você fica avaliando a situação que está passando e orienta [outro policial] pra outras situações que surgem”.

Importante ressaltar que mulheres e homens policiais, tanto praças como oficiais, não descartaram a importância dos cursos de formação, do banco escolares ou dos manuais na orientação do seu trabalho. No entanto, apontaram como primordial a experiência do dia a dia e o aprendizado com as/os colegas. Esse processo bastante presente, mas não exclusivo da polícia, denominado de poder discricionário é consequência da indeterminação do domínio da atividade policial, da ausência de limites definidos em seu campo de atividades e da extensão ilimitada de suas intervenções efetiva ou potenciais (Monjardet, op. cit.). Infere-se que a escolha dessas/es profissionais pela “experiência” pode ocorrer também devido à ausência de delimitação do próprio trabalho policial e também de procedimento padronizados a serem adotados, como pode-se notar nos comentários a seguir:

As reportagens nos jornais que a gente vê que o policial errou, que ele não poderia ter feito aquilo, poderia ter agido de outra maneira. É [essa] hora de você passar tudo pro outro policial, quando você sente que é necessário passar, *porque você não recebe nada de ninguém... Da Secretaria de Segurança Pública... 'Vamos orientar o policial de serviço, a cartilha é essa'. Não [há]. É com a vivência do dia a dia é que vai passando: 'Vocês viram aquela reportagem? O policial estava com o cara algemado e o policial batendo e socando... Hoje em dia todo mundo tem celular, todo mundo bate foto, e se você tiver que responder você vai você sozinho!' Você já começa a orientar o cara pra partir desse princípio (Tenente masculino, 47 anos de idade e 27 anos de polícia militar).*

A gente tem um problema grande que é a falta de documento escrito, né? A gente está caminhando pra isso e a ideia é que se faça. A ideia é padronizar o procedimento a ser adotado, por exemplo, a abordagem que é feita na Asa Sul ser feita da mesma maneira, se tiver nas mesmas condições, na Santa Maria (Capitão masculino, 38 anos de idade e 14 anos de polícia militar).

Sob outro ângulo, a liberdade de ação das/os policiais acarreta uma questão atual e crucial sobre sua instituição: como controlar e monitorar suas atividades? Importante esclarecer que o controle e o monitoramento dessas atividades não significa a extinção do poder discricionário. Segundo Porto e Costa (2009: 60), esse não é um cenário viável e tampouco desejável, pois as funções de polícia são possíveis somente pelo desempenho desse poder. Por outro lado, para esses autores, o poder discricionário pode ser “perfeitamente limitado e estruturado”.

Importante pontuar também que, em regimes democráticos, há a necessidade de restringir, administrar e controlar o poder policial. Objetiva-se, principalmente, com esse monitoramento a distinção entre o uso “legítimo” da força para o controle social e a violência policial. Formular essa distinção representa também um desafio para a segurança pública do país conforme apontam Porto e Costa (2009: 57),

Nos últimos anos, diversos países têm enfrentado o desafio de limitar e controlar o uso da força legal. Basicamente, os esforços se concentraram na criação de mecanismos institucionais de responsabilização e controle da atividade policial. Entretanto, a qualidade e eficácia desses mecanismos, que visam a inibir a violência policial, são questões ainda pouco problematizadas tanto no interior das próprias polícias quanto fora dela, pelos pesquisadores.

Pode-se inferir que uma das possíveis formas de se controlar as atividades policiais seria a partir de uma distinção mais precisa e objetiva entre o uso “legítimo” e o uso “ilegítimo” da força pelas/os policiais. Entretanto, essa distinção não é simples, pois a própria definição de violência é norteadada por crenças e valores. Por exemplo, uma policial oficial apontou que a percepção da sociedade e das/dos policias sobre “o uso progressivo da força” pode divergir completamente. Assim, uma mesma prática ou ação policial poderia ter sentido e significado distintos dependendo da situação e de quem a observa:

Eu acho que a Polícia não precisa ser violenta... Mas existem situações em que a sociedade interpreta a ação nossa, do uso progressivo da força, como violenta. Ontem como aqueles alunos, que são crianças e adolescentes, da UNE, que estavam se comportando, na frente do Congresso, com pedaço de pau e batendo nos outros lá, né? Então, às vezes, vai precisar que esse uso progressivo da força nossa chegue para impor limites. Eu não acredito que o policial precise ser violento (Oficial feminino, 53 anos de idade e 28 anos de polícia militar).

Eu presenciei uma viatura nossa fazendo uma abordagem em dois rapazes de bicicleta, o que você manda? ‘Desce da bicicleta e mão na cabeça’. Isso é uma atitude violenta? Para quem está de fora é uma agressão, é o direito de ir e vir deles que está ali e o cara é revistado durante a abordagem. Então pra umas pessoas vão falar assim ‘Puxa, que bom que a Polícia está presente e está trabalhando’ ou como a gente ouve ‘Não tem o que fazer? Vai prender bandido, eu sou um cidadão de bem’. Então é muito diferente a forma de ver a ação da polícia militar (Oficial feminino, de 46 anos de idade e 28 anos de polícia militar).

A primeira oficial acima faz uma distinção entre o “uso progressivo da força” que seria utilizado para impor limites. Essa ação policial seria necessária e, por isso, legítima. Essa representação social sobre o uso da força pela polícia está em consonância com o conceito weberiano de Estado no qual a atividade policial a priori se refere ao monopólio legítimo da força ou da violência (Weber, 1986). Todavia, segundo a policial, esse tipo de abordagem policial pode ser caracterizado, pela sociedade, como violenta. A segunda oficial acima acredita que uma mesma prática policial pode ser representada como violenta ou não-violenta dependendo da pessoa que a observa. Porto e Costa (2009: 58) explicam que o limite entre força legítima e violência “varia em função da forma como cada sociedade interpreta a noção de violência e representa a função policial”.

A seguir, um coronel afirma que é necessário ser violento para conter grupos radicais ou grandes manifestações. Todavia, para esse policial, a violência que é praticada pela/o policial tem uma distinção: a técnica utilizada. A sociedade, por outro lado, desconhece tais técnicas utilizadas, por isso, na perspectiva desse policial, muitas vezes, a polícia é julgada como uma instituição violenta. Para o policial, por mais violento que seja o uso de um bastão policial, o agente de segurança utilizaria técnicas específicas que legitimariam o seu uso:

Às vezes, você vai ser violento, porque existem técnicas de você atuar com um bastão policial, de você prender, bater. Porque se bate com o bastão policial. O bastão foi feito pra bater. E por incrível que pareça, mas tem técnica. Aí o policial bate de cima pra baixo, na cabeça, bate não sei onde, então, ele é visto como violento. E, às vezes, você precisa usar desse tipo de energia pra conter grandes manifestações, pra conter avanços de movimentos radicais. Mas, às vezes, aquela pessoa que sofreu o crime ela não te vê como violenta quando você age dessa forma, porque ela sofreu. Quem tá de fora, não sabe o que aconteceu, pode dizer: “Olha o policial foi violento, chegou fazendo isso e aquilo, batendo com o cassetete” (Coronel).

Para o Coronel acima, a Polícia possui um conhecimento específico, um saber próprio que permite com que certas ações sejam tomadas. A legitimidade da ação policial, nesse caso, estaria no conhecimento que lhe é próprio. Percebe-se que a ideia de violência adquire sentidos e significados distintos de acordo com o sistema de valores ao qual se refere. Por isso, para definir e medir um desvio do trabalho policial é necessário identificar previamente “os valores que a sociedade atribui à sua instituição policial” (Monjardet, 2003: 30).

Consequentemente, o papel da polícia e sua função, da mesma forma, possuem sentidos e significados diversos, pois também se referem às crenças e aos valores de suas/seus profissionais. Segundo Monjardet (2003: 15), o aparelho policial é “um instrumento de poder que lhe dá ordens; um serviço público, suscetível de ser requisitado por todos; uma profissão, que desenvolve seus próprios interesses”¹². Consequentemente,

¹² No entanto, o autor explica também que essas três determinações confrontam-se, pois funcionam com lógicas de ação distintas e concorrentes.

a profissão policial envolveria algo que extrapola a ideia convencional de uma simples ocupação,

O trabalho do engenheiro, do técnico ou do operário pode ser compreendido (até prova em contrário) sem se referir a seu sistema de valores pessoal, ou ao sistema de valores coletivos do grupo ao qual ele pertence (...). Não se pode, à primeira vista, compreender assim o trabalho do policial. No cruzamento da autonomia prática, de sua denegação organizacional e da falta de objetivação da tarefa policial se desdobra a 'cultura', ou sistema de valores dos policiais, como elemento necessário, como os interesses, de determinação das suas práticas (Monjardet, op. cit.: 162-163).

A partir dessa perspectiva, pode-se dizer que as definições ou representações sociais de polícia ou do trabalho policial podem variar de acordo com a patente, a função, o gênero, a idade, o tempo de serviço na instituição e a própria trajetória individual. Isso tudo torna, portanto, bastante complexas as análises sobre o tema "o que é e o que faz a polícia?". Talvez, por isso, Monjardet (op. cit.: 42) afirme também que "a polícia é uma grande organização complexa e regida por regras coercitivas, e cujos membros estão longe de compartilhar uma visão idêntica das finalidades da polícia em geral e de suas próprias missões em particular".

Percebe-se que "ser policial" corresponde tanto a características objetivas de seu trabalho, como também, correlaciona-se aos significados que seus profissionais conferem ao próprio trabalho. A polícia pode ser pensada então como uma atividade humana objetivada que é construída e reproduzida pelos próprios indivíduos em suas práticas cotidianas e rotineiras (Berger; Luckmann, 2014). Nesse sentido, a instituição polícia militar é vivida por homens e mulheres policiais como um mundo objetivo, mas que só adquire status ontológico a partir da atividade (prática) dessas/es profissionais.

Assim, a construção de uma identidade inicia-se com a construção de um mundo subjetivo que está em consonância com uma realidade objetiva (Berger; Luckmann, op. cit.). A identidade é, portanto, resultado de um processo dialético entre realidade objetiva e subjetiva.

É durante o(s) processo(s) de socialização, formais ou informais, vivenciados na PMDF, que homens e mulheres policiais interiorizam a realidade que lhe é apresentada e

também exteriorizam seu ser nessa mesma realidade¹³ e, concomitantemente, formam sua identidade profissional.

2.3. “Ser policial”: a construção de uma identidade, de um *habitus* e a comunicação de um papel

Toda identidade é objetivamente definida, pois representa a localização de um mundo específico e, ao mesmo tempo, é subjetivamente apropriada com esse mundo. Os próximos tópicos abordarão o “ser policial”, a partir de aspectos da realidade subjetiva construída e compartilhada pelas/os policiais. Dessa forma, baseando-se nas obras de Dubar (2005), Goffman (2013), Berger e Luckmann (2014) e Bourdieu (1992, 2007, 2015) serão apresentadas e analisadas as representações sociais sobre o “ser policial”.

2.3.1. Identidade Social e identidade profissional

“Ser policial” representa a construção de uma identidade. Parte-se da compreensão de identidade social como *“o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições”* (Dubar, op. cit.: 136).

A apreensão do mundo objetivo policial e, portanto, a construção de uma identidade policial, só ocorre através das socializações presente nesse contexto. Toda socialização é um processo que se caracteriza pela construção, desconstrução e reconstrução de identidades ligadas às diversas esferas de atividade que cada um encontra durante sua vida (Dubar, op. cit.).

Assim, é por esse processo que o indivíduo aprende a tornar-se ator social, ou seja, é nele que o indivíduo aprende a definir a situação em que está inserido, ou seja, o indivíduo aprende a definir a si próprio e aos outros. Pode-se dizer que só há identidade, porque há socialização (Berger; Luckmann, op. cit.).

É na infância, através da família, que o indivíduo é inicialmente introduzido ao

¹³ Esse processo de interiorização e exteriorização, por sua vez, permite a continuidade da própria realidade social. Assim, Berger e Luckmann (2014) explicam que os sujeitos se formam e, simultaneamente, formam o mundo social do qual fazem parte.

mundo objetivo da sociedade. No entanto, todo esse processo de construção da realidade subjetiva e da identidade, na socialização primária, não é um processo automático ou mecânico. É fundamental que a criança se identifique com os outros significativos, pela emoção. Os saberes básicos incorporados pelas crianças dependerão de sua própria relação com os adultos responsáveis pela socialização (Setton, 2005).

É através de sua identificação com os outros significativos pela multiplicidade de modos emocionais que a criança pode adquirir uma identidade subjetiva. Isso significa que o indivíduo se identifica com os outros para ele significativos para posteriormente se auto identificar. Assim, a criança internaliza os papéis e as atitudes ao seu redor, tornando-os seus. Por isso, a socialização primária é fundamental para a construção da identidade. Todavia, esta continua sendo construída no decorrer de toda a vida. Dubar (2005: 25) explica que “a identidade humana não é dada, de uma vez por todas, no nascimento: ela é construída na infância e, a partir de então, deve ser reconstruída no decorrer da vida”.

A socialização que ocorre dentro da PMDF é denominada de socialização secundária, na qual os indivíduos interiorizam novas realidades institucionais e, portanto, ocorre em processos subsequentes à socialização primária. Nesse processo há a interiorização de submundos institucionais e/ou à aquisição de saberes específicos e de papéis que direta ou indiretamente estão enraizados na divisão do trabalho (Berger; Luckmann, 2014).

Importante ressaltar que essa aquisição de saberes e de papéis não se refere apenas ao conjunto de saberes formais aprendidos nos cursos de formação ou bancos escolares da PMDF, mas também consiste na formação de valores e crenças sobre o que é ser policial, ou seja, a cultura profissional, conforme já discutido nos tópicos anteriores dessa dissertação. Sobre isso, Poncioni (2003: 106) esclarece que o processo de socialização secundária se refere tanto à aprendizagem de conhecimentos e habilidades exigidos para o desempenho de uma profissão, como permeia

As demais fases do percurso profissional, toda vez que o indivíduo cruza os limites hierárquicos, funcionais, ou sociais dentro da organização. Ademais, concebe-se que o processo de socialização secundária vai muito além do provimento de uma base de conhecimento formal, fornecendo também uma base de cultura comum sobre valores, normas e atitudes próprias da profissão que,

iniciada no processo de socialização do novato, permanece sendo trabalhada por intermédio dos processos formais de socialização, bem como através dos processos informais de socialização nas interações informais estabelecidas com a rede de relações com o grupo de pares no lócus de realização do seu trabalho cotidiano.

Portanto, a identidade policial militar, o “ser policial militar”, é resultado de todo conhecimento formal aprendido por esses sujeitos nos cursos de formação, nos bancos escolares, mas, também, resultado dos saberes informais que compartilhados na interação cotidiana entre as/os policiais. Em relação à socialização realizada pelos cursos de formação da polícia militar, algumas narrativas nessa direção foram identificadas. Um exemplo é a fala de um Tenente Coronel, de 42 anos de idade e 22 anos de serviço, ao resumir o processo de socialização realizado durante seu curso de formação:

A PM me mudou de certa forma, né? Primeiro, porque você ao entrar no regime militar, ele acaba moldando seu caráter e tudo mais. Então, como soldado, com sete meses de Formação a gente acaba entrando mais nessa questão do militarismo em si; depois na Academia são dois anos internos e o último ano de semi-internato (Tenente Coronel).

A resposta acima refere-se à pergunta *A entrada na Polícia mudou seu modo de ser?* realizada durante as entrevistas em profundidade¹⁴. De acordo com o Tenente Coronel, seu “modo de ser” foi alterado após sua entrada na instituição. Pode-se dizer que no caso acima descrito, o universo simbólico transmitido pelo campo profissional e interiorizado pelo indivíduo, durante a socialização secundária, resultou em mudanças significativas na identidade social do indivíduo.

A interiorização de um submundo institucional, durante a socialização secundária, pode gerar mudanças radicais nos indivíduos quando esta socialização não é uma continuidade da socialização primária (Berger; Luckmann 2014; Dubar, 2005). Como, por exemplo, no caso acima relatado pelo Tenente Coronel, o qual afirmou sentir mudanças significativas em seu modo de ser. Tem-se aqui a construção de uma nova identidade social, ou seja, a adesão à identidade policial militar.

¹⁴ Sobre essa mudança no modo de ser das/os policiais entrevistadas/os, o próximo tópico desse capítulo trará uma análise mais detalhada.

Sob outro ângulo, aquisição de novos saberes, durante a socialização secundária em um submundo institucional, pode não resultar em mudanças radicais. Nesse caso, a socialização secundária é como um prolongamento da primeira forma de socialização, já que, possivelmente, não houve a necessidade de uma ruptura com os primeiros saberes apreendidos. Sobre isso o caso explicitado por uma policial oficial é exemplar:

Eu acho que por conta da bagagem que eu recebi eu acho que me enquadrei muito bem no militarismo. Então, não me mudou muito... me mudou no sentido, talvez, de continuar a educação que meu pai me deu de pessoa disciplinada, de horário... então eu não tive muita dificuldade, eu não tive muita dificuldade de me enquadrar dentro do sistema da vida militar.

Na resposta acima, a policial afirmou que já tinha uma “bagagem” relacionada à disciplina e aos horários diferenciados e, por isso, não percebeu uma mudança em seu “modo de ser”. Dessa forma, trajetória individual se mostra bastante importante para a compreensão das percepções sobre a entrada na instituição militar.

Além disso, mesmo quando o sujeito não percebe uma mudança significativa em seu modo de ser ou a adesão a uma identidade e uma vida totalmente novas, a entrada em um novo campo profissional constitui uma fonte significativa de identificações atribuídas aos indivíduos. Estas constituem o que Dubar (2005: 139) nomeou de *identidade para o outro*, ou seja, “atribuição da identidade pelas instituições e pelos agentes que estão em interação direta com os indivíduos”. Percebe-se então que a *identidade para o outro* é resultado dos atos de atribuição externos que definem o indivíduo.

Além dos atos de atribuição que formam a *identidade para o outro*, no processo de construção da identidade social, há também os atos de pertença que constituem a *identidade para si*. Esta indica o que o indivíduo diz de si mesmo, o que pensa ser, ou gostaria de ser. Segundo Dubar (op. cit.), é o resultado do processo biográfico no qual as transações se caracterizam como mais subjetivas e compreende as identidades herdadas e identidades visadas. Tal processo diz respeito “à interiorização ativa, à incorporação da identidade pelos próprios indivíduos” (Dubar, op. cit.: 139). Esta pode ser pensada como uma deliberação subjetiva sobre as identificações que foram ao indivíduo atribuídas (rotulagem). De acordo com o autor em questão (op. cit.), a *identidade social* do indivíduo resulta da negociação contínua e dialética entre *identidade para o outro* e *identidade para*

si.

Assim, Dubar (2005.: 22) explica que “o fato de ser reconhecido em seu trabalho, de travar relações – mesmo conflituosas – com outros e de poder se empenhar pessoalmente em sua atividade é, ao mesmo tempo, construtor de identidade pessoal e criatividade social”. *Por tudo isso, se diz que o campo profissional ocupa um espaço significativo na constituição das identidades.* De acordo com Dubar (op. cit.: 26),

Por ter se tornado um bem raro, o emprego condiciona a construção das identidades sociais; por passar por mudanças impressionantes, o trabalho obriga a transformações identitárias delicadas; por acompanhar cada vez mais todas as modificações do trabalho e do emprego, a formação intervém nas dinâmicas identitárias por muito tempo além do período escolar.

A confrontação com o mercado de trabalho, portanto, resulta na constituição de uma identidade profissional e, fundamentalmente, de uma projeção de si para o futuro. O autor (op. cit.: 50) aponta que “já não se trata apenas de escolha da profissão ou de obtenção de diplomas, mas de construção pessoal de uma estratégia identitária que mobilize uma imagem de si, a avaliação de suas capacidades e a realização de seus desejos”.

A confrontação com o mercado de trabalho permite a construção de um projeto de si, de aspirações e de uma identidade possível (Dubar, op. cit.). O campo profissional, portando, pode resultar em reconhecimento e admiração dentro de uma comunidade, por exemplo. Nessa direção, apesar de não perceber nenhuma mudança abrupta em seu “modo de ser”, a policial afirmou que ser um oficial superior da PMDF também faz com que ela seja símbolo de autoridade dentro de sua comunidade religiosa. Assim, sua constituição identitária é resultado também da forma como outros a veem:

Hoje, o meu stress é esse: ir para a reserva. O que eu vou fazer a partir de agora, né? (...) Por conta dessa autoridade que a gente tem, ser reconhecido e a comunidade nos vê: “Que coisa bonita, né?”. Minha comunidade religiosa ela me reconhece como a ‘oficial’¹⁵ fulana. “Ah, é a ‘oficial’ e ela está na nossa igreja”. Então lidar com isso (...) de não ter mais essa investidura de autoridade e de ser, em alguns locais, celebridade né? Até mesmo quando vou no Shopping e vou com as minhas filhas, se por acaso vou

¹⁵ A palavra oficial representa na verdade a patente da policial que não será nomeada para manter o sigilo da entrevistada.

fardada, as pessoas olham diferentes: “Uma mulher oficial” (Oficial feminino).

Pode-se dizer que a patente dessa policial é símbolo de autoridade para seu grupo de referência. *Assim, é possível perceber que a profissão para essa policial é responsável por uma parte significativa de sua identidade social.* Sobre isso, Dubar (2005: 22) esclarece que “a privação de trabalho é um sofrimento íntimo, um golpe na auto-estima tanto quanto uma perda da relação com os outros: uma ferida identitária geradora de desorganização social”. Assim, com menos de dois anos para se aposentar, a policial feminina, no depoimento acima, assume que uma de suas maiores fontes de *stress* é sua preocupação em ir para a reserva. Além disso, na fala da policial oficial, é possível perceber a importância que o Outro possui para a percepção de si própria. Sobre isso, Berger e Luckmann (2014) esclarecem que as identidades são uma construção relacional, dependem sempre do olhar do Outro.

2.3.2. O *Habitus* policial e a marca da diferença

Com a construção de uma identidade profissional, parte significativa da identidade social do indivíduo, tem-se a construção de um “modo de ser”. Este pode ser entendido como uma forma de sentir, de ver e de agir no mundo. Importante assinalar que tal forma de sentir, ver e agir é considerada distinta e única por aquele/as que a vivenciam. Isso ocorre, porque, conforme já apontado, toda identidade se refere a uma realidade social específica.

Berger e Luckmann (2014: 171) apontam que toda identidade implica na atribuição de “um lugar específico no mundo” e em um “modo de ser” distinto. Nessa direção, Woodward (2011: 9) afirma que “a identidade é marcada pela diferença”. A identidade é, portanto, constituída com base na alteridade. Sobre isso, Porto (2009: 37), explica que “os atributos que definem uma identidade, individual ou coletiva, são justamente aqueles que estão ausentes em outras”.

Pode-se dizer, que a profissionalização (explicitada no tópico 3.1. Polícia e o uso da força: O que é a Polícia?) é o caráter que mais diz respeito a uma construção identitária policial. Toda identidade é construída na e pela distinção. Consequentemente, refletir sobre

“o que distingue a/o policial militar do ‘paisano’ ou do policial civil” é também refletir sobre a construção identitária desse profissional.

Nessa direção, o conceito de *habitus*, segundo Bourdieu (1992, 2007, 2015), permite a compreensão acerca das marcas das distinções de um/a policial. Este conceito pode ser pensado como a “apropriação subjetiva de uma identidade”, e conseqüentemente “a apropriação subjetiva do mundo social”. Segundo, esse autor (1992: 101) “*habitus* é uma subjetividade socializada”.

Habitus são disposições duráveis e transferíveis, princípio gerador e organizador de práticas e de representações, associado a um tipo particular de condições de existência. É através dele que a história se insere no nosso corpo e na nossa mente, tanto no estado objetivado (monumentos, livros, teorias), quanto no estado incorporado, sob a forma de disposições (Bourdieu, 2007). São formas aprendidas de se agir em um determinado espaço social. Conforme o autor,

duráveis e transferíveis, estruturas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptados a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expreso das operações necessárias para atingi-los, objetivamente "reguladas" e "regulares", sem ser o produto da obediência a regras, sendo coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (Bourdieu, 2007: 86, tradução minha).

Assim, é justamente o *habitus* policial que o distingue do não-policial, do “paisano”. É, portanto, um sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que levam os indivíduos a agirem de determinada forma em uma circunstância dada. Sobre isso, um oficial masculino, de 42 anos de idade e 22 anos de serviço militar, descreve que

O comportamento do policial é distinto do paisano. Normalmente quando o cara é policial você olha assim “Ah, esse cara é policial” Até os jargões né... Acho que é a forma dele andar, de conversar, o próprio palavreado dele identifica muito. Acho que o policial tem muito isso aí, a forma de falar... não é que todo mundo fala isso, mas o cara quando não tem muita experiência com a imprensa, já viu PM dando entrevista? “O meliante...” Já vê logo que é PM (Tenente Coronel Masculino).

Características importantes que diferenciariam um policial de um paisano, indicadas, tanto por praças como por oficiais masculinos e femininos, referem-se aos “movimentos”, “porte”, “postura”, “desconfiança em relação ao outro”, inclusive, quando não estão à serviço. De acordo com as/os policiais:

Você vai a uma festa ou um evento e você fica num local onde você veja tudo, que você não fique de costas.... Você vai na lanchonete e procura um lugar estratégico, onde você tenha toda a visão (Sargento Feminina).

Você (que é policial) fica vigilante. O paisano chega lá e senta de todo jeito. Nós enxergamos o que você [paisano] não vê, você anda comigo e você não vê e eu vejo várias coisas ao mesmo tempo, eu consigo ver. Tô andando aqui e o cara está assaltando ali, eu vejo e você [que é paisano] não vê.

Quando, por exemplo, eu estou saindo do meu prédio, eu e minha esposa, e vejo um camarada com uma certa atitude suspeita próximo do meu carro já fico mais alerta; eu posso estar com quem for que eu já olho quem está perto, já fico mais atento; quando estou com meus irmãos mais novos e com os meus sobrinhos na frente da casa vejo se tem alguém rondando demais eles. *A gente fica, verdadeiramente, num estado de alerta*, mesmo você estando em casa, basta um barulhinho: “O que está acontecendo? Vou lá ver!” (Tenente Masculino, grifos meus).

Você é ligado na tomada e em tudo. Você escolhe o local que você vai sentar no restaurante, você não chega e senta você tá sempre mais visando sua segurança, a segurança da sua família. É uma distinção nossa (Oficial superior feminina).

Você está antenado, eu não chego numa pizzaria e vou sentar de costas pra porta, eu sento do lado onde eu tenha a visão do ambiente todo. Isso é uma característica da gente, de você estar atenta a tudo que está acontecendo no local onde você está, pra você não ser pega de surpresa (Oficial feminino).

A sensação de ficar vigilante ou sempre atento foi descrita como percepções que são apreendidas “pela vivência da profissão” ao invés de serem ensinadas formalmente nos curso de formação. Estas percepções foram caracterizadas como ações naturais que distinguem as/os policiais de paisanos.

O “ficar vigilante”, o “fazer mil interrogações”, o “ficar antenado” e o “estado de alerta” são práticas que formam o *habitus* policial. Essas atitudes, ações, formas de pensar e sentir, foram apontadas por homens e mulheres policiais, tanto praças quanto oficiais, como elementos que marcam a distinção entre policiais e não-policiais. Por ser particular e

específico da/o policial, esse “modo de ser” pode, muitas vezes, não ser compreendido por aqueles que não compartilham de tal *habitus*, ou de tal realidade subjetiva, como os não-policiais. Sobre isso, um soldado feminino relata:

As minhas filhas falaram que iam fazer o trabalho e já começou a *paranoia*: “Não ande na rua!”. E ainda recomendei ao pai e ele deve ter pensado: “*Essa mulher é louca!*”. Porque eram duas meninas, duas adolescentes e eram duas horas da tarde e “Se quiserem sair pra fazer um lanche...”, eu recomendei “Não saiam!”. Já imaginando que eles iam trocar tiros e ia acontecer alguma coisa. *Um “paisano” não tem essa visão* (Soldado feminino, grifos meus).

O “modo de ser vigilante” ou o “estado de alerta” do policial, por exemplo, apresenta-se interiorizado de forma tal que as/os entrevistadas/os afirmaram, muitas vezes, não conseguir esconder de terceiros, vizinhos e conhecidos sua profissão. Assim, um tenente afirmou convicto: “Não tem como esconder que eu sou policial, infelizmente”. Dois outros tenentes, durante o grupo focal explicaram, porque não haveria a possibilidade de esconder sua profissão:

A pessoa me olha na rua e me vê um militar. Hoje em dia, eu tento *me livrar justamente da cara de militar*, quando estou à paisana na rua tento ser o mais espontâneo possível, porque realmente [a polícia] mudou o meu jeito (Tenente Masculino, grifos meus).

Na Academia você aprende a ter postura e, muitas vezes, eu tava na folga, na igreja, e quando via tava na posição de descansar. Então, é meio que, o pessoal usa um termo que eu não concordo: *adestrado*. Mas você fica igual a um cachorrinho e muda até sua forma de se portar. Alguns movimentos até, marchar, a forma de se vestir e você fica se perguntando se você está bem vestido de acordo com determinada ocasião (...). *Muda até nos trejeitos*. (Tenente Masculino, grifos meus).

As expressões “A cara de militar” ou “Muda até nos trejeitos” são expressões que demonstram o quanto a instituição militar está incorporada nesses sujeitos. Traduzem, portanto, a presença de uma realidade subjetiva em comum ou um “modo de ser” em comum entre polícias militares.

O “modo de ser” é resultado do processo de interiorização da realidade objetiva. Esse processo é, segundo Berger e Luckmann (2014), o ponto inicial do tornar-se parte da sociedade e que, nesse caso, se refere ao tornar-se parte de um grupo. Sobre isso, um sargento masculino, de 45 anos de idade e 24 anos de polícia militar, explica que

Uma hora você acorda e *vira polícia de verdade*, não tem como. Por exemplo, quando eu entrei na Polícia eu tinha o pensamento de ficar um ano, e eu entrei garoto, eu tinha 20 anos, pra falar a verdade eu tava na rua e não me dava conta que eu era um polícia ainda. Aí com dois anos eu fui trabalhar na invasão do CEUB, aí você vai percebendo que a coisa é de verdade. De lá eu fui pra Samambaia, fui pra uma escola; de lá eu fui pra Ceilândia. Você aprende mesmo, *entra no sangue*, não tem como, *entra no sangue*. (Grifos meus).

É por meio da interiorização que o mundo social do Outro se torna o seu próprio mundo ¹⁶ (Berger; Luckmann, 2014). A interiorização ou internalização do *habitus* Bourdieu (1992, 2007, 2015) de policial militar é a hora em “você acorda e *vira polícia de verdade*” e aquela realidade que antes estava fora (objetivada) se torna a sua realidade. A interiorização dessa nova realidade social foi sentido por homens e mulheres policiais de distintas patentes ao afirmarem que seu modo de ser foi modificado com a entrada na polícia militar.

Dessa forma, para formar um modo de ser que é partilhado e definido reciprocamente, é crucial que policiais estabeleçam *uma contínua identificação entre si* (Berger; Luckmann, op. cit.). Nessa direção, um sargento masculino aponta:

Nós somos uma outra sociedade dentro da sociedade. Primeiro que nós temos os nossos próprios valores, nós nos identificamos entre nós; nós temos os nosso laços afetivos entre nós mesmos e nos reconhecemos como tais; nós estamos submetidos a um regime jurídico próprio; nós temos um regime trabalhista próprio; ninguém é julgado como o PM é julgado. Então nós somos diferentes nesses aspectos todos aí. Nós somos uma coisinha diferente no meio do mundo, nós não pertencemos ao mundo.

Esse “modo de ser” também foi caracterizado por algumas praças como um “instinto” que estaria no *sangue*. Nessa direção, um sargento masculino de 52 anos de idade

¹⁶ As realidades pessoais ou individuais, independente da forma como foram constituídas, são precárias e altamente contingentes (Vera, 2016). Qualquer realidade para ser firme e duradoura, deve ser uma realidade compartilhada. Vera (2016) explica que as realidades são um dado adquirido, encaradas como auto-evidentes, mas que só possuem uma facticidade maciça quando são mantidas e reforçadas por mecanismos coletivos. Assim, a reciprocidade nas ações e em seus respectivos significados é fundamental para a construção de uma realidade social.

e 33 anos de experiência afirmou que se aposentou em 2005, mas que voltou para polícia militar, porque “*é vocação, está no sangue*”.

Por isso, independente de se estar fardado ou não, a serviço ou não, torna-se difícil esconder, disfarçar ou se desvencilhar daquilo que é sentido como natural, daquilo que se faz sem nem mesmo se dar conta. De acordo com os policiais:

O *instinto policial*. Você pega... você sai... por exemplo, você sai de casa e já orienta sua família: “Não desce desse jeito não!” ou “Esse lugar é assim...”. Você vai ao banco, olha pro lado, olha pro outro: “Opa! Não desce agora não tem muita gente aqui...” (Soldado Masculino, grifos meus).

Você tem aquela percepção, entra uma pessoa que não é da comunidade você fica “Quem é aquele? O que será que ele veio fazer aqui?” Você fica se questionando, você já faz mil e uma interrogações. *Tudo isso é instinto*. (Soldado masculino, grifos meus).

Além disso, o *habitus* funda condutas regulares, o que permite prever práticas: “o que se pode fazer” e “o que não se pode fazer” em um determinado *campo*. Se o primeiro conceito representa o social incorporado no indivíduo, o segundo representa a instituição social nos objetos. Portanto, o conceito de *campo* também é fundamental para a construção do esquema interpretativo de Bourdieu, já que a relação dialética entre *campos* e *habitus* permitiria as práticas dos agentes (Martins, 2002).

A sociedade seria formada por distintos *campos* que não representam necessariamente a continuidade um do outro. Bourdieu e Wacquant (1992: 127) explicam que *campos* são

Sistemas de relações objetivas que são o produto da instituição do social nas coisas e nos mecanismos com a quase realidade de objetos físicos; e, claro, tudo que nasce destas relações, ou seja, práticas sociais e representações, ou campos como apresentados na forma de realidades percebidas e apreciadas.

Esses sistemas de relações objetivas podem ser entendidos como estruturas de coações que condicionam o *habitus*. Sobre isso, Martins (op. cit.: 179) explica que “todo ator social desenvolve sua prática no interior de um campo específico e procura ajustar seu esquema de pensamento, percepção e ação às exigências e especificidades objetivas daquele espaço social”.

Assim, o “modo de ser” ou a identidade policial militar responde a um mundo

institucional. As práticas de seus agentes são controladas por regras explícitas e implícitas, ditas e não-ditas. A polícia militar é uma instituição que estabelece e define padrões de conduta. Conseqüentemente, para Dreher (2016) as instituições só persistem de geração em geração, pois são capazes de resistir e de evitar tentativas de mudanças. Pré-definindo as possibilidades de os indivíduos agirem, as instituições sociais representam um tipo de controle social que pode ser considerado, inclusive, uma forma preliminar do poder¹⁷ (Dreher, 2015).

Conseqüentemente, as tipificações institucionais não podem ser criadas instantaneamente, é necessário uma historicidade. Além de ser produto de uma história compartilhada, as instituições ao estabelecerem padrões previamente definidos implicam em controle social (Berger; Luckmann, 2014). Sobre esse controle institucional sob os indivíduos, um sargento masculino explica que,

Você [policial] não frequenta certos ambientes. Você não faz certas coisas e você tenta preservar mais a sua instituição, porque você tem toda uma tradição que você carrega, por mais que você ache que não deva carregar, esse inconsciente coletivo está dentro da gente.

Dessa forma, as/os policiais, ao se esforçarem para ajustar suas formas de agir, pensar e sentir de acordo com as exigências da instituição policial, afirmaram sentir-se diferentes, após a entrada na instituição, e, principalmente, distintos daqueles que não são policiais. Pode-se dizer que majoritariamente homens e mulheres policiais de distintas patentes apresentaram, em suas respostas, essa mesma sensação.

Além disso, esses agentes, mesmo quando não estão trabalhando, também afirmaram sentir-se cobrados pela sociedade. Essa sensação de cobrança pode ser interpretada pela posição que esses sujeitos ocupam na sociedade: são as representações vivas dos valores morais daquela realidade social. Ou, conforme apontou um oficial masculino: “*Se um policial falhar, macula toda uma Instituição*”. Ser policial é ter, portanto, uma identidade, um lugar a qual se pertence. Para melhor compreender esse pertencimento, o próximo tópico abordará o “ser policial” como a comunicação de um

¹⁷ Mesmo que o conceito de poder não seja especificamente o foco da obra “A construção social da realidade”, Dreher (2016) demonstra que a sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann ilustra os processos de formação de poder dentro da dialética da realidade objetiva e subjetiva, rejeitando assim a acusação de “esquecimento do poder” dirigida aos autores.

papel de acordo com a teoria de Goffman (2013).

2.3.3. Ser policial: o peso da farda e a cobrança social

Através da sociologia interacionista de Goffman (op. cit.), é possível considerar que a construção/afirmação de uma identidade pode ser pensada como a representação de um papel. Segundo Park (1950, apud Goffman, op. cit.: 31), “todo homem está sempre e em todo lugar, mais ou menos conscientemente, representando um papel. É nesses papéis que nos reconhecemos uns aos outros; é nesses papéis que nos conhecemos como a nós mesmos”.

Para o autor, uma forma do indivíduo ter sua identidade reconhecida, ou seja, ter credibilidade social, é a coerência entre o *equipamento expressivo* e o papel que ele executa. Esse equipamento pode ser “de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo” (Goffman, op. cit.: 34). Tal equipamento, denominado de fachada, é composto por duas partes: cenário e fachada pessoal. A primeira compreende a “móvel, a decoração, a disposição física e outros elementos do pano de fundo que vão constituir o cenário e os suportes do palco para o desenrolar da ação humana executada diante, dentro ou acima dele” (Goffman, op. cit: 34).

O cenário, no geral, permanece na mesma posição geográfica e, assim, aqueles que usam determinado cenário como parte de sua representação muitas vezes precisam estar neles para poderem começar e terminar sua atuação¹⁸ (Goffman, op. cit). A fachada pessoal, por sua vez, também compõe o equipamento expressivo utilizado pelo ator. Essa para Goffman (op. cit.: 36) refere-se às “partes cênicas de equipamento expressivo” ou “veículos de transmissão de sinais” pelos quais identificamos o ator da representação¹⁹.

Com essas condições, a/o policial poderá produzir sentidos e significados válidos socialmente para aquela representação. Consequentemente, a atuação tornar-se-á

¹⁸ Por exemplo: professores, médicos, juízes, que para iniciarem sua atuação precisam se posicionar na sala de aula, no consultório ou no tribunal respectivamente. No caso dos policiais, um batalhão ou uma delegacia poderia ser entendida também como um cenário que compõem a representação do papel do polícia militar ou civil.

¹⁹ Alguns destes podem ser mais fixos pois não variam para o indivíduo de uma situação para outra como o sexo e as características raciais. Enquanto outros desses veículos de sinais são móveis ou transitórios como a expressões faciais, gestos corporais, padrões de linguagem.

responsável também por reafirmar os valores morais da comunidade representada que, no caso, refere-se à instituição policial²⁰. Por isso, Goffman (op. cit.: 48) observa que “quando o indivíduo se apresenta diante dos outros, seu desempenho tenderá a incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade até realmente mais do que o comportamento do indivíduo como um todo”. Um soldado explica que “*Você é um cidadão, uma pessoa comum, quando está à paisana. Entre aspas, né, porque se alguém conhece você...*” (Policial Masculino Soldado). Assim, ao dizer que um policial seria “uma pessoa comum entre aspas”, esse soldado está dizendo que ser policial é, na verdade, não ser um indivíduo comum, com atitudes comuns, mas atitudes distintas do que é comumente esperado, mesmo quando se está sem a farda. Aqui, a vigilância e/ou cobrança, sentida pelas/os policiais em seu dia a dia, pode ser entendida também como um elemento que distingue policiais de não-policiais, ou seja, uma marca da sua identidade profissional. Sobre isso, um Capitão masculino, 39 anos de idade e 19 anos de polícia militar descreve que

Na sociedade no meio familiar e com os amigos você tem que ter uma conduta diferenciada, por exemplo, alguns amigos meus iam fazer algumas coisas e eu por já ser policial militar ‘Não vou fazer’. Às vezes, ia fazer coisas simples, exemplo, na época, estava na moda um bar árabe que tinha aquele narguilé, de ficar sugando, e eu falava: ‘Não, algumas coisas eu não me sinto tão à vontade de fazer devido à minha condição de policial militar’.

As/os policiais parecem dizer que há sempre uma expectativa diante à atitude de um indivíduo que é policial, independentemente de estarem em serviço ou não. Isso ocorre, pois esta atitude será relacionada não somente ao indivíduo em si, mas a fachada institucional ali presente,

Uma determinada fachada social tende a se tornar institucionalizada em termos de expectativas estereotipadas

²⁰ A representação de um papel traz consigo expectativas. O público ou a plateia também espera uma coerência entre *aparência, maneira* e ambiente (Goffman, 2013). *Aparência* refere-se aos estímulos que revelam o status social do ator ou informam o estado ritual temporário do indivíduo. Por exemplo: se o ator está numa atividade formal, recreação informal ou se está numa fase no ciclo de vida (Goffman, 2013). E *maneira* são os estímulos que informam sobre o papel de interação que o ator espera desempenhar na situação que se aproxima. Por exemplo: uma maneira arrogante pode significar que o ator iniciará a interação verbal e que dirigirá seu curso (Goffman, 2013).

abstratas às quais dá lugar e tende a receber um sentido e uma estabilidade à parte das tarefas específicas que no momento são realizadas em seu nome. A fachada torna-se uma “representação coletiva” e um fato, por direito próprio (Goffman, 2013: 39).

O papel representado pela/o policial deve, assim, ser compreendido a partir do equipamento expressivo que deve ser empregado pelo indivíduo. Conforme Goffman (op. cit.: 40), “quando um ator assume um papel social estabelecido, geralmente verifica que uma determinada fachada já foi estabelecida para esse papel”. Nessa direção, é possível refletir na atuação da/o policial militar como a representação não só de um papel, mas também de uma instituição social e de seus valores. Assim,

A instituição, com seu conjunto de ações “programadas”, assemelha-se ao libreto não escrito de um drama. A realização do drama depende do repetido desempenho dos papéis prescritos por parte de atores vivos. Os atores corporificam papéis e efetivam o drama ao representá-lo em um determinado palco. Nem o drama nem a instituição existem empiricamente separados desta realização repetida (Berger; Luckmann, 2014: 101).

Os papéis desempenhados representam as instituições sociais e as tornam possíveis. Consequentemente, ter que responder a esse contexto institucional e a sua fachada, pode ser sentido como um peso para mulheres e homens policiais de distintas patentes. Nessa direção, um Sargento Feminina afirmou que “*A farda ela te traz um peso, né? A partir do momento que você sai fardado eles [os vizinhos] veem que você é o socorro imediato em qualquer situação, em qualquer circunstância. Vai atender mais rápido ou, pelo menos, procurar uma solução mais rápida*”. Essa policial apresentou a farda como um símbolo que distingue não-policiais de policiais. Consequentemente, aqueles/as que a carregam no corpo, carregam também a expectativa de ser um “socorro imediato”.

Ser esse socorro é responder às cobranças de ser um policial. Nessa direção, durante o grupo focal, cabos, soldados e sargentos associaram sua profissão ora como um “peso” ora como uma “responsabilidade”. Essa relação deve-se ao fato de que, para estas/es policiais, o indivíduo que é visto como um policial militar – fardado – é identificado como um indivíduo que está sempre à serviço da sociedade: um socorro imediato. Ainda sobre isso, uma policial explica: “Eles [os vizinhos] não chamam o 190, porque é mais fácil correr na minha casa e bater (Policial Feminina Soldado)”.

Goffman (2013: 38) explica que “os observadores, então, só precisam estar familiarizados com um pequeno vocabulário de fachada, de fácil manejo portanto, e saber como responder a elas a fim de se orientarem numa grande variedade de situações”. Assim, os policiais parecem não ser vistos como simples vizinhos, mas principalmente como indivíduos que provavelmente responderão sem hesitar a uma demanda inesperada.

Um policial explica que “ser policial” é como ser um *socorro presente* e questiona a mediadora do grupo: “Somos vistos pela sociedade como socorro presente. Quando você precisa de socorro você chama quem? A Polícia. Independente de qual seja o problema” (Policial Masculino Sargento). Outro policial, com 9 anos de experiência, exemplificou: “Já bateram na minha casa de madrugada, o marido espancando a esposa...” (Policial masculino Soldado).

Tanto nos grupos focais com as praças como nas entrevistas com as/os oficiais, foram variados os relatos nos quais a atuação do policial foi requisitada mesmo fora do expediente pela comunidade. Uma oficial superior, de 53 anos de idade e 28 anos de polícia militar descreve que

Na minha vizinhança quando alguém tem algum problema ao invés de ligar no 190 vai na casa da policial²¹ e esta quer descansar um pouco, não? Será que alguém vai na casa do juiz quando o juiz está em casa? Fala “Doutor, eu vim aqui pro senhor me passar uma sentença, alguma coisa” Não. Mas na casa da policial querem ir, né?.

A policial acima apresenta essa expectativa em relação a seu trabalho como uma marca da sua profissão, já que um juiz, por exemplo, não passaria por uma situação como essa. Pode-se dizer que essas situações foram apontadas também como uma experiência particular daquele que é policial, ou seja, uma marca da sua identidade.

Nessa mesma direção, apontou uma policial feminina: “*Se tem um policial perto, o 190 não existe. Bate ali e pronto*”. Os vizinhos ou a comunidade parecem perceber a representação desses atores como sendo a sua única prática ou, pelo menos, a sua mais essencial (Goffman, 2013). E a reação das/os policiais não parece ir contra a ideia de um

²¹ Conforme já comentado na parte metodológica, com o objetivo de prezar pelo sigilo na pesquisa, especialmente em relação às policiais de patente superiores (majores, coronéis e tenente-coronéis), buscou-se apenas referir-se a elas como “Oficial superior feminina”. Nessa fala, a policial faz referência a sua própria patente, por isso, a troca pela palavra “policial”.

“socorro presente” ou “socorro imediato”. Essa ideia está diretamente ou indiretamente relacionada a função de “servir” e “ajudar” a comunidade. Sobre isso, dois tenentes descreveram respectivamente: “*Ser policial militar é sempre uma pessoa disposta a ajudar, tem obrigação ajudar e ele está ali pra isso, a maioria não espera*” e “*Ser policial militar é ter a certeza que você pode servir e ajudar alguém*”.

Assim, as/os policiais, que associam sua função e papel na sociedade com a ideia de “socorro presente” ou “socorro imediato”, podem sentir-se na obrigação de dar a impressão compatível e coerente com essa ideia de polícia. Sobre isso, Goffman (2013: 64) explica que

Os atores comumente tentam exercer uma espécie de responsabilidade por sinédoque, tomando providências para que o maior número possível de acontecimentos da representação, por mais que sejam instrumentalmente inconsequentes, ocorra, de modo tal a não causar impressão ou a dar uma impressão compatível e coerente com a definição geral da situação que está sendo promovida

Um policial reintegrado, com 33 anos de polícia explicou: “A maioria das crianças que nasceram na minha rua... Fui eu que levei as mulheres pra ganhar o neném, de madrugada” (Soldado masculino). Outro soldado, com 13 anos de serviço, também relatou uma situação similar na qual deixou a família para poder “auxiliar” um de seus vizinhos:

Aconteceu comigo nove horas da noite de um domingo um vizinho teve um problema e foi bater lá na minha casa “Me ajuda, me ajuda”. Eu estava na minha casa no meu horário de folga, colocando minha filha pra dormir, e não disse “Se vira, cuida da tua vida”. Eu deixei minha família e fui lá auxiliar dentro das minhas possibilidades (Policial Masculino Soldado).

Segundo Goffman (2013: 46), “ao mobilizar seu comportamento para fazer uma demonstração, estará interessado não tanto no curso completo das diferentes práticas que executa, mas somente naquela da qual deriva sua reputação profissional”. Por isso, o autor explica que um profissional pode desempenhar um papel modesto quando está numa loja, em sua casa; no entanto, na esfera social, ao exercer a sua competência profissional, se preocupará bastante em demonstrar eficiência.

Dessa forma, será que as/os policiais poderiam, nas circunstâncias relatadas, negar ser um “socorro imediato” ou um “socorro presente”? Não agir é uma alternativa validada

moralmente ou socialmente aceita? Na medida em que se entende o *habitus* policial é relativo a um determinado *campo* e, por isso, é um “modo de ser” compartilhado e internalizado que não ocorre de maneira “solta” ou livre das coerções institucionais e morais, pode-se dizer que as/os policiais não poderiam agir de outra forma sem serem julgados pela sociedade ou mesmo por seu pares.

Mulheres e homens policiais tanto praças quanto oficiais sentem-se vigiadas/os e controladas/os em suas atitudes mesmo quando não estão fardadas/os. Essa expectativa constante que existe em relação a sua postura dentro e fora da instituição é resultado do papel que a instituição policial desempenha na sociedade. Essas/es profissionais são representantes vivos da ordem e da moral social. Conseqüentemente, essa cobrança e vigilância em relação a sua imagem social foi identificada como uma característica significativa que distingue policiais de não-policiais, ou seja, uma marca identitária. Seriam, por isso: “pessoas comuns entre aspas”. A vigilância em relação a seus próprios atos também foi observada por Muniz (1999) em sua etnografia com policias militares do Estado do Rio de Janeiro. Para essa autora (op. cit.: 103), a entrada na polícia pode inaugurar também o pertencimento a um mundo novo,

Um tipo de pertencimento no qual a fidelidade e o amor dedicados à corporação e à própria persona institucional assimilada pelos indivíduos, devem ser encenados nos espaços mais distintos de sociabilidade dos conversos, até mesmo nas esferas mais triviais do mundo social, como uma festa de aniversário de criança, por exemplo. Na administração cotidiana dessa subjetividade parece ser preciso se manter vigilante, em uma espécie de estado existencial de prontidão, jamais perdendo de vista o comprometimento de sempre “honrar a farda” “em cada ação realizada”, “em cada ideal alcançado”, em suma, “em cada exemplo deixado”.

Portanto, de acordo com mulheres e homens policiais de distintas patentes, a vigilância e o controle em relação às próprias atitudes e posturas e “ser um socorro presente” ou “ser um socorro imediato” distinguiriam a profissão da/o policial militar de outras, podendo ser pensadas, portanto, como marcas dessa profissão e da identidade policial militar.

2.4. Identificar-se é preciso!

Conforme já discutido, para um mundo institucional ser interiorizado e, assim, um *habitus* ser constituído é crucial que os indivíduos internalizem os sentidos e os significados do “corpo de imagens”, das “alegorias”, dos “símbolos rituais ou materiais” referentes àquele espaço institucional (Berger; Luckmann, 2014). No entanto, esse não é um processo automático ou mecânico, pois o processo de interiorização ou internalização de um *habitus* só se realiza através da identificação. Sobre isso, um soldado, com 9 anos de experiência explicou: “*Se você não se identificar, pede pra sair mesmo, porque realmente é um trabalho diferenciado*”.

Nessa direção, duas características principais da polícia militar foram apresentadas, por mulheres e homens policiais, como fatores de identificação com essa instituição. O primeiro refere-se aos valores voltados para o militarismo e o segundo, ao uso da farda.

2.4.1. O militarismo

Valores voltados para o militarismo, como hierarquia e disciplina, foram apresentados por homens e mulheres policiais, em geral das patentes superiores, como fontes de identificação com a polícia militar. Esta identificação também foi fonte de motivação para que as/os entrevistadas/os a seguir seguissem a carreira de Policial Militar,

Primeiro, porque eu sempre me identifiquei com a área militar, e na época eu era oficial do Exército em Natal. Mas, eu era oficial temporário, naquela época, né? E meu tempo já estava quase que expirando no Exército e eu não queria perder esse vínculo com a área militar (Coronel Masculino, 46 anos de idade, 23 anos de polícia militar, grifos meus).

Eu era oficial temporário do Exército Brasileiro, então tinha uma identificação com a vida militar e quando surgiu a oportunidade de vir pra PMDF, como lá eu era oficial temporário, eu vi logicamente além da familiaridade com a função militar que eu teria o prosseguimento de uma carreira e não só um espaço de tempo pra exercer a função (Coronel masculino, 47 anos de idade, 24 anos de polícia militar, grifos meus).

Eu venho de uma família que o meu pai é do Exército, ele está na Reserva agora. (...) Eu acho que foi influência do meu pai e a influência de querer um trabalho que me desse condições de poder casar, né? E eu gostava também de como meu pai lidava com a nossa educação, da forma como nossa família estava estruturada em torno, geralmente, do pai (Oficial superior feminina, 53 anos de idade, 28 anos de polícia militar, grifos meus).

Minha irmã trabalhava no Quartel General do Exército aqui em Brasília, e a gente foi numa unidade militar, hospedadas, e eu vi a movimentação e me encantei e foi minha irmã que falou “Pra você ser militar aqui no Exército você tem que ter uma formação superior...” e isso ia demorar um pouco, porque eu tinha acabado de entrar na faculdade. ‘Mas em Brasília você pode fazer Academia de polícia militar ou de Bombeiro!’. *E foi mais ou menos a partir daí, de ver o movimento de uma unidade militar, ver como é a vida, a rotina, e ter me identificado de primeira* (Oficial superior Feminina, 40 anos de idade, 17 anos de polícia militar, grifos meus).

Eu gostaria de dizer que, pessoalmente, tive a minha motivação mais na realização pessoal, embora não tivesse influência de terceiros, de pai, parentes, o que quer que seja, *mas eu tinha, no meu íntimo, uma identificação muito grande com a Polícia militar, com o militarismo, com o civismo* e embora não tivesse o entendimento que tenho hoje, mas eu sabia, na época, da necessidade da Polícia pra sociedade... (Sargento Masculino, 44 anos de idade, 22 anos de polícia militar, grifos meus).

Conforme pode-se verificar, a identificação com valores do militarismo ou com a “vida militar” foi percebida pelas/os policiais antes mesmo delas/es entrarem para a polícia militar. Nas duas primeiras respostas, por exemplo, a identificação surge na passagem dos entrevistados pelo Exército. As respostas das duas oficiais femininas, por sua vez, tiveram contato com os valores do militarismo devido a influência de familiares que também eram do Exército. O último entrevistado ressaltou que apesar de não possuir familiares que atuassem no Exército, possuía uma identificação “intima” com o militarismo.

Importante apontar que algumas/os das/os entrevistadas/os, principalmente do círculo das praças, não tinham como projeto de vida tornar-se policial. Nessa direção, a principal motivação para ter entrado na polícia militar refere-se a oportunidade de mobilidade econômica e estabilidade. Este foi o caso de um Sargento masculino de 37 anos de idade e 18 anos de profissão: “Eu venho de uma classe social que tinha duas opções, ou ia pro crime, ou pro subemprego ou ia pra Polícia, né? Na Polícia não era por ser vocacionado ou por admirar nem nada, é porque eu precisava viver mesmo, precisava do emprego”.

Além disso, a identificação com o militarismo não foi consensual entre os policiais. Durante o grupo focal de cabos e soldados, por exemplo, os valores voltados para o militarismo – disciplina e hierarquia – não foram destacado como uma motivação para a

entrada na Polícia e nem como um elemento de distinção de um modo de ser específico. Para a maioria dos sargentos, durante o grupo focal, esse elemento foi usado para apontar os problemas da instituição, conforme verifica-se nas seguintes respostas:

Eu me sinto desprestigiado na questão interna da polícia militar na questão da assistência por parte dos escalões superiores ao policial como um todo, tá entendendo? Às vezes você chega dentro de algum departamento da própria instituição e você não tem uma receptividade que seja, pelo menos, condizente (...). Nós éramos pra sentar e conversar não de superior pra “praça”, nada disso, nós tínhamos que conversar como profissionais e é por isso eu entendo que o militarismo é extremamente prejudicial, o policial fica até cismado: “Não pode identificar o nome, tem que ter cuidado...”. Por quê? Porque você vai sofrer uma represália, o cara vai te olhar diferente se você discordou de uma ideia ou outra, se você apontar uma situação ele vai olhar “Você fez essa ocorrência desse jeito aqui? Você podia ter feito assim, você podia ter feito assado...” (Sargento Masculino, 37 anos, 18 anos de Polícia militar, grifos meus).

A Polícia cresceu e ela tem muito pra melhorar, e se ela não se desmilitarizar nos próximos dez anos quem vai acabar com ela vai ser a própria sociedade, com o militarismo; *o militarismo ele amarra mesmo, ele tira o poder do cara inteligente agir. Você cria um projeto, igual o rapaz aí criou o projeto e o projeto pra entrar em ação dependia do outro pra ganhar (...). Então, ela [Polícia] vai evoluir muito mais quando o militarismo cair e eu acho que vai cair, porque ele tinha o poder e caiu. A sociedade é muito grande nós somos o que? 200 milhões e o militarismo, se brincar, não dá 3% ou 4% disso. É como eu falei, é uma empresa e se fosse pra renovar o serviço dela pra sociedade, era difícil renovar o serviço (Sargento Masculino, 44 anos de idade, 22 anos de polícia militar grifos meus).*

Nas duas respostas acima o militarismo foi associado à pouca autonomia de ação no cotidiano de trabalho das praças. A hierarquia militar é tida como uma característica que afasta as praças das decisões e, conseqüentemente, gera prestígio e status distintos na instituição. O militarismo foi, assim, o elemento da instituição que permite que as relações entre praças e superiores sejam assimétricas. Dessa forma, a/o policial praça pode sentir que não tem voz, influência ou poder dentro da corporação. Esse distanciamento entre praças e oficiais, ao ser interpretado como uma consequência do militarismo, pode fazer com que as praças sintam-se prejudicadas dentro da instituição. Por outro lado, pode-se perceber que as identificações positivas com relação ao militarismo, em sua maioria,

referem-se às respostas dos policiais oficiais, justamente, os atores que ocupam as posições de comando e, conseqüentemente, de maior salário, prestígio e *status* dentro da instituição.

Além dos valores voltados para o militarismo, o uso da farda foi apontado com um forte símbolo de identificação com a profissão, como, por exemplo, apontou o tenente a seguir ao explicar o que o motivou a entrar para a polícia militar:

Logo que eu entrei como soldado, vi que era melhor ser oficial do que ser soldado. Eu estudava na UnB, fazia Física e fiz concurso pra oficial *e eu também sempre gostei de farda* e tentei dois concursos do Exército, só fiz concursos militares mesmo. Aí prestei pra PM e nunca pensei em sair. *Eu gosto muito da minha carreira, sempre gostei de usar farda.*

Assim, o próximo tópico irá abordar as representações sociais sobre o uso da farda, símbolo que produz orgulho e sensação de distinção, segundo homens e mulheres policiais de patentes distintas.

2.4.2. O uso da farda e o verdadeiro trabalho policial

Como base nos estudos realizados por Sirimarco (2013)²², acredita-se que um dos sentidos e significados sobre o uso da farda é sua associação a um símbolo que demarca uma posição ou um status. A partir do método etnográfico, a autora se aproximou de policiais de diversas funções e hierarquias. Um de seus objetivos foi entender a instituição policial a partir dos significados presentes no uso da farda.

Sirimarco (op. cit.) aborda a farda como uma investidura ou como um dos símbolos mais estimados para a força policial. Um dos coronéis entrevistados, por exemplo, relata que, por ser oficial, o momento no qual ele mais tem orgulho da sua profissão é *“quando meus filhos me veem chegando fardado”*. Segundo a autora (op. cit.) a farda é codificada como honra e respeito desde os níveis iniciais da trajetória profissional pelas normas, regulamentos e também a partir do esforço dos policiais superiores. Ela afirma que (op. cit.: 40),

²² Durante onze anos em trabalho de campo, Sirimarco (2013) realizou suas pesquisas nas seguintes instituições policiais da Argentina: Escuela Federal de Suboficiales y Agentes (Policía Federal Argentina – PFA), Escuela de Policía “Juan Vucetich” (Policía de la Provincia de Buenos Aires – PPBA), Liceo Policial (PPBA), Escuela Superior de Policía (PPBA).

Uma farda asseada sobre um corpo saudável, limpo e decente é sinal inequívoco de respeitabilidade e de correção moral. Assim deve ser vista e valorizada a vestimenta policial e, portanto, a instituição como um todo. A farda se torna, assim, um locus de poder e de visibilidade, um elemento que atrai a atenção. Melhor ainda: um elemento que deve ser visto em seu esplendor, para ressaltar a presença da autoridade e conferir-lhe sua relevância.

Nessa mesma direção, uma oficial superior com 53 anos de idade e 28 anos de polícia militar ressalta que a farda só é símbolo de respeito quando associada à honestidade da/o policial. Segundo ela: “Eu acho que essa farda aqui, simbólica, ela só é respeitada quando tem o componente da honestidade. Acho que as pessoas confiam em você como policial quando a tua honestidade passa dos limites de tudo que se possa imaginar, né?”.

No grupo focal com cabos, soldados e sargentos a farda foi representada, por homens e mulheres, como um símbolo que distingue policiais de não-policiais (paisanos), mas também foi identificada como uma marca que transforma e transmuta aquele que a veste. Dois sargentos, explicam como seria essa transformação:

A medida que vai se aproximando o momento, eu não acho que deixamos de ser policial em não estar fardado. Mas, à medida que a gente vai colocando essa farda eu me transformo. Você se reveste de uma nova pessoa, é alguém com um novo momento, entendeu? E mesmo sendo mãe, mesmo sendo esposa, você sai na rua diferente (Sargento Feminina, grifos meus).

Você, uma vez fardado, você pode andar sem farda que um cara te vê e “Aquele cara é polícia!”. Eles te conhecem. “Ele é polícia!”. “O polícia” pode estar sem farda e o cara sabe que ele é polícia, você pode estar sem farda que ele consegue te identificar (Sargento Masculino).

As representações sociais sobre o uso da farda apareceram nas respostas como um dos elementos que transformam o indivíduo em um policial. Em ambos depoimentos, as/os policiais demonstraram sentir-se distintos, diferentes, transformadas/os com o uso da farda. No segundo relato, por exemplo, a farda é associada a uma identidade ou a uma marca, pois, “uma vez fardado”, o policial será sempre identificado. De acordo com Sirimarco (op. cit.) a eficácia simbólica da farda está justamente na transformação que o sujeito sente com o seu uso. Isso significa que esse sujeito não só projeta uma determinada imagem sobre os outros, mas também transforma a imagem que tem de si mesmo.

Conforme Sirimarco (2013), a farda é símbolo que transmite múltiplos sentidos. Seu uso pode inclusive ser uma ferramenta para impor a autoridade policial. Sua presença pode ser signo de intimidação e, conseqüentemente, um instrumento de coação. A partir dessa perspectiva, outro relato institucional verificado, nos discursos de policiais masculinos, sobre o uso da farda, refere-se à relação entre este símbolo e um estado viril. Segundo um sargento masculino, por exemplo, a farda é como um “*manto sagrado em que até o covarde fica macho*”. Como *manto sagrado*, a farda é muito mais do que uma vestimenta. Ela possuiria, assim, um caráter divino que estaria acima do que é ordinário, capaz até de transformar os indivíduos. Com ela, este passaria de um lugar de descrédito social – o covarde – para um de prestígio e símbolo de status social positivo – o macho.

Assim, o “ser policial” pode ser associado à característica ou ao estado de ser viril, tida como natural da masculinidade ou do mundo masculino. Nessa mesma direção, um Tenente de 52 anos de idade e com 28 anos de serviço, explicou que

Na polícia militar, quando o indivíduo realmente adentra a Corporação, tanto quanto a farda, *começa a correr o sangue cinza* e isso, talvez, seja o meu legado. Meus avós foram policiais militares, meu pai foi policial militar e então isso me atingiu de veras. Eu passei no concurso da Polícia Civil e da Polícia Federal, e ambos estão ganhando muito mais do que eu hoje. *Eu queria era vestir uma farda com um revólver de um lado e o cassetete do outro e sair combatendo a criminalidade*; eu queria era que o povo me visse e sentisse a minha presença (Tenente, 52 anos de idade e 28 anos de polícia militar, grifos meus).

De acordo com o tenente acima, o “verdadeiro policial” é aquele que “realmente adentra a Corporação, tanto quanto a farda”, aquele que veste uma farda com “um revólver de um lado e o cassetete do outro”. A farda, o revolver e o cassetete seriam a marca de um policial legítimo. Farda, revólver e cassetete são, portanto, símbolos de status positivo, de respeito e de autoridade. Estes dois instrumentos – revolver e cassetete – também podem ser associados a valores que simbolicamente constituem o mundo masculino como o uso da força ou da violência. Aqui, o “verdadeiro policial” aparece novamente com a função primordial que é combater à criminalidade e tem o policial masculino como seu protagonista principal. Dessa forma, tem-se a construção do policial de verdade, do policial de *sangue cinza*. Esta cor refere-se a cor da farda dos policiais que não estaria apenas fora no corpo do indivíduo, mas introjetada em todo seu ser. Ter *sangue cinza*

significa ter a instituição dentro de si, significa, portanto, que a instituição é parte do próprio indivíduo.

Woodward (2011: 9) afirma que “a identidade é marcada por meio de símbolos.” Nesse sentido, a farda, além de ser uma vestimenta em comum entre policiais militares, foi, principalmente, representada como símbolo identitário. Assim, principalmente os policiais masculinos, em suas representações sociais sobre o trabalho de rua ou o trabalho ostensivo, associaram a farda a um símbolo de distinção do “policial de verdade”, que seria, portanto, aquele que combate à criminalidade.

No grupo focal de tenentes, por exemplo, a *polícia fardada* foi majoritariamente representada como a “verdadeira polícia”. Dessa forma, a farda foi considerada uma marca do policial que trabalha na rua combatendo bandido. Um dos tenentes afirmou firmemente: “*Polícia somos nós que chegamos na hora do crime, troca tiro, prende o bandido, que mete na parede e sabe algemar. Eles não são polícia, eles têm só o dito de polícia... polícia somos nós*”. Nesse sentido, para outros três tenentes, o policial civil seria, portanto “um mero “registrator de ocorrências”; um “balconista de delegacia, um digitador” e até mesmo um “burocrata”. O combate ao crime seria, para esse policiais, a principal atividade do verdadeiro policial.

O verdadeiro trabalho policial estaria diretamente associado ao trabalho ostensivo, de rua. Por isso, as representações sociais sobre “o ser policial”, apontaram que a polícia militar seria não só distinta, mas também oposta à Polícia Civil, como se verifica a seguir:

A verdade é que tudo acaba sendo questão de Polícia, acaba que tudo se volta pra Polícia. A Polícia a primeira coisa que ela lembra é da Polícia, se o carro bater chama a Polícia; se alguém cai na rua com convulsão liga pra Polícia. Eu acho incrível isso. Detalhe, pois é a *Polícia fardada, porque ninguém lembra da Polícia Civil nem pra falar mal* (Sargento Masculino, 22 anos de serviço, 44 anos de idade, grifos meus).

Eu volto a dizer o que eu disse antes, a *sociedade só reconhece o policial militar como polícia*; o policial civil eles entendem que é só chegar na delegacia pra registrar a ocorrência por lá. Na rua se está acontecendo alguma ocorrência você vai chamar o policial civil? Não vai. *Quando você está na necessidade precisando de polícia você vai chamar a Polícia Civil? Não vai* (Tenente masculino, grifos meus).

O policial militar não, ele vai lá na casa ver a circunstância em que se deu, vê a situação. (...) *Nós nos envolvemos mais com os*

problemas da sociedade do que o policial civil (...) E eles querem mais dinheiro, mais distância da polícia militar, mais aproximação do Judiciário, querem status de não sei quem, de juiz, e vai por aí afora (Sargento, grifos meus).

A polícia militar foi representada como aquela polícia que todos lembram e demandam serviços e “já sabem até o número.”. Aquela que verdadeiramente se envolveria com os problemas da sociedade, tanto que “*se a polícia militar falar assim ‘Vou parar!’*, o caos tá feito; *se a Polícia Civil ficar 15 dias parado, quem é que sente alguma coisinha?*”. Seria, portanto, a instituição que verdadeiramente trabalha e age em prol da sociedade.

Majoritariamente, policiais homens de distintas patentes afirmaram que o “verdadeiro policial” o que realmente trabalha seria, portanto, o *policial fardado*. Sobre isso, um sargento masculino afirma: “*A nossa vontade de trabalhar que é fora do comum, em relação a eles [policiais civis], a nossa, assim, extrapola, né? A gente faz sem recurso, sem apoio, mesmo passível de responder criminalmente*”. Enquanto, o policial civil, “*pega o negócio mais fácil, mastigado, é polícia de balcão*”, completou outro sargento masculino, durante o grupo focal. “Polícia de balcão” seria uma expressão pejorativa utilizada aqui para se referir à polícia civil cujo trabalho não é visto, não encontra-se constantemente na rua e, por isso, seria um trabalho mais fácil do que aquele executado pelos policiais militares.

Ainda nessa direção, um tenente explicitou “A polícia militar faz tudo, ela vai atrás, *pega o bandido*, leva pra delegacia e a Polícia Civil ganha os louros. Põe na caixinha, embrulha, põe o lacinho de fita e pronto. (...) Você se mata de trabalhar, mas o mérito vai pra eles”. O policial militar é aquele que “se mata de trabalhar”, pois é quem “*vai atrás, pega o bandido, leva pra delegacia*”. Novamente, policial de verdade seria aquele que combate à criminalidade.

Percebe-se, nos relatos, que a farda representa um símbolo, uma marca da identidade profissional e de seus valores. Os sentidos transmitidos pela farda são produzidos e reproduzidos pela instituição policial e por seus principais atores. São, por isso, derivados de narrativas institucionais sobre o que é a instituição tanto para aqueles de dentro como para os de fora. Para Sirimarco, essas narrativas são relatos institucionais que

Encenam discursos, vivências e valorizações e que a permitem pensar a si mesma como grupo social e como instituição. Trata-se

de estabelecer diretrizes que pretendem guiar os próprios integrantes ou os de fora em busca de uma determinada apreensão da realidade social (2013: 31).

O relato institucional é uma matriz que organiza as experiências conferindo-lhes significados. A instituição narra-se para reproduzir-se (Sirimarco, op. cit.). Através desses relatos, a instituição se apresenta. Por isso, tais relatos são necessários para a própria existência das instituições sociais. Importante ressaltar que são variadas as narrativas sobre uma mesma instituição, pois estas também representam um espaço de disputa e poder.

Portanto, sobretudo para homens policiais, tanto praças como oficiais, o uso da farda foi representado como um dos símbolos compõe a identidade do “verdadeiro policial”, ou seja, daquele que está nas ruas combatendo o crime. Para esses policiais, a farda enquanto símbolo carrega inúmeros sentidos e significados que traduzem a cultura do policial militar e, por isso, é também uma marca de distinção em relação aos “não-policiais” e à Policial Civil. Pode-se dizer, assim, que uma identidade, com seus símbolos, valores, práticas, traduzem também a especificidade, a particularidade e a distinção desse grupo.

Nas representações sociais das mulheres policiais, o “vestir a farda” se correlaciona a um momento de transformação e também a valores como honestidade e orgulho. Nesse caso, infere-se que o uso da farda, serve à afirmação simbólica de uma pertença O orgulho em relação ao símbolo da farda contribui também para estabelecer e reforçar o vínculo social entre homens e mulheres policiais.

3. Mulheres na Polícia Militar

Uma situação em comum a vários países considerados de tradição democrática são as diversas resistências corporativas ao ingresso de mulheres nos meios de segurança tanto da defesa nacional quanto da ordem pública (Soares; Musumeci, 2005).

A Marinha do Brasil foi a primeira das Forças Armadas a permitir o ingresso de mulheres em seus quadros. Essa experiência se inicia em 1980, a partir da criação do Corpo Auxiliar Feminino Reserva da Marinha (Souza, 2014). No entanto, somente em 2012 registrou-se a ascensão de Dalva Maria Carvalho Mendes ao posto de contra-almirante, sendo a primeira mulher no país a alcançar uma posição equivalente ao de general de duas estrelas no Exército (Souza, op. cit.).

Em relação às organizações policiais, é interessante perceber que tal ingresso foi tardio. Em uma instituição referencial, como a polícia inglesa, matriz das modernas burocracias policiais, a inserção de policiais femininas em seus quadros apenas ocorreu na década de oitenta, 150 anos após a sua criação (Muniz, 1999).

No Brasil, a primeira polícia feminina é da década de 1950, porém, pode-se dizer que o ingresso sistemático de mulheres nas Instituições de Segurança Pública ocorre apenas na década de 1980. Além do ingresso tardio de mulheres nessas instituições, pode-se dizer que a ocupação em cargos mais altos, em diversos estados brasileiros, ocorreu somente a partir da primeira década do século XXI (Senasp, 2013a).

O aumento do número de mulheres nas Instituições de Segurança Pública consequentemente implicou o interesse em se compreender os aspectos simbólicos e objetivos que constituem o trabalho feminino nesses espaços tradicionalmente relacionados ao masculino. Assim, os primeiros estudos acadêmicos, no Brasil, sobre a presença feminina nas instituições policiais do país datam do final dos anos de 1999 e início dos anos 2000 (Souza, 2014).

Dentre os estudos acadêmicos pioneiros e referenciais na área das Ciências Humanas e Sociais sobre a temática “mulheres nas instituições policiais”, tem-se o capítulo “Delegada: Doutora e Policial” de Maria Tereza Sadek (2003), publicado no livro: “Delegados de polícia: quem são e o que pensam”. Essa pesquisa teve como principal objetivo compor um retrato da mulher delegada, aquela que, segundo a autora, conseguiu

romper a barreira da exclusividade masculina e adentrar em uma das mais importantes carreiras do sistema de justiça e de segurança pública.

No âmbito da polícia militar, a dissertação de mestrado de Marcia Esteves de Calazans (2003), “A constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na brigada militar do Rio Grande do Sul”, é referência nos estudos sobre a inserção de mulheres nas instituições policiais. A autora buscou entender como a instituição constitui mulheres em policiais militares. A partir da entrada do contingente feminino na polícia, a autora também buscou refletir sobre a constituição das concepções de segurança pública do país.

Outro estudo considerado pioneiro em aprofundar o conhecimento sobre a atuação de mulheres nas Instituições de Segurança Pública é o livro “Mulheres Policiais: Presença feminina na polícia militar do Rio de Janeiro”, lançado em 2005, por Barbara Soares e Leonarda Musumeci. Estas tinham como objetivos identificar e analisar os papéis que as mulheres policiais vêm realmente desempenhando na instituição; as mudanças provocadas pela inserção feminina na corporação e os desafios enfrentados por essas profissionais dentro da instituição. A partir desses questionamentos, a obra teve como objetivo realizar um balanço sobre a participação feminina na polícia militar.

O livro de Soares e Musumeci foi resultado do projeto *Mulheres policiais: impactos da participação feminina nos quadros das Polícias Militares brasileiras* que objetivou conhecer os impactos da presença de mulheres no efetivo das polícias militares de todo país tanto do ponto de vista da organização interna quanto da ótica das relações entre polícia e a população. Esse estudo, que teve suporte financeiro da Fundação Ford, permitiu a construção do primeiro banco de dados sobre as polícias militares brasileiras com o recorte de gênero. Realizou-se, assim, um levantamento quantitativo em todo o país com aval e apoio da própria Senasp. Esse levantamento alcançou uma taxa de retorno de 85%, pois 23 das 27 Polícias Militares do país devolveram o questionário total ou parcialmente preenchido (Soares; Musumeci, 2005). Paralelamente a esse estudo quantitativo, foram desenvolvidos estudos de caso qualitativo em três Unidades da Federação: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal²³.

²³ De acordo com Soares e Musumeci (2005), o orçamento do projeto permitiu realizar o trabalho de campo apenas com três Unidades da Federação. Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Distrito Federal foram

No Distrito Federal, a pesquisa realizada foi realizada por uma parceria entre o CESeC (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, da Universidade Candido Mendes) e o NEPeM (Núcleo de Estudos e Pesquisas da Mulher, da Universidade de Brasília). Essa pesquisa, coordenada regionalmente pela professora Lourdes Bandeira, foi a primeira a realizar uma análise sobre a presença feminina na polícia militar do Distrito Federal. A partir da realização de 40 entrevistas em profundidade (35 com policiais femininas e 5 com policiais masculinos), a pesquisa, na capital do país, objetivou compreender os impactos, convivência, adaptações, problemas e resistências em resposta à presença feminina na polícia militar.

Sobre a inserção e atuação feminina na instituição da polícia militar, destacam-se também as teses de doutorado de Cappelle (2006), Moreira (2011) e Souza (2014). As resistências operadas em relação a esse fenômeno na cultura institucional da polícia militar mineira é analisada por Mônica Cappelle (op. cit.), pelo viés das relações de poder e gênero. Rosemeri Moreira (op. cit.) centrou-se em uma perspectiva histórica para explicar o imbricamento entre as concepções “mulher” e “policial”, concepções que até então eram percebidas como culturalmente opostas; dessa forma, a autora analisa o surgimento da primeira polícia do país: o Corpo de Policiamento Especial Feminino da Guarda Civil do Estado de São Paulo de 1955. Marcos Santana de Souza (op. cit.), por sua vez, analisou a presença das mulheres na polícia militar do Estado de São Paulo com o objetivo de compreender as formas pelas quais as diferenças de gênero são pensadas institucionalmente e também como tais diferenças marcam a atuação das polícias. De acordo com o autor, trata-se de uma reflexão sobre representações sociais informadas por estereótipos de gênero que ainda permanecem na instituição da polícia militar, mesmo num momento em que a mulher conquistou espaços e ascendeu socialmente.

A partir dos estudos anteriormente apontados sobre a inserção de mulheres na polícia militar e da pesquisa de campo realizada com mulheres e homens policiais, este capítulo buscou aprofundar a compreensão sobre: 1) A entrada das mulheres na polícia militar do Distrito Federal; 2) As representações sociais dessas profissionais sobre seu

escolhidas por serem de regiões distintas do país e por disporem de centros de pesquisa voltados tanto para a temática de gênero como para a temática da segurança pública.

trabalho e sua função; e 3) As representações dos homens policiais sobre o trabalho e função dessas profissionais.

3.1. A primeira Polícia Feminina do Brasil e suas práticas específicas

No Brasil, conforme já assinalado, a experiência feminina nas instituições policiais tem como referência a criação do Corpo de Policiamento Especial Feminino na Guarda Civil do Estado de São Paulo, em 1955 (Calazans, 2003, 2004, 2005; Soares; Musumeci, 2005; Moreira, 2009, 2010, 2011; Souza, 2014). O grupo composto por treze mulheres, e tido como a primeira polícia feminina do país, foi incorporado somente na década de 1970 aos quadros da recém-criada polícia militar do Estado de São Paulo²⁴.

A incorporação de mulheres em instituições policiais no país foi precedida por um período relativamente longo de debates. Conforme Moreira (2009, 2010, 2011), o processo de criação da “Polícia Feminina” no Brasil é não linear ou evolutivo: se inicia por sugestões apontadas, na década de 30, pelas sufragistas; um momento de intensos debates sobre o tema por mulheres paulistas e cariocas, em fins dos anos 40, até as discussões por mulheres intelectuais paulistas, na década de 1950. Como exemplos, temos mulheres que aderiram aos debates que antecederam a criação do Corpo de Policiamento Feminino em São Paulo: a sufragista Bertha Luz, a médica-psiquiatra Maria de Lurdes Pedroso, do Movimento Político Feminino de São Paulo e as advogadas Esther de Figueiredo Ferraz que foi a primeira mulher a possuir um cargo de ministra no Brasil, ocupando a pasta da Educação no governo do general João Figueiredo, do ano de 1982 a 1985, e Hilda Macedo, esta viria a ser a primeira comandante da Polícia Feminina e a primeira mulher a conquistar o cargo de Coronel da polícia militar (Moreira, 2009, 2010, 2011).

Portanto, ainda na década de 1930 é anunciada em textos e discursos das sufragistas a necessidade de inclusão de mulheres na atividade policial. Na década de 1940, mulheres participantes do Movimento Político Feminino de São Paulo, retomam a ideia de criação de um polícia que não se baseasse na força física e que fosse realizada pelas mulheres (Moreira, 2009). Assim, um dos principais argumentos em defesa da entrada de mulheres

²⁴ Em 1975, o Corpo de Policiamento Especial Feminino ganhou infra-estrutura de batalhão incorporando-se ao arcabouço organizacional da PMESP (Soares; Musumeci, 2005).

na atividade policial refere-se a criação de um novo “tipo” de policiamento: o “policiamento feminino”.

Dessa forma, a entrada de mulheres como nas instituições policiais foi antecedida por muitos debates e discussões sobre a forma como deveria ocorrer a incorporação desse novo contingente. Pretendia-se definir a melhor forma para se inseri-las na atividade sem, por outro lado, comprometer a autoridade da atividade policial e sua feminilidade (Souza, 2014). Ou seja, era necessário refletir sobre o impacto da ação dessas novas personagens sobre o comportamento não apenas do público-alvo de seu trabalho quanto também da sociedade mais ampla.

Todavia não seriam quaisquer mulheres as selecionadas. Alguns dos requisitos necessários, conforme a lei nº 5.235, de 15 de janeiro de 1959, definiam que a mulher para ingressar na Polícia Feminina deveria: ser solteira ou viúva ou separada, e, neste último caso, quando o desquite tenha sido amigável ou não resulte de falta grave atribuída à esposa, de acordo com a decisão judicial; ter mais de 21 e menos de 35 anos, possuir no mínimo 1,56 de altura, além de capacidade física para a função e bons antecedentes sociais, a serem comprovados por investigação social de caráter eliminatório. Além disso, Souza (op. cit.), explica que a totalidade das provas buscavam selecionar candidatas que conciliassem boa formação escolar e clara “retidão” moral, sendo que como uma das principais exigências seria o senso de “dever cívico” e “amor ao próximo”.

A seleção de mulheres ajustadas a princípios morais, dotadas de espírito cívico e preparadas para enfrentar o desafio de construir uma instituição “respeitada” na crescente São Paulo dos anos 50, “mostra-se como um dos principais compromissos onde, a despeito das mudanças sociais, preservavam-se as expectativas em torno de um ideal feminino que associava pureza, submissão, companheirismo e compromisso com a formação moral da nação” (Souza, op. cit.: 59).

As primeiras mulheres do país ao entrarem na Polícia deveriam estar de acordo com um tipo específico de “ser mulher” e com funções também muito específicas nessa instituição e na sociedade. Não seriam quaisquer mulheres selecionadas para a profissão policial, assim como estas, tampouco, disputariam com os homens sua função e seu papel na instituição. Assim, originalmente as mulheres policiais exerceriam uma atividade de

“caráter assistencial” a crianças, idosas/os e mulheres (Moreira, 2009, 2010, 2011; Souza, 2014).

A incorporação de mulheres na Polícia também estava associada ao fluxo das transformações da sociedade brasileira. O crescimento urbano de São Paulo e seus problemas, como, as novas formas de criminalidade foram justificativas para a inserção das mulheres na Polícia (Souza, op. cit.), como se pode verificada na Portaria do Exército que organizava as normas das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares do país:

Nas atividades normais de policiamento ostensivo, verificam-se acentuadas dificuldades para efetiva ação no trato com menores delinquentes ou abandonados e com mulheres envolvidas em ilícitos penais. Para atender a esse campo de atividade policial e também a certos tipos de relações com determinado público, no interesse da Corporação, caso seja julgado conveniente, é possível dotar as Polícias Militares de elementos de Polícia Feminina. Após a adoção de instrumentos legais, poderão ser criadas organizações de Polícia Feminina com determinados graus hierárquicos, assemelhados ao da hierarquia militar. (Portaria EME, 1977, grifos meus)

Mas quais seriam as “acentuadas dificuldade” enfrentadas pelo policiamento masculino? O efetivo masculino não poderia exercer esse novo policiamento? Conforme Moreira (2011: 58), “o pressuposto de um feminino como sinônimo de moralidade, bondade, compreensão e sensibilidade garantia a salvaguarda de mulheres e crianças nas mãos de policiais mulheres”. Essa autora apontou, em seus trabalhos, como a construção de um discurso que aproximava mulheres policiais, crianças e outras mulheres - vítimas ou algozes –, explorando assim a dimensão materna das policiais, foi constante na defesa da inclusão de mulheres nas atividades policiais.

A presença de mulheres na atividade de policiamento atendia tanto às demandas sociais relacionadas à inserção feminina no mercado de trabalho, como contribuía para diminuir os problemas²⁵ decorrentes dessa inserção, na medida em que a presença dessas

²⁵ De acordo com Souza (2014), setores mais conservadores, não raramente, associavam a participação feminina no mercado de trabalho ao aumento dos casos de divórcio e da delinquência juvenil, considerados graves problemas sociais e que, segundo alguns setores da imprensa, era resultado de lares “desestruturados”, sobretudo, pela ausência materna.

policiais se relacionava com a proteção e a assistência a mulheres e a crianças; e, por fim, garantia a manutenção da moralidade das ruas. Segundo Souza (2014: 290):

O trabalho das primeiras policiais era dirigido por um duplo ideal, ou seja, o de “conduzir e amparar” aqueles que na cidade, tomada pelo pleno desenvolvimento na década de 1950, poderiam ser vítimas fáceis da delinquência e da degeneração moral, ao envolverem-se com roubos e com a prostituição.

As/Os defensores da Polícia Feminina de São Paulo, majoritariamente, acreditavam que a mulher na função de policial deveria, sobretudo, utilizar de suas atribuições, qualidades ou capacidades “essenciais” ou naturais como delicadeza, sensibilidade, compreensão. Por isso, para Moreira (2011:60) o discurso da criação do Policiamento Feminino no Brasil tem como base o maternalismo. Este considera a maternidade ou a maternagem como a

capacidade intrínseca e definidora das mulheres no cuidado com o outro, no âmbito privado (filhos, maridos, pais, idosos, doentes, etc.) foi expandida para a esfera pública, ampliando as demarcações da construção anterior. A maternidade foi transformada em prática política e expandida para toda a sociedade

A justificativa para a entrada das mulheres na polícia focava tanto na superioridade intrínseca do feminino em acolher e amparar, como também apontava a necessidade de uma abordagem policial com menos violência e repressão. Moreira (2009, 2010, 2011) explica que até mesmo os argumentos das sufragistas, dos intelectuais e das teóricas do direito que defendiam a inserção feminina na seara policial, não se pautaram na igualdade de direitos entre homens e mulheres, mas sim na necessidade de se modernizar a Polícia e, portanto, na necessidade de uma nova Polícia.

Souza (op. cit.: 71) explicou que as mulheres eram vistas mais como “auxiliares” na execução do policiamento ostensivo, pois suas “qualidades naturais” eram “adequadas para o desafio de empreender ações preventivas que pudessem particularmente desafogar os órgãos policiais, sobretudo das ocorrências consideradas “menores” que diziam respeito ao campo mais assistencial que propriamente policial. Nessa função, essas profissionais exerceriam o papel de colaboradoras na tarefa de manutenção da ordem; tinha-se a ideia, cada vez mais comum, de que a participação feminina poderia liberar os homens para se

dedicarem ao desenvolvimento de atividades que exigiriam exclusivamente o emprego de suas qualidades físicas e psíquicas.

Havia, entretanto, a preocupação com a preservação da feminilidade dessas profissionais. Objetivava distanciá-las de características consideradas viris e/ou masculinas e demais aspectos que minimamente pudessem contrariar as leituras convencionais do corpo (Moreira, op. cit.). Na época, os defensores da incorporação das mulheres na instituição policial eram enfáticos, por exemplo, em não estimularem o uso de armamento pelas policiais. O caráter de policiamento preventivo da Polícia Feminina era utilizado como argumento para negar a necessidade do uso de armas de fogo para sua defesa. Assim, aspectos viris eram afastados da construção discursiva do que seria o papel e a função da policial feminina enquanto aspectos considerados intrínsecos a sua natureza eram exaltados.

Considerava-se que o feminino/mulheres e suas qualidades intrínsecas poderiam ser uma boa resposta para a necessidade das corporações policiais. Nessa direção, ressaltava-se o exemplo de países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos e a França, que, respectivamente, possuíam mulheres policiais desde meados do século XIX e do início do século XX (Calazans, 2004; Souza, 2014; Moreira, 2011).

Pode-se dizer que a polícia feminina, portanto, se forma a partir de três principais argumentos: 1) Acentuava-se a condição natural da mulher e suas especificidades e, conseqüentemente, 2) focava-se na dimensão materna das policiais para explicar que estas poderiam melhor garantir e conservar a ordem moral da grande São Paulo; ao mesmo tempo, 3) buscava-se modernizar a polícia brasileira aos moldes de alguns países europeus e dos Estados Unidos. As mulheres assim não competiriam com seus colegas de trabalho, já que cada gênero teria sua função específica e, além disso, o “ser mulher” não ficaria abalado com a entrada da mulher na seara policial, espaço este constituidor da virilidade, como situou Moreira (2009) em sua pesquisa.

3.2. A entrada de Mulheres na Polícia Militar do Distrito Federal

A polícia militar de São Paulo, em especial o Batalhão Feminino, teve fundamental participação no processo de expansão do policiamento militar feminino do país, ao repassar subsídios, orientações, assim como, ao enviar policiais para auxiliar na formação dos

quadros femininos em vários estados, inclusive no Distrito Federal (Souza, 2014), no qual a entrada das mulheres ocorreu a partir de 1983 (Senasp, 2013a).

No início dessa década, dos 25 estados brasileiros existentes, cinco, e o Distrito Federal, já haviam incorporado mulheres em atividades nas polícias militares (Amazonas, Minas Gerais, Pará, Paraná e São Paulo). Além disso, 14 estados cogitavam ou estudavam a criação de polícia feminina, a exemplo do Rio Grande do Sul e de Pernambuco, enquanto o estado do Rio de Janeiro formava nesse ano a primeira turma de policiais militares femininos (Souza, 2014).

Todavia, somente, em 6 de fevereiro 1984, com o Decreto-lei nº 2.106, a entrada das mulheres consolida-se legalmente (Bandeira, 2004/2005). Esse decreto reorganiza vários aspectos institucionais concernentes às Polícias Militares e aos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal. De acordo com seu Art. 8º, § 2º:

Os Estados, Territórios e o Distrito Federal poderão, se convier às respectivas Polícias Militares: a) admitir o ingresso de pessoal feminino em seus efetivos de oficiais e praças, para atender necessidades da respectiva Corporação *em atividades específicas*, mediante prévia autorização do Ministério do Exército (op. cit.).

As atividades específicas dizem respeito, como já comentado anteriormente, às novas necessidades de policiamento a partir da visibilização de crimes envolvendo grupos sociais que não se constituíam como objeto da atividade policial tais como crianças, adolescentes, mulheres e idosos. Sobre isso, uma policial descreve que a Polícia Feminina no Distrito Federal foi constituída “para atender crianças, senhoras idosas e gestantes, *um serviço mais assistencial da Polícia*; então não estaríamos na área operacional, nós ficaríamos só nessa parte *assistencial*” (Oficial superior feminina 46 anos de idade e 28 anos de polícia militar).

A ideia de que as mulheres foram incorporadas na Polícia para exercerem um serviço assistencial também está presente em uma reportagem intitulada “Presença Feminina completa 30 anos no policiamento do Distrito Federal” do site²⁶ da PMDF: “A

²⁶ <http://www.pmdf.df.gov.br/site/index.php/noticias/destaques/459-presenca-feminina-completa-30-anos-no-policiamento-do-distrito-federal>

responsabilidade das mulheres se limitava ao atendimento assistencial a crianças, idosos e a outras mulheres”.

Dessa forma, ao exercerem uma atividade de assistência a categorias sociais específicas e que até então não possuíam uma visibilidade, a presença da mulher na polícia contemplaria práticas distintas das representações sociais tradicionais que relacionavam polícia à repressão e ao uso da força.

Calazans (op. cit.) e Soares e Musumeci (op. cit.) explicam que a concentração de mulheres nas polícias ostensivas do país no período de redemocratização, pode ser lida como uma forma de modificar a imagem da corporação. Nesse sentido, afirma que o fim da ditadura militar impôs aos agentes públicos de segurança novas posturas e formas de comportamento. Por conseguinte,

Em um Estado democrático de direito, a polícia precisa se constituir igualmente democrática, caracterizada por policiais comprometidos com valores republicanos. Essa atuação serve para garantir a integração entre a polícia e a população, realizando interação que precisa pautar, de resto, a relação entre todo órgão público com a sociedade. Polícia e policiais precisam ser respeitados e admirados enquanto pessoas e funcionários da administração (Santos et al., 2012: 313).

Previa-se uma mudança na imagem repressiva e autoritária que a corporação ainda representava devido aos anos ditatoriais. Assim, a polícia militar enquanto instituição buscava uma imagem pós-ditadura, ou seja, uma nova configuração que permitisse uma maior credibilidade com a população. Nessa direção, a dimensão materna do feminino foi explorada “para oferecer ao público externo uma face mais ‘compreensiva’ e ‘delicada’ da instituição policial” (Souza, 2014: 100). Como explicaram Soares e Musumeci (2005) era esperado que pelo trabalho feminino “suaviza-se” ou “humaniza-se” a imagem da polícia sem que fosse necessário alterar a cultura institucional hegemônica ou as práticas tradicionais de policiamento.

Nesse cenário, as mulheres, supostamente menos tolerantes com abusos e casos de corrupção, eram apresentadas a partir de uma perspectiva que poderia “reformular velhas práticas e imprimir nas ações policiais um caráter materno centrado no cuidado dos excluídos e, portanto, distante das práticas comuns do efetivo masculino, cuja imagem se associava comumente a diferentes formas de violência” (Souza, 2014: 113).

De toda forma, a entrada sistemática de mulheres nas polícia militares, na década de 1980, permite que o trabalho policial ostensivo comece a sofrer algumas mudanças em sua estrutura, com o questionamento de valores característicos da instituição, como a força física e a identificação tradicional com a figura masculina (Calazans, 2004, 2005). Para esta autora a incorporação feminina nas polícias pode ser assim identificada a um momento de problematização dos tradicionais valores da corporação e a busca por novos arranjos organizacionais²⁷. À medida em que novas concepções de segurança pública começaram a produzir alterações nas ações de polícia (políticas preventivas, polícia de aproximação), percebia-se a importância de um lugar para as policiais femininas nas corporações (Calazans, op. cit.).²⁸

3.2.1. A CPFEM e o primeiro curso de formação

A incorporação das mulheres ocorreu, inicialmente, somente no círculo hierárquico inferior das praças, a partir da criação de quadros separados entre homens policiais e mulheres policiais. Constitui-se, assim, a CPFEM - Companhia de Policiamento Feminino do Distrito Federal.

O primeiro curso de formação de policiais militares femininas da CPFEM se iniciou em julho de 1983. Como os quadros não eram unificados, a seleção (foi realizado um concurso exclusivo para mulheres), o treinamento e a formação ocorriam também separadamente. A policial oficial a seguir descreveu que sua formação de soldado foi bastante direcionada e específica. Segundo ela,

Havia matérias normais, todas as matérias, Direitos Humanos, Policiamento Ostensivo, então tudo que tinha para o masculino, tinha para as mulheres: Educação Física, Ordem Unida. *Mas tudo*

²⁷ A criação das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (Deams), além de ser resultado de reivindicações de movimento de mulheres, também representa, nesse contexto, a busca de novos arranjos organizacionais tendo como base o policiamento orientado ao problema e o policiamento de aproximação com a comunidade (Calazans, 2004, 2005).

²⁸ Alguns poderiam afirmar que as mulheres se beneficiam dessa nova concepção de polícia, pois os conceitos de segurança pública e de atividade policial estariam voltados para habilidades que, majoritariamente, as mulheres aprendem em seus processos de socialização. No entanto, os valores que associam as policiais a formas preventivas de policiamento geram limitações às atividades femininas na organização. Isso, porque sustentariam a ideia de que “as mulheres não seriam capazes de assumir todas as formas de ação de polícia e, conseqüentemente, atribuir-lhes as funções burocráticas ou as atividades associadas a extensões do mundo doméstico” (Calazans, 2005: 22).

voltado pra mulher. Além dessas, havia uma matéria exclusiva para as policiais: ‘Policiamento Ostensivo Feminino’ (Oficial feminino, 53 anos de idade, 28 anos de polícia militar).

Na matéria “Policiamento Ostensivo Feminino” se aprendia o que a mulher policial deveria fazer no policiamento ostensivo. Para a oficial, atualmente essa matéria poderia ser identificada como “pitoresca”, porque

[A policial mulher] *Aprendia como deveria caminhar ou como carregar a bolsa, que tinha uma arma dentro.* E depois como a gente teria que abordar: Como se abordaria uma mulher? Como se abordaria uma pessoa idosa? Qual a abordagem para um adolescente? A legislação do adolescente, do jovem, da criança, como a gente deveria realizar esse tipo de abordagem. *Então o policiamento ostensivo feminino foi mais voltado para as nossas atitudes diante das ocorrências que seriam específicas nossas.*

Como em São Paulo, as mulheres policiais militares, no Distrito Federal, foram direcionadas para uma área, ou seja, para uma determinada e específica posição. A incorporação feminina na PMDF não objetivava, em seu início, a igualdade de função entre homens e mulheres policiais. Consequentemente, a formação destas profissionais seria também diferenciada.

A atuação ou função das policiais mulheres estava limitada legalmente, por normas ditas, mas também por normas não-ditas, como pode-se perceber através dos valores que permeavam a matéria “Policiamento Ostensivo Feminino”. Nesta, as mulheres deveriam aprender como uma *policial mulher*, ou *Pfem*²⁹, deveria *caminhar, carregar a sua bolsa*, ou seja, as atitudes certas de uma *policial mulher*. Tem-se nessa formação diferenciada, a construção de um *habitus* policial feminino. E como todo *habitus* (Bourdieu, 1992, 2007, 2015) tem-se a marca de especificidades e de distinção social. A criação da Companhia de Policiamento Feminino com sua formação própria e específica significava também a constituição de um lugar específico objetivamente, mas também de um lugar que deveria aparecer nos corpos e na subjetividade dessas mulheres.

Sobre a experiência nessa Companhia, essa mesma policial oficial (53 anos de idade, 28 anos de serviço) descreveu que:

²⁹ Nome informal usado por homens e mulheres policiais de distintas patentes para se referir à policial mulher.

A primeira turma [de policiais femininas] eu acho que ela foi difícil pra gente, policial feminina, as primeiras mulheres entrando na polícia militar do Distrito Federal, a capital do Brasil. Então tanto foi difícil pra gente como foi difícil para o contingente masculino, por quê? *Porque nós fomos criadas ali* [na CPFEM]. *A nossa Formação foi dentro de um quartel feminino. Veio uma tenente de São Paulo pra formar a gente e os oficiais que estavam, oficiais e praças, que estavam dentro da Companhia Feminina foram escolhidos a dedo pelo Comando Geral*, então não era qualquer policial que poderia estar lá no grupo que poderia nos formar, nossos instrutores todos foram escolhidos também. Então eu acho que foi difícil para Corporação: ‘O que nós vamos fazer agora com mulheres?’. Nós precisávamos ter mulheres na Corporação, tanto que no decreto de criação, *a nossa missão era tomar conta... Tomar conta não, era atender ocorrências que envolvessem mulheres, crianças e idosos*. Então, *nosso decreto* foi criado pra isso. Eles sentiram necessidade exclusivamente nesse campo, no campo de fazer abordagem às mulheres, com crianças e com idosos.

Pode-se inferir com a entrevista acima que o Policiamento Feminino representou a criação de um Corpo à parte do que se conhecia como polícia militar. As primeiras mulheres policiais militares do DF foram formadas em um espaço distinto e separado dos homens, a CPFEM, como a oficial afirma na passagem “*Porque nós fomos criadas ali*”. Para a policial, que vivenciou esse processo inicial, houve uma preocupação do Comando Geral com a criação e formação do efetivo feminino: “*Veio uma tenente de São Paulo pra formar a gente e os oficiais que estavam, oficiais e praças, que estavam dentro da Companhia Feminina foram escolhidos a dedo...*”. Com a fala firme e ressaltando bem algumas palavras, a oficial demonstrou um olhar bastante favorável sobre a criação da CPFEM e sobre suas especificidades. Estas por outro lado produziam em alguns policiais a sensação de estranhamento e receio expressada na dúvida: “*O que vamos fazer agora com mulheres?*”. Por isso, a policial afirma que a primeira turma de mulheres policiais foi um desafio tanto para as profissionais que adentravam essa ceara tradicionalmente masculina, como para aqueles que já faziam parte daquela tradição.

No final da resposta, a policial se corrige ao dizer que a missão da Polícia Feminina era “*de tomar conta de mulheres, crianças e idosos*”. A ideia de que a policial mulher tinha como principal tarefa “o cuidado” com certos públicos reforça o discurso que essencializa ou naturaliza o feminino dentro da Polícia. Nesse ponto, percebe-se uma forte relação com a ideia de maternagem como discutido no tópico 4.1.1. *A primeira Polícia Feminina do*

Brasil e suas práticas específicas. O discurso da maternagem, como apontado por Moreira (2011), expande para a esfera pública, do trabalho, por exemplo, a caracterização da mulher a partir do cuidado com o outro.

Apesar disso, pode-se inferir que a entrevistada visa ressaltar a constituição do policiamento feminino no DF a partir daquilo que o torna único: a criação da CPFEM, uma missão própria, na passagem “*nossa missão*” e também um decreto próprio, “*nosso decreto*”. Ter um decreto (leia-se lei), uma missão, um Corpo ou Companhia é ter uma marca, uma distinção, um lugar e uma identidade. É ter símbolos comuns para compartilhar com seus iguais. É, portanto, também ter uma forma de pertencer. Importante relembrar, como discutido no capítulo 2, que toda identidade é constituída com base em símbolos, em marcas de distinção e diferenciação e também no ato de compartilhar, subjetivamente e objetivamente, um mundo comum. A criação da CPFEM também pode ser lida como um momento inicial importante para as policiais femininas que estavam adentrando essa realidade tão pouco conhecida pelas mulheres brasileiras. Ou, como Souza (2014: 96) apontou “a dimensão assistencial, focada no cuidado e na orientação dos mais necessitados, constituiria por muito tempo a razão de ser desse grupo.”

A CPFEM também era lugar onde as policiais mulheres eram literalmente buscadas para realizar determinados tipos de serviço. Sobre isso, a oficial de 53 anos de idade e 28 anos de polícia militar descreveu

Eu lembro que quando se escalava se escalava assim “Nós queremos um pelotão feminino” Aí o pelotão feminino, por exemplo na greve na Esplanada “Vamos tentar botar as mulheres na frente do pelotão...” porque aí quando a manifestação vem vê mulher as pessoas podem se sentir um tanto sensibilizadas. Então tinha essa ideia de que poderia diminuir o impacto da agressividade, certo?

É possível perceber como a entrada das mulheres na polícia se associou simbolicamente a uma tentativa de humanização da polícia militar. Esta se daria pela presença sensibilizadora das mulheres que poderia neutralizar ou suavizar a agressividade da corporação. Assim, características ou qualidades – sensibilidade, “doçura”, leveza – consideradas únicas e exclusivas das mulheres foram exploradas, utilizadas para reconhecer a relevância e importância do trabalho feminino na polícia.

Por contraste, essas mesmas características também foram exploradas para caracterizar de forma pejorativa o trabalho da policial feminina. De acordo com oficial (46 anos de idade e 28 anos de polícia militar) a seguir, as policiais femininas foram bem recebidas pelos homens policiais e pela sociedade, todavia, o reconhecimento e valorização dessa profissionais parece se relacionar mais à delicadeza, à beleza ou à sensualidade das policiais do que propriamente ao mérito do seu trabalho ou à importância da sua função. Segundo a oficial:

Fomos muito bem recebidas. Por que eles [policiais masculinos] viam a gente como *um bibelozinho, um enfeite*, porque o nosso quartel era separado tudo diferente, tudo novinho, era o quartel mais visitado. Então, tudo era pra PFEM. A gente [Policiais femininas do DF] ia pra televisão toda semana, era na época do Brasil Urgente, e toda semana a gente estava ali todos os dias respondendo perguntas da sociedade sobre o que a gente ia fazer... No meu primeiro Sete de Setembro, em 83, a gente foi desfilar... Eu nunca vi tanta gente na minha vida batendo palma pra gente passar. Então tudo isso era novo, entendeu? (...) No aeroporto, o pessoal desembarcava do avião e já estava dentro do saguão e todo mundo vinha tirar foto com a gente, *era novidade e não tinha ainda no país todo, e a gente muito novinha, bonitinha, bem fardada, maquiada. Então era um cartão de visitas*, entendeu?

Apesar de considerar que as policiais foram muito bem recebidas pelos homens policiais, percebe-se que a estima das policiais estava atrelada, por um lado, à presença de signos diretamente ligados a imagem essencializada e estereotipada do feminino como símbolo de sexo frágil e de delicadeza – “*um bibelozinho*”, “*um enfeite*” – que exige cuidados e atenção. E, por outro, seu reconhecimento se atrela à sexualização do feminino – “*a gente muito novinha, bonitinha, bem fardada, maquiada*”. Com esse mesmo teor sexual, a policial descreveu um de seus atendimentos durante uma ocorrência: “Não era de homicídio nem nada, mas as pessoas, naquela época, chegavam: ‘*Me prende, me prende, porque eu matei um cara!*’ Porque a gente era novidade”. Assim, por chamar atenção de todos, a Polícia Feminina era também o *cartão de visita* da instituição.

3.2.2. Os cursos mistos e o início dos conflitos diretos

O primeiro curso de Formação de Oficiais da PMDF ocorreu somente dois anos após a primeira turma de soldados femininas. Assim, a partir de 1985, tornou-se possível

para as mulheres terem acesso ao oficialato da PMDF por meio de um concurso que dispôs de apenas três vagas para as policiais femininas da capital do país. O curso ocorreu na Academia de Minas Gerais, em Belo Horizonte, teve duração de três anos e contou com a participação de 12 mulheres em contraposição a uma média de 130 homens presentes, de acordo com uma das oficiais entrevistadas.

A Companhia foi desativada em 1994 e, por isso, nesse mesmo ano, iniciam-se os cursos mistos de formação. Todavia, os quadros vão permanecer separados até novembro de 1998, com a Lei Federal no 9.713 que permitiu que policiais militares homens e mulheres fizessem parte de um mesmo quadro funcional³⁰. Sobre esse momento, uma oficial de 40 anos de idade e 17 anos de polícia militar descreveu sua experiência:

Quando eu entrei na Corporação eu ouvi muita piadinha, porque o nosso quadro era separado do masculino, era um curso misto, mas o meu quadro, feminino, só ia até o posto de Capitão e o quadro masculino ia até o posto de Coronel. Então, apesar de fazer o mesmo curso eram quadros separados, então meus colegas falavam: *‘Pra que você está estudando se você só vai chegar até Capitão? Você não vai ser melhor do que eu, então não precisa estudar’*.

Ao passarem por um mesmo curso de formação, as “brincadeiras” ou “piadas”, visando inferiorizar ou desqualificar – *“Você não vai ser melhor do que eu”* - a atuação das mulheres, tornaram-se comuns no cotidiano dessas profissionais.

Por contraste, esse novo momento significou “uma aproximação entre homens e mulheres policiais” segundo outra oficial (53 anos de idade e 28 anos de polícia militar). Para essa policial: “Eles [policiais masculinos] não conheciam a realidade da gente e começaram a conhecer a realidade do policiamento feminino, o que a mulher poderia fazer dentro da Corporação”. Mas mesmo considerando a formação mista como um momento de “aproximação”, a oficial descreveu que a primeira vez que participou de ocorrências junto com policiais masculinos, em 1986, no Curso de Formação para Oficiais, em Belo Horizonte, ouviu de um dele a seguinte frase: *“Eu queria ser preso por uma mulher”*. Para ela, essa frase indicava que “a ideia masculina era uma ideia muito mais de, me desculpe o termo, de fetiche né... de ser presa por uma mulher, mais do charme do que realmente

³⁰ A partir de então, a participação do efetivo feminino é limitada em até 10% na PMDF.

eles nos verem como autoridade.” Essa situação demonstra como as mulheres apesar de alcançarem um lugar de direito, por lei, na polícia militar, não necessariamente alcançaram, entre seus pares, um lugar social de credibilidade e reconhecimento. Além disso, a frase “*Eu queria ser preso por uma mulher*” demonstra novamente a sexualização da mulher policial.

O não reconhecimento das mulheres como autoridade policial também pode ser verificado quando essa mesma policial oficial afirmou que a unificação dos quadros foi “bastante conflitiva”. Segundo ela, os policiais masculinos olhavam para as mulheres como alguém que não fosse capaz de fazer o que um homem policial fazia e, assim, afirmavam no curso de formação misto: “*Vocês não são capazes de fazer o que a gente faz: pegar um marmanjão pra algemar*”. Novamente, é possível perceber a ideia de que “o verdadeiro policial” é aquele que prende bandido, “marmanjão”. O uso da força sendo identificado como instrumento natural dos homens, portanto, signo que marca a distinção do que seria um exemplo de policial, aquele que deve ser valorizado e reconhecido.

Dessa forma, o curso de formação misto implicou na competição direta entre homens e mulheres dentro da hierarquia institucional da polícia militar e, invariavelmente, nas comparações de performance entre ambos, como se percebe na frase: “*Vocês não são capazes de fazer o que a gente faz*”. Sobre isso, Bandeira (2004/2005: 32) explica que

Quando os quadros eram separados havia menos desunião e emergência de contradições latentes entre masculinos e femininos, pois as vagas destinadas às promoções eram separadas. Com a unificação a competição acirrou-se pelos seguintes fatores: geralmente as mulheres tiravam notas melhores do que os homens; muitos masculinos não queriam ser comandados por elas, e, conseqüentemente, houve a emergência de várias contradições até então invisibilizadas.

As comparações entre as performances de homens e mulheres policiais que tinham o principal objetivo de inferiorizá-las foram descritas como situações que marcaram a formação dessas profissionais. De acordo com outra oficial (46 anos de idade e 21 anos de polícia militar) sua formação de soldados não foi uma experiência “tão ruim assim”. No entanto, sua formação de oficial, que ocorreu em uma turma mista, gerou muitos problemas, segundo a entrevistada:

Eu passei pela fase de formação de Soldado, só mulheres, que não foi tão ruim assim, foi uma coisa nova, diferente; mas na Academia, que já foi a formação para oficiais, essa foi mista... E nós tivemos muitos problemas com essa questão, né? Muitos alunos, colegas nossos de turma, às vezes, não aceitavam as mulheres na turma por ser minoria. Éramos 8 em um universo de 90 homens. (...) Normalmente, era nas corridas, na parte de Educação Física, eles ficavam sempre dizendo que as mulheres eram moles e ficavam para trás. Tinha determinados eventos que a gente não participava ‘Não vai, porque é mulher’ ‘Está sendo privilegiada, porque é mulher’ Então, normalmente, tinha aquela discriminação, porque falavam que a gente queria ser mais que todo mundo porque era mulher, ou que estava sendo beneficiada porque era mulher e isso na verdade não acontecia, pelo menos eu não via dessa forma, e alguns homens, alguns colegas, em específico, implicavam mesmo com as mulheres porque achavam que as mulheres não tinham que estar ali, ‘o lugar das mulheres era na cozinha’ [diziam eles].

Os “muitos problemas” podem ser lidos como os desafios enfrentados pelas mulheres devido à resistência masculina em relação a sua presença nos cursos mistos. A resistência se verifica na medida em que os homens pareciam não aceitar “plenamente as policiais femininas” ao afirmarem que estas não deviam estar ali, pois elas “eram moles” ou porque aquele espaço não era próprio delas, já que o lugar primordial de toda mulher seria “na cozinha” e não na Polícia. Esta instituição seria, portanto, o lugar da força, da firmeza, da virilidade e, portanto, do masculino. Ao afirmarem que as mulheres eram beneficiadas ou poupadas por serem mulheres, os policiais podem estar afirmando também que o *policia de verdade* atua na atividade-fim, na rua, no trabalho ostensivo.

Nesse novo momento de formação, as mulheres passam a ser “cobradas” por estarem ali, naquele espaço tradicionalmente ocupado por homens e pelos valores da masculinidade. Nesse sentido, uma sargento descreveu sua experiência na primeira turma mista para formar soldados:

Eu vejo pra nós mulheres a diferença de você atuar numa área que era só de homens. *Muito difícil você se colocar no mundo masculino.* Quando eu cheguei eu fiz o primeiro curso misto da polícia militar... *Então, foi um curso muito difícil, porque nós tínhamos que mostrar que éramos capazes de fazer como os homens faziam...*

Se antes elas representavam um Corpo à parte, uma “outra polícia”, com formação específica; nesse novo momento, elas, que já haviam conquistado por lei o direito de

estarem ali, deveriam também conquistar tal direito na prática e, por isso: “*fazer como os homens faziam...*”.

Essa mesma policial explica que as dificuldades enfrentadas pelas primeiras policiais femininas também estavam relacionadas à falta de adequação da infraestrutura do quartel às necessidades específicas das policiais feminina,

Entramos no quartel e só tinha homens, então os alojamentos não eram adaptados pra nós mulheres. Nos colocaram em um alojamento e a princípio nós tivemos que fazer uma verdadeira limpeza nesse alojamento, né? Porque era um banheiro só pra homens. Aí onde os homens faziam xixi nós colocamos uma vasinho de planta. Hoje temos um quartel de homens adaptado e aí nós temos 20 policiais femininas.

Segundo a Sargento acima, apesar de haver, atualmente, 20 policiais femininas, o seu quartel ainda não se adequou à incorporação do efetivo feminino. As precárias condições de trabalho nas quais, muitas vezes, as mulheres policiais ainda são submetidas podem ser associadas à invisibilização dessas profissionais na instituição policial (Fachinetto et al., 2015³¹; Brasil, Fachinetto, 2016). Assim, a falta de alojamentos e banheiros que atendam às policiais militares demonstra também a falta de preocupação da corporação com as especificidades de suas servidoras. A inexistência, o imprevisto ou as precárias condições de alojamentos e vestiários femininos nos locais de trabalho representam ainda nos dias atuais, um obstáculo à realidade de trabalho das policiais (Fachinetto et al., op. cit.; Brasil, Fachinetto, op. cit.)

Pode-se dizer que a incorporação das mulheres na polícia militar foi representada pelas policiais entrevistadas de forma ambígua. Infere-se que o primeiro momento, que se refere a criação da CPFEM, foi considerado importante para as policiais, porque representava também a criação de um símbolo, de uma marca identitária, de uma “razão de ser”. Todavia, a novidade do Policiamento Feminino também apareceu relacionada à imagem essencializada e estereotipada do feminino como sexo frágil e à imagem sexualizada da mulher policial. Antes mesmo dos quadros se unificarem, com o início dos

³¹ As precárias condições de trabalho das policiais foram observados pelos autores em polícias militares e civis de dez estados da federação: Alagoas, Bahia, Brasília, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e São Paulo.

cursos mistos, mulheres e homens passaram a vivenciar um processo de formação conjunto. Este momento foi marcado pela inferiorização ou desqualificação do trabalho feminino. As mulheres precisavam provar na prática que mereciam estar ali e isso significava “fazer como os homens”. Infere-se que isso ocorre, porque as mulheres policiais não representavam culturalmente o “verdadeiro trabalho policial” cuja função primordial estaria atrelada a valores como heroísmo, virilidade, força, ou seja, valores considerados próprios e naturais do mundo masculino.

Percebe-se que a incorporação da mulher na PMDF foi representada tanto como um momento especial, marcante e importante como um momento de conflito e de dificuldades. Pode-se dizer que mesmo atualmente, após 20 anos da unificação dos quadros da polícia militar do Distrito Federal, as mulheres ainda podem enfrentar dificuldades na carreira por não trazerem as marcas da virilidade e da força presentes no “verdadeiro policial militar”.

3.3. As representações sociais sobre o papel e o trabalho da polícia feminina

A extinção da CPFEM³², a formação mista e a unificação dos quadros não significou uma mudança abrupta ou total das representações sobre o trabalho feminino na polícia como será apresentado no próximo tópico (3.3.1. O trabalho e papel da Policial Feminina). As representações sociais sobre o trabalho das mulheres na polícia militar ainda podem permanecer associadas à visão essencialista da sua função na instituição. Essas representações apresentam a policial feminina como naturalmente propensa a certos trabalhos dentro da corporação. Importante destacar que essa ideia também está presente nos discurso de algumas policiais femininas. No entanto, outras representações sociais podem também igualar o papel e a função de homens e mulheres policiais ao anular o gênero das policiais mulheres, como será apresentado no tópico (3.3.2. “Aqui ninguém tem sexo”: o discurso de igualdade entre homens e mulheres na PMDF).

3.3.1. A essencialização do feminino na PMDF

³² A Companhia foi desativada em 1994.

A extinção da CPFEM, a formação mista e a unificação dos quadros não significou uma mudança abrupta ou total das representações sobre o trabalho feminino na polícia. As representações sociais sobre o trabalho das mulheres na polícia militar ainda permanecem associadas, majoritariamente, a visão essencialista da sua função na instituição. Tal visão foi utilizada, por exemplo, por homens e mulheres policiais de distintas patentes para apontar a importância das policiais femininas na corporação. Isso pode ser verificado, nas tabelas a seguir.

As mulheres trouxeram mudanças para a instituição?	Total	Feminino	Masculino
Sim	71%	94%	70%
Não	29%	6%	30%
	100%	100%	100%

Tabela 1 – As mulheres trouxeram mudança para a instituição?

Fonte: Pesquisa Nevis – “Identidades Profissionais e Práticas Policiais”

A tabela acima refere-se a pergunta “*A entrada da mulher na polícia trouxe alguma mudança na instituição? Sim ou não?*” presente no questionário. Na PMDF, 71% das/os policiais, responderam que a incorporação feminina resultou em mudanças na instituição. Essa resposta foi indicada por 94% das policiais mulheres e por 70% dos homens. Na PMDF, 29% das/os policiais, responderam que a incorporação feminina não resultou em mudanças na instituição. Essa resposta foi indicada por 6% das policiais mulheres³³ e por 30% dos homens

A próxima tabela indica as justificativas entre aquelas/es que responderam “*sim, a entrada da mulher na polícia trouxe alguma mudança na instituição*”. Cada categoria da tabela 2 foi resultado de um trabalho de categorização que se baseou em um conjunto de respostas que será explicitado a seguir.

³³ Importante assinalar que esse 6% representa apenas 11 mulheres.

Tabela 2 - As principais mudanças, segundo policiais femininos e masculinos, ocorridas na instituição após incorporação das mulheres

As principais mudanças ocorridas na instituição após a entrada das mulheres foram	Masculino	Feminino
Pensamentos e práticas específicas das mulheres	32%	54%
Mudança interna com a quebra de paradigma, a democratização da polícia e a harmonia da Corporação	34%	33%
Abordagem/Operacionalidade	41%	28%
Mudanças na relação com a sociedade	9%	10%
Mais critério e profissionalismo para a Corporação	3%	10%
Respeito aos direitos da mulher	9%	6%

Fonte: Pesquisa Nevis – “Identidades Profissionais e Práticas Policiais”

Na categoria “*Pensamentos e práticas específicas das mulheres*” estão incluídas respostas como: “Trato e o cuidado feminino.”; “Sensibilidade para trabalhar com o público”; “A essência feminina”; “A ética feminina”; “O pensamento da mulher é diferente dos homens”; “Mulher em qualquer ambiente traz mais harmonia e tranquilidade”; “A mulher diminuiu a truculência policial”; e “Habilidades femininas de maior sensibilidade contribuem para resolver questões com maior diplomacia”. Esse tipo de resposta foi utilizado por 54% das policiais femininas que afirmaram “*sim, a entrada da mulher na polícia trouxe alguma mudança na instituição*”.

Para o efetivo masculino, a principal mudança se relaciona à “Abordagem/Operacionalidade”. Esta categoria inclui respostas como: “Melhorou e completou o trabalho ostensivo”; “Trouxe mais operacionalidade a abordagem”; “Deu mais operacionalidade nas abordagens, nas suspeitas femininas”; e “Agora tem como fazer abordagens em mulheres sem que ocorra abuso de autoridade ou constrangimento”. Esse tipo de resposta foi utilizado por 41% dos policiais masculinos e por 28% das policiais femininas.

Além dessas respostas, tanto homens como mulheres policiais associaram de maneira significativa a incorporação das mulheres com as “Mudança interna com a quebra de paradigma, a democratização da polícia e a harmonia da Corporação”. Nesta categoria estão incluídas respostas como: “A mulher trouxe uma quebra de paradigma”, “A mulher democratizou polícia”; “Harmonia para a corporação”; “Ajudou a desmistificar que a polícia é serviço só para homens”; e “Ajudou na aproximação de oficiais e praças, melhorou as relações interpessoais”. Esse tipo de resposta foi utilizado por 33% das policiais femininas e 34% dos policiais masculinos. Esta categoria foi a segunda mais respondida pelas/os policiais, como se pode verificar na tabela 2.

Os dados quantitativos acima mostraram, principalmente, que o trabalho da policial é enaltecido quando as mulheres atuam de acordo com a sua natureza ou essência e, com isso, podem: 1) resolver melhor os problemas do serviço burocrático e administrativo; 2) humanizar o ambiente interno; e 3) melhorar o trabalho com o público.

Na parte qualitativa da pesquisa, também se verificou, nos discursos de homens e mulheres de distintas patentes, a menção às características “essenciais” do feminino como forma de justificar a importância da presença feminina na polícia militar do Distrito Federal.

As mulheres, portanto, teria um “jeito” ou “tato”, qualidades ou características próprias e naturais que resultariam em habilidades para lidar com situações como ninguém. Nessa direção, um capitão masculino (37 anos de idade, 17 anos de corporação) afirmou: “Eu acho que também na parte administrativa da Corporação que para algumas situações a mulher tem um tato, uma facilidade maior de lidar com a situação da organização administrativa. Isso é natural, isso é psicológico”. Da mesma forma, um sargento masculino de 48 anos de idade e 22 anos de polícia militar explicou:

O papel da mulher dentro da polícia militar ele é um papel, vamos dizer assim, extremamente necessário dentro dessa nova... dentro desse novo paradigma de uma Polícia proativa, porque a *sensibilidade feminina* ela é fundamental diante das dificuldades que nós encontramos hoje na nossa sociedade.

O “jeito” feminino também permite melhorar o ambiente interno da corporação, como descreveu um tenente masculino e uma oficial (40 anos de idade e 17 anos de Polícia) respectivamente: “Eu acho importante, porque o ambiente fica mais ameno, o ambiente

que só tem homem fica agressivo...”; e “Acho que é a humanização mesmo, né? O homem fardado já dá aquela impressão de medo, não sei, de pavor, acho que a mulher, quando chega a mulher, já dá uma humanizada, é a forma de falar, de interagir, acho que é a humanização”.

Nesse sentido, um Coronel (43 anos de idade e 23 anos de Polícia) e um Tenente Coronel (39 anos de idade e 20 anos de Polícia) e uma oficial (46 anos de idade e 21 anos de Polícia) explicaram o atual papel da mulher na Polícia:

As mais dedicadas, elas parecem que tem mais inteligência, são mais inteligentes que os homens, têm mais possibilidade de dar boas sugestões, né, e ela humanizou mais a Polícia. A presença feminina humanizou mais a Polícia, trouxe uma bagagem de *conhecimento diferente*, com a maior *sensibilidade* que a mulher tem, e parece que elas são mais inteligentes.

Ela querendo ou não ela muda a cara da polícia militar. [A policial feminina] *Tem uma visão diferente, mais humana... humana não, humanista, né? Mais humanista. A cara, às vezes, com a presença só do homem tem aquela expressão dura e com a mulher, já não tem uma expressão tão dura. Às vezes, uma policial feminina pode se aproximar melhor de alguém, numa situação de risco ou mesmo numa situação qualquer, ela se aproxima melhor.*

Numa situação que tem só homens, o ambiente é mais ríspido e a *mulher vem pra suavizar* aquele ambiente, ou seja, a policial feminina veio pra suavizar, vamos dizer assim, as relações humanas dentro na polícia militar, mas não só dentro da polícia militar, mas da polícia militar para com a sociedade. Você vê que o trato com a comunidade é bem diferente... O pessoal diz que [o policiamento masculino] é mais truculento, mais seco, as *mulheres são mais tranquilas, mais suaves*, não vou dizer que são todas mas, normalmente, a maioria. Então a Polícia Feminina ela veio pra agregar e *melhorar as relações da polícia militar com a comunidade.*

Nos três relatos acima, relacionaram o papel das policiais femininas com a sua capacidade de sensibilizar, humanizar, suavizar e tranquilizar o ambiente da corporação. Assim, as policiais mulheres foram apresentadas como portadoras de traços naturais “sensibilidade”; “conhecimento diferente”; “uma visão humanista” - que podem suavizar o ambiente— “duro”, “seco”, “truculento”, “ríspido” – de homens como também podem se aproximar melhor do público externo.

Portanto, se as mulheres são associadas a um jeito delicado, “mais humano”, os homens, por conseguinte representam a “dureza” da corporação. Assim, pode-se dizer os lugares do feminino e do masculino, na polícia militar do distrito Federal, ainda estão relacionados com as divisões de gênero: homem-força, mulher-afeto, como resumiu também sargento masculino (48 anos de idade e 22 anos de Polícia):

O homem ele é mais, pela própria natureza, e pela própria profissão que nós exercemos e do modelo do passado de Polícia de onde viemos, ele é menos sensível, vamos dizer assim, pra problemas que requerem um pouco mais de sensibilidade, por isso eu entendo que a presença feminina é fundamental.

Em outras palavras, questionados sobre o papel da mulher na instituição policial militar, os respondentes reafirmam os estereótipos da mulher como mais humanitária, mais dócil e sensível que os homens. Sua inserção, nesse meio hierarquizado, e majoritariamente masculino seria, basicamente, para contrabalancear a truculência e a violência, típicas dos homens.

Assim, a mulher com sua delicadeza, sensibilidade e diplomacia, por exemplo, amenizariam ou suavizariam o ambiente da virilidade, por excelência. Infere-se que tanto as identificações atribuídas³⁴ às mulheres pelos policiais masculinos como as visadas ou desejadas pelas próprias mulheres (Dubar, 2005) podem essencializar o feminino e, assim, distanciar a identidade policial feminina do mundo masculino e de seus símbolos.

Nos dados obtidos com o questionário e nos dados advindos das entrevistas e dos grupos focais, o trabalho feminino também é valorizado quando está diretamente relacionado à atividade-fim, através das abordagens às suspeitas femininas. Sobre isso, um capitão e outros três tenentes descrevem situações nas quais a policial feminina torna-se essencial para o trabalho operacional:

Tem situação de crime por parte de mulheres cada vez maior e a mulher ela é fundamental até porque tem situações, e não uma ou duas, que a nossa avaliação vai ser errada ou paternalista e tem policial que, vou até usar a palavra, o jargão, porque a meliante era bonita o cara ‘Eu vou algemar essa joinha?’. Isso não é brincadeira. A mulher é perigosa, o cara morreu ‘Eu não vou levar essa mulher algemada’. A mulher cometeu um homicídio, matou o namorado a facadas... Mas tinha a sargento trabalhando com a

³⁴ Rever tópico “2.3.1. Identidade Social e Identidade Profissional” do segundo capítulo.

gente e ela: ‘Deixa comigo’ (Capitão masculino, 37 anos de idade, 17 anos de polícia militar).

Teve um caso recente, na rua (nome da rua), em Vicente Pires, que a gente abordou um carro e só em abrir a porta do carro já sentia aquele cheiro de maconha, aí tinha três rapazes e duas garotas; aí a gente abordou os rapazes normal e deixamos as garotas num canto, daqui há pouco: ‘Tem uma policial feminina ali’. A gente não achou nada com os rapazes, não tinha nada. Com a primeira garota nada e chegou na segunda [garota] estava a bendita arma, a bendita arma! Ela [policial feminina] fez toda diferença (Tenente masculino, 25 anos de idade 4 anos de polícia militar).

Facilita e muito, em todos os sentidos. Eu mesma peguei uma ocorrência, no Cruzeiro, quando eu trabalhei... bem no início da carreira mesmo e a gente prendeu uma traficante que ela estava com uma quantidade enorme de drogas no corpo e os homens não podem fazer uma revista, então, ela estava extremamente tranquila quando chegou a viatura, o policial se identificou: ‘Boa noite’. E ela: ‘Boa noite’. E ficou de boa, e quando o oficial chamou “Aspirante” essa mulher tremeu e quando eu fiz a abordagem nela eu achei uma quantidade enorme... Então, assim, em diversas situações é muito importante ter uma policial feminina numa viatura, numa guarnição, entendeu? (Oficial superior feminina, 40 anos de idade, 17 anos de Polícia).

Segundo os casos acima, a principal função da mulher na polícia militar é abordar as mulheres que são suspeitas. Nessa função, o trabalho da policial faz toda a diferença quando está na rua. Porém, infere-se que o foco da atividade feminina, mesmo nas ruas, ainda permanece atrelado a um público específico, da mesma forma como ocorria na origem do policiamento feminino.

Consequentemente, esse raciocínio pode gerar a distinção de dois tipos de policiamento de rua: 1) O policiamento feminino que visaria sobretudo a abordagem de suspeitas femininas; e 2) O policiamento masculino que visa o combate real da criminalidade o “prender bandido”. Essa ideia pode ser verificada na resposta a seguir:

Na abordagem de mulheres, elas tem que estar presente, precisou de fazer uma abordagem em uma mulher, apalpar uma mulher pra ver se ela está armada etc.; agora ‘Vamos pegar um bandido? Aí... Aí não!’. Se tiver um Coronel aqui, vamos supor, e tiver um tiroteio ali ele vai falar ‘Vai você, você e você’. As mulheres ficam

de fora. Sempre foi assim e sempre vai ser (Sargento, 52 anos de idade e 33 anos de Polícia).

No discurso do sargento, percebe-se claramente uma separação entre trabalho masculino e trabalho feminino. Este deve ser direcionado na abordagem de mulheres suspeitas. Na percepção do sargento, “pegar bandido” sempre foi e sempre será” trabalho do efetivo masculino. Dessa forma, mesmo quando a mulher está na rua, exercendo o trabalho operacional, novamente, seu trabalho pode estar associado a uma “ajuda” ou auxílio e não como uma atividade tão importante como a do policial masculino. Essa mesma ideia foi ressaltada por outros policiais durante os grupos focais e as entrevistas:

A PFEM te ajuda, auxilia, e até a inteligência da mulher, a esperteza da mulher, ajuda na evolução da polícia militar tanto administrativamente como operacionalmente na rua. Tem vários quartéis que estão melhorando com a presença da policial feminina. Então, é muito importante. A melhoria da sensibilidade da Polícia ter aumentado, porque antigamente a gente não via (Tenente masculino).

O objetivo das mulheres é dar mais sustentação no serviço porque toda gangue que se preza tem um de menor e uma mulher, quem carrega a arma e a droga é o de menor e uma mulher. E aquela mulher não pode ser abordada por um homem e o de menor não é preso (Tenente masculino).

[A presença da policial feminina] É irrelevante. Irrelevante no sentido de ajudar a guarnição da polícia militar. Porque tem justamente a questão da policial, por uma questão de gênero, numa abordagem a uma mulher, numa situação que talvez envolva uma criança, que certamente a presença feminina vai ajudar. *Mas assim, vai ajudar, é a grande solução? Não, não é* (Coronel).

Perceber-se que mesmo quando as mulheres são identificadas como personagens importantes para a instituição, pois atuam nas ruas abordando mulheres suspeitas, pode ainda haver ressalvas em relação ao policiamento feminino como nos relatos acima, nos quais o trabalho feminino foi associado a uma complementação que “ajuda”, mas não é “a grande solução”. Nos relatos a seguir, outras ressalvas foram feitas em relação ao policiamento feminino:

Eu falo por experiência, eles [meliantes] vão sempre focar na mulher. Estava eu e a policial feminina e fizemos uma prisão, estava eu e a policial somente, em cima de mim não veio ninguém, mas os caras foram confrontar ela fisicamente, dar porrada, e a

gente só não se complicou muito, porque, infelizmente, naquele momento ali eu fui obrigado a sacar a arma e atirar. Respondi por isso, mas se eu não tivesse feito isso a gente teria apanhado ali... Eu vi que ia dar merda porque ela pegou e sacou a arma, e pra ela não fazer eu mesmo fiz... pelo menos eu sabia onde atirar e como atirar, porque ia abrir como realmente abriu. A gente errou no princípio básico, primeiro da superioridade numérica e segundo, o pessoal viu aquela mulher ali como uma parte mais fraca (Capitão, 37 anos de idade, 17 anos de Polícia)

Você dentro da viatura e tendo uma mulher na guarnição... Naturalmente [os policiais] vão se preocupar mais com aquela mulher até pelo cuidado, da proteção, e de saber que, muitas vezes, você é muito melhor dependendo do nível de trabalho dela, do profissionalismo, como alguns homens que eu conheço; *mas é natural do policial, até mesmo pela função dele de ser zelador, cuidador, ter determinadas precauções com o elo mais vulnerável da corrente, o que tira um pouco do foco total da ocorrência* (Capitão, 37 anos de idade, 17 anos de polícia militar).

Então, uma mulher faz a diferença; mas, às vezes, é preciso certos homens... Infelizmente são muitos os casos que as mulheres não tem prática com a rua e é necessário uma equipe de policiais homens *não para garantir a segurança na rua, mas para garantir a segurança da mulher, da PFEM* (Tenente, 25 anos de idade 4 anos de Polícia).

Eu sempre trabalhei em rua e tal... Eu acho o seguinte, e não quero que vocês fiquem chateadas comigo... Mas tem hora que [a presença feminina] atrapalha, porque além da gente se preocupar com terceiros e com nós, *também temos que nos preocupar com elas. É o instinto paternal. Elas possuem limitações físicas, não dá para comparar a força delas com a minha* (Sargento, 52 anos de idade e 33 anos de Polícia).

Em todos os relatos, a policial mulher foi apresentada como a parte mais fraca ou a mais vulnerável da situação. No primeiro caso, o Capitão descreve que a presença feminina gerou o descontrole da ocorrência. Para ele a mulher policial, “a parte mais fraca”, não demonstrou ser uma ameaça aos meliantes. O policial, por outro lado, se apresentou como o herói de toda situação, aquele que resolveu os problemas advindos com a presença não intimidadora da colega. Infere-se a sua condição feminina não representa uma ameaça durante o trabalho de rua, característica importante para essa atividade, e, por isso, a presença feminina foi um dos principais “erros” da abordagem descrita.

No segundo, terceiro e quarto relatos, a mulher é pensada também como a parte mais fraca, como um sexo frágil, que precisa de atenção e cuidado. Pode-se inferir que, ao

atuarem juntos, o policial masculino – parte forte – é levado, naturalmente, pela sua condição, a zelar, cuidar e proteger a policial mulher; por conseguinte, a presença desta, novamente, pode ser um erro e, assim, atrapalhar o trabalho do efetivo masculino que tem como função zelar, cuidar e proteger a sociedade. Infere-se também que nos quatros relatos, as mesmas características associadas a condição feminina – delicadeza, sensibilidade, humanidade – utilizadas, anteriormente, para enaltecer a participação feminina na polícia, podem ser também utilizadas para deslegitimar a presença das mulheres na instituição.

Por outro lado, a policial feminina pode ser reconhecida e seu trabalho enaltificado, principalmente, quando o caráter repressivo da polícia está presente em sua prática. Assim, as atitudes e ações da policial feminina se assemelhariam às atitudes do “verdadeiro policial”. Nesse sentido, um capitão (37 anos de idade, 17 anos de corporação) explicitou: “Eu conheço excelentes policiais. *A policial Marine³⁵ é ‘caveira’.* *Ela levou muito tapa na cara.* Trabalhei com mulheres excelentes. Agora existem *algumas mulheres policiais que deixam aquela coisa de ser feminina demais atrapalhar, entendeu?*”. De acordo com o capitão, a feminilidade pode atrapalhar o serviço da policial feminina. Quanto mais sua atuação estiver de acordo com os códigos simbólicos da virilidade - *Ela levou muito tapa na cara* – mais excelência seu trabalho terá. Portanto, quanto mais eficiência a mulher policial obtiver no trabalho ostensivo e no combate à criminalidade, mais essa policial é valorizada e reconhecida

Nessa mesma direção, durante o grupo focal de sargentos, por exemplo, um policial, de 45 anos de idade e 23 anos de corporação, exaltou o comportamento de uma policial, porque ela “*matou um e baleou outro. Olha que coisa bonita! Manda pra Secretaria de Segurança e coloca isso em um mural e dá um elogio. Ela levanta a moral de qualquer polícia*”. Nessa resposta, as representações sociais que envolvem o trabalho por excelência do policial, aquele que deve ser reconhecido e valorizado, é o trabalho de combate à criminalidade e também o trabalho que utiliza o uso da violência: “*matou um e baleou outro*”. A partir do momento que uma mulher tem esse tipo de ação, ela deve, portanto, ser homenageada formalmente “*manda pra Secretaria de Segurança e coloca isso em um mural*”, pois executou um serviço digno que representa toda a instituição e, assim, pode estimular a todos também – “*levanta a moral de qualquer polícia*”. Assim, um

³⁵ Nome fictício

dos momentos no qual a presença feminina é mais valorizada na polícia ocorre quando as policiais internalizam o *ethos viril* durante sua atividade policial. Ou quando, a identidade policial feminina se assemelharia a identidade policial masculina constituída por valores como: heroísmo, coragem ou valentia.

Pode-se dizer, por contraste, que as atividades que não se encontram no rol do trabalho de combate ao crime podem constantemente ser desconsideradas ou desprestigiadas dentro da corporação. Conseqüentemente, o trabalho feminino que se encontra na atividade-meio, burocrática, e não na atividade-fim, pode ser considerado irrelevante. Seguindo esse raciocínio, as mulheres policiais não estariam, portanto, exercendo a atividade “verdadeiramente policial”. Essa ideia foi apresentada por homens e mulheres policiais como justificativa para a resposta “a entrada da mulher na polícia não trouxe mudança na instituição?”, conforme podemos verificar na tabela a seguir:

Tabela 3 - Principais razões apresentadas por policiais femininos e masculinos que afirmaram “as mulheres não trouxeram mudança para a instituição”

Principais razões apresentadas foram	Total
A existência de igualdade entre os sexos na instituição	50%
O não exercício da atividade-fim pelas mulheres	37%
A limitação feminina na função policial	18%
Não percepção de diferença	5%
A rigidez na estrutura da PM impossibilita mudança	1%

Fonte: Pesquisa Nevis – “Identities Profissionais e Práticas Policiais”

Dos 29% que responderam no questionário “a entrada da mulher na polícia não trouxe mudança na instituição”, 37% justificaram que a razão para isso está no fato dessas profissionais não exercerem a atividade-fim, conforme podemos ver na tabela acima. Dessa forma, a categoria “O não exercício da atividade fim pelas mulheres” incluiu respostas como: “essas profissionais, na esmagadora maioria, não exerçam atividades fins, são meras secretárias”, “[entrada de policiais mulheres] não foi significativa para o trabalho operacional”, “acredito que a ideia de ter policial feminina na corporação seria de grande valia se estas fossem aplicadas no serviço de rua, coisa que infelizmente é feita na minoria das vezes”.

Infere-se que aquelas/es que afirmaram que *a entrada da mulher não trouxe mudança na instituição, porque elas não encontram-se no exercício da atividade-fim*, indicam que uma verdadeira mudança poderia ocorrer caso elas estivessem atuando na atividade operacional, ou seja, a atividade que realmente representa a polícia militar. É possível sugerir que o trabalho feminino é desvalorizado, na medida em que ele se afasta do trabalho de rua, ostensivo.

3.3.2. “Aqui ninguém tem sexo”: o discurso de igualdade entre homens e mulheres na PMDF

O trabalho feminino e o papel da mulher também podem ser apresentados como sendo os mesmos do homem. As representações sociais que associam o papel da mulher na polícia ao papel do homem será discutida, nesse tópico, como “o discurso de igualdade”. Este pressupõe um tratamento igual dado a todas/os, promoção de cursos de reciclagem indiferenciada, ascensão na carreira com acesso irrestrito, procedimentos de punição e reconhecimento padronizados e atividades e funções uniformes para mulheres e homens policiais, conforme apontou o estudo de Cappelle et al. (2002).

O discurso de igualdade foi utilizado pelas/pelos policiais como justificativa para pergunta “*A entrada da mulher na polícia trouxe alguma mudança na instituição?*”, como se verifica na tabela 3, apresentada anteriormente.

A categoria “*A existência de igualdade entre os sexos na instituição*” foi construída com base em respostas como: “As mulheres desempenham as mesmas funções que os homens”; “Ao meu ver elas são tratadas como profissionais, não alterando a função da polícia militar”; “O sexo não influencia na tomada de decisão” “Acredito que os papéis são iguais”; “Hierarquia e disciplina são para todos”; e “Ela é profissional, recebe treinamento igual a todos”. Dos 29% (tabela 1) que responderam “*as mulheres não trouxeram mudança para a instituição*”, 50% (tabela 3) das/dos policiais justificaram que a razão para isso está na existência de igualdade entre os sexos.

Na parte qualitativa da pesquisa, também se verificou, nos discursos de homens e mulheres, de distintas patentes, a menção a igualdade de tratamento e de papéis dentro da instituição. Por exemplo, uma oficial superior (44 anos de idade e 20 anos de Polícia) descreveu o que mais lhe marcou quando entrou em sua carreira: “O Coronel falou assim

pra mim: ‘*Aqui ninguém tem sexo.*’ Então, o que marcou pra mim foi eu saber que eu estava entrando em uma instituição que não tinha sexo, então eu teria que ser como homem?”. Da mesma forma, um major masculino afirmou que o papel da mulher na corporação seria o mesmo do homem: “*Nós somos zeladores da Segurança Pública. Não existe distinção entre mulher e homem na Corporação. Nós somos zeladores e mantemos a Segurança Pública*”. Assim como um Coronel (de 24 anos de polícia militar) descreveu não haver conflitos entre o efetivo masculino e feminino na PMDF, pois o tratamento igualitário se sobrepunha a qualquer distinção:

Elas [as policiais] recebem as mesmas gratificações, têm os mesmos encargos, e já temos muitas tenentes-coronéis, maiores, muitos sargentos femininos que comandam os masculinos. Então, essa convivência nossa é muito tranquila. Isso é pacificado e mais dia, menos dia, nós vamos ter, como tivemos agora em Rondônia em que a Comandante Geral era uma mulher, isso aqui também vai ser.

Pode-se dizer que tanto os dados quantitativos como os dados qualitativos apresentam dois principais pressupostos nos quais se ancoram: 1) “Ser homem” ou “ser mulher” não interfere nas atitudes de um policial profissional; e 2) As dificuldades dentro da carreira do policial militar são independentes de “ser homem” ou “ser mulher”. Por isso, infere-se que afirmar haver uma igualdade entre homens e mulheres na polícia militar é também afirmar que o gênero da/do policial é apenas um mero detalhe, uma característica quase insignificante diante o mais importante: o “ser policial. Essas ideias também foram apresentadas como justificativas para a pergunta “*As mulheres enfrentam maiores dificuldades em sua carreira na instituição policial?*” como se pode verificar nas seguintes

As mulheres enfrentam maiores dificuldades em sua carreira na instituição policial. Você concorda?	Total	Feminino	Masculino
Sim	40%	75%	39%
Não	60%	25%	61%
	100%	100%	100%

tabelas:

Tabela 4 – As mulheres enfrentam maiores dificuldades em sua carreira na instituição policial?

Fonte: Pesquisa Nevis – “Identidades Profissionais e Práticas Policiais”

Na PMDF, 60% das/os policiais, responderam que as mulheres não enfrentam maiores dificuldades em sua carreira na instituição policial. Essa resposta foi indicada por 25% das policiais mulheres e por 61% dos policiais homens. Segundo essas/es, a igualdade de direitos e deveres dentro da instituição garante as mesmas oportunidades para mulheres e homens policiais na instituição, conforme se verifica na tabela a seguir:

Tabela 5 – Principais razões apresentadas por policiais homens e mulheres que afirmaram que “as mulheres não enfrentam maiores dificuldades em sua carreira”

As mulheres não enfrentam maiores dificuldades em sua carreira, porque	Total	Feminino	Masculino
Os direitos e deveres são iguais para todos	47%	42%	47%
As mulheres possuem privilégios	30%	23%	30%
As dificuldades são alheias ao sexo	26%	37%	25%
Há uma adequação do trabalho ao sexo	9%	5%	9%
Não percebeu nenhuma dificuldade	7%	8%	7%
A ascensão da mulher foi maior	3%	0%	3%

Fonte: Pesquisa Nevis – “Identidades Profissionais e Práticas Policiais”

Assim, 47% das/dos policiais afirmaram “as mulheres não enfrentam maiores dificuldades em sua carreira”, porque os “diretos e deveres são iguais para todos”. Essa categoria foi construída com base em respostas como: “Dados os princípios militares e a legislação, que não fazem distinção de gênero.”; “A mulher conquistou seu espaço.”; “Existem mulheres em todos os quadros da PM”; “Os critérios de agora são os mesmos para todos”; e “Mulheres possuem as mesmas oportunidades”.

Pode-se dizer ainda que o discurso de igualdade na corporação também está subtendido na terceira categoria de maior frequência (26%) da tabela 5: “As dificuldades são alheias ao sexo”. Esta categoria foi constituída com base em respostas como: “As mulheres são tão capazes quanto os homens”; “Elas possuem as mesmas atribuições”; “Trabalham igual os homens”; e “As dificuldades vem para todos”.

Apenas 6% das policiais, conforme apresentado pela tabela 1, afirmaram que “as mulheres não trouxeram mudança para a instituição”; no entanto, uma maior porcentagem de mulheres policiais, 25%, concordou com a afirmação “as mulheres não enfrentaram maiores dificuldades em sua carreira na instituição policial”, como se verifica na tabela 4. As principais justificativas apontadas por essas policiais referem-se às ideias de igualdade de tratamento e igualdade de papéis desempenhados como pode ser verificado na tabela 5, acima.

Dizer que há igualdade pode ser também uma forma de dizer que não há problemas com elas e nem com suas especificidades. Portanto, quando as policiais mulheres dizem que há igualdade na instituição, pode ser uma estratégia para afirmar que “dão conta do recado”. Por outro lado, assumir algum tipo de dificuldade específica pode ser também a afirmação, de certa forma, de uma fraqueza. Consequentemente, seria assumir que elas não deveriam estar ali, naquele trabalho, naquela atividade. Sobre isso, Fachinetti e outros (2015: 15) perceberam, a partir de seu estudo em âmbito nacional sobre as condições das mulheres nas polícias brasileiras, que

Existe um esforço, por parte das mulheres, de provar que elas são tão capacitadas quanto os homens, tendo o mesmo direito de serem policiais, no exercício de toda e qualquer função, inclusive operacionais (condução de viaturas, perseguição, abordagens, investigação, comando de operações, etc.). Esse esforço, na maioria das vezes, tem como resposta, por parte da instituição, que não existe espaço para “necessidades específicas”, ou “frescuras”, atribuídas ao gênero feminino, como por exemplo, a necessidade de sair do posto para ir ao banheiro trocar o absorvente. Nesse sentido, o discurso da igualdade é acionado para justificar um tratamento homogêneo, ainda que se torne prejudicial e opressor às mulheres.

Por isso, o discurso de igualdade pode invisibilizar as desigualdades de gênero e o sexismo presentes na instituição. Com esse discurso, torna-se difícil nomear e apontar as dificuldades que as mulheres, muitas vezes, encontram na instituição pelo fato de serem mulheres. Consequentemente, torna-se mais complicado discutir ou problematizar e, principalmente, combater aquilo que não está visível ou que não é, ao menos, percebido.

Com a afirmação de que há igualdade entre homens e mulheres na instituição policial, essas profissionais passam também a responder sozinhas por situações de dificuldades na carreira. Assim, a não percepção de uma estrutura discriminatória pode

permitir a culpabilização das próprias mulheres por não conseguirem ascender em sua carreira.

A proclamada igualdade entre os gêneros na Polícia também pode ser analisada como expressão do que as/os respondentes supõem como politicamente correto, no caso dos homens policiais, ou como uma estratégia para se legitimar na instituição, no caso das mulheres policiais, e menos algo que esteja sendo constatado na prática.

As representações sociais que apresentam o discurso de igualdade em seu bojo se contrapõem ao pequeno número de mulheres nas patentes oficiais ou no trabalho ostensivo. Além disso, tal discurso dificulta a problematização ou mesmo a discussão entre homens e mulheres policiais sobre as *barreiras sentidas e percebidas especificamente pelas mulheres* na instituição policial.

Além da ideia de igualdade entre homens e mulheres na corporação, outra resposta que pode invisibilizar as possíveis situações de desigualdades e a própria discussão desse tema dentro da instituição, refere-se à ideia de que as mulheres policiais são tratadas com privilégios e não com desigualdade. De acordo com a tabela 5, essa ideia foi a justificativa de 30% das/dos policiais que afirmaram “as mulheres policiais não possuem maiores dificuldades em sua carreira”. As policiais que concordaram com a afirmação anterior e utilizaram a justificativa do privilégio feminino correspondem a 23% das respondentes, enquanto os homens na mesma situação correspondem a 30%.

A categoria “As mulheres possuem privilégios” foi construída com base em respostas como: “Pelo contrário, a maioria está no serviço administrativo, pois tem medo de trabalhar na rua, são poucas as que gostam do serviço operacional”; “Geralmente estão em funções administrativas e quando vão para o serviço operacional sempre recebem apoio dos policiais masculinos”.

O discurso de igualdade e a ideia de privilégio se contrapõem ao pequeno número de mulheres nas patentes oficiais ou no trabalho ostensivo. Além disso, ambos podem dificultar a problematização ou mesmo a discussão entre homens e mulheres policiais sobre as *barreiras sentidas e percebidas especificamente pelas mulheres* na instituição policial. Essas barreiras, para Soares e Musumeci (2005), se relacionam à construção da credibilidade da policial feminina, ao combate de estereótipos, à prova do próprio valor, ao lidar com situações delicadas decorrentes da relação hierárquica superposta à de gênero,

entre outros³⁶. Não por acaso, grande parte dos estudos sobre a presença das mulheres, na polícia militar, apontam que ainda há uma reprodução dos padrões de dominação vigentes na sociedade (Calazans, 2003, 2004, 2005; Moreira, 2011; Musumeci; Soares, 2004; Soares; Musumeci, 2005; Souza, 2014). Essas pesquisas apontam que as policiais mulheres, na instituição, ainda desempenham funções tipicamente associadas ao mundo doméstico, além de serem desvalorizadas pelos colegas. Pode-se dizer que esses tipos de obstáculos ou barreiras não são oficialmente reconhecidos pela instituição, pois são sutis, invisíveis, informais e capilarizados no cotidiano, como afirmado por Bandeira (2004/2005). No entanto, são fatores que podem ser fortemente responsáveis pelas dificuldades que as mulheres policiais enfrentam dentro de suas carreiras.

O enfrentamento dos preconceitos associados aos estereótipos de gênero marcam a formação e o cotidiano das policiais femininas, conforme pode-se perceber pelo discurso de uma oficial (53 anos de idade e 28 anos de serviço):

Muitos [policiais] masculinos dizem: ‘Eu não quero ser mandando por mulher, não quero saber de mulher mandando em mim’. E a gente vai galgando postos e vai ter que mandar em alguém, mandar no sentido de ser chefe, comandar, estar junto, mas eles não pensam assim, ‘É uma mulher’. Então, na minha carreira a maior e mais forte dificuldade foi e é, ainda hoje em dia: o preconceito.

O preconceito relatado pela oficial acima não é uma novidade na corporação da capital. Na verdade, é um traço que permanece desde o primeiro contato entre homens e mulheres policiais com o início da formação mista entre homens e mulheres policiais, conforme já discutido.

No questionário, as mulheres policiais também afirmaram ter de lidar com o machismo na corporação. Na PMDF, 75% das mulheres afirmaram enfrentar maiores dificuldades em sua carreira do que os homens, conforme se observa na tabela 4 apresentada anteriormente. Dentre estas, 67% afirmaram que as dificuldades são

³⁶ São também fatores constituintes do conhecido “teto de vidro” que as mulheres enfrentam no mercado de trabalho. Este seria uma barreira invisível constituída por obstáculos que impediriam a ascensão das mulheres aos postos e às ocupações de melhores rendimentos (Cappelle et al., 2002). Não por acaso, as mulheres policiais afirmaram sentir se esforçar sempre mais que os homens policiais para serem reconhecidas no mesmo cargo ou patente.

decorrentes do machismo na sociedade e na instituição policial, conforme pode-se perceber na tabela abaixo:

Tabela 6 – Principais razões apresentadas por policiais homens e mulheres que afirmaram que “as mulheres enfrentam maiores dificuldades em sua carreira”

As mulheres enfrentam maiores dificuldades em sua carreira devido	Masculino	Feminino
Ao machismo na sociedade e na instituição	39%	67%
A fragilidade feminina (Sexo frágil)	43%	25%
Às múltiplas jornadas de trabalho	9%	32%
À inadequação da corporação às demandas das policiais femininas	13%	18%
À necessidade de superar os policiais nas tarefas	8%	24%
Ao assédio	2%	5%
À inadequação do trabalho para as mulheres	14%	3%

Fonte: Pesquisa Nevis – “Identidades Profissionais e Práticas Policiais”

De acordo com essas policiais as dificuldades em sua carreira ocorrem devido: “a sociedade machista que ainda não inseriu o papel da mulher em todos os campos de atuação.”; “A dificuldade de se impor como mulher em uma profissão eminentemente masculina”; “Ao preconceito dentro da própria polícia e a mulher tem que provar a todo momento que é tão capaz quanto o homem.”. A categoria “Ao machismo na sociedade e na instituição” foi construída com base em respostas como essas.

Visando superar o estigma de ser mulher em uma instituição historicamente masculina, as policiais oficiais a seguir descreveram como lidaram com as discriminações dentro da instituição:

Quando eu cheguei na Unidade fui eu e mais dois aspirantes, masculinos, e o Comandante falou ‘Vocês dois aspirantes entram, você espera aí fora’. Eu disse: ‘Porque vou esperar?’. Ele respondeu: ‘Porque você não é bem vinda aqui, aqui não é lugar para mulheres’. Enquanto meu colega tem que fazer A, eu tenho que fazer A ao quadrado, se eu fizer só o A, está pouco. Acho que na atividade de policiamento eu sou igualzinha a qualquer um deles, mas a gente sempre tem que estar à frente, nunca pode estar junto porque se estiver junto não está suficiente (Oficial superior feminina, 46 anos de idade, 28 de serviço).

Os homens não gostaram quando fomos trabalhar com eles. Não gostaram. Então foi uma experiência muito ruim. Assim, eles fizeram de tudo pra me tirar de lá. Eu não podia dar mole com eles... ‘Poxa eu vou tentar conquistar esse pessoal’. Eu conquistei eles na rua mesmo, né, era um serviço de 24 horas que a gente tirava de escala né? E era puxado, porque ficar 24 horas na rua, assim, em pé, em viatura, não podia almoçar direito, não podia tomar banho direito. ‘Eu vou me quebrar, mas eu vou conquistar esse pessoal’. Então foi assim, na área operacional mesmo e quando mandavam uma viatura pra determinado ponto eu chegava primeiro e ajudava e tal (Oficial superior feminina 40 anos de idade e 17 anos de Polícia).

A gente é cobrada pelo efetivo masculino: ‘Vocês estão aqui, ganham igual a gente, então tem que trabalhar igual a gente’. Então, a gente começa a se masculinizar, no sentido não físico da palavra, mas dos nossos atos, a gente começa a dizer ‘Não, eu vou agir como eu sei agir mesmo, eu sou durona, posso ser durona, estou fardada’. Então a minha abordagem vai ser muito parecida com a do masculino (Oficial superior Feminina, 53 de idade, 28 de serviço).

Segundo o primeiro relato acima, a policial feminina precisaria diariamente se “esforçar mais” ou “fazer melhor” do que os homens para ser reconhecida em seu ambiente de trabalho. Nessa mesma direção, outra oficial de 46 anos e 21 anos de serviço explicou: “Nós tivemos que provar que tínhamos capacidade, ou seja, tudo que os homens faziam a gente tinha que fazer melhor pra provar que a gente tinha condições de estar ali”. Essa mesma experiência foi descrita no segundo relato acima. Neste, a policial explica que o início do convívio com os policiais masculinos foi “ruim” e que “não podia dar mole com eles”. Assim, para provar que era tão capacitada quanto os homens, a policial deveria demonstrar um esforço extra: “quando mandavam uma viatura pra determinado ponto eu chegava primeiro”.

Nos três relatos acima, é possível perceber que o contato com o efetivo masculino foi, em algum momento, conflitivo: “você não é bem vinda aqui”; “eles fizeram de tudo pra me tirar de lá”; e “a gente é cobrada pelo efetivo masculino”. Infere-se assim, que, apesar de haver um aparato legal que garante a presença delas na polícia, essa presença ainda não é legitimada na prática. Nesse espaço, o personagem principal ainda é o policial masculino com seus símbolos e valores - heroísmo, virilidade, força – legítimos.

Por isso, as mulheres podem também sentir a necessidade de “masculinizar” suas atitudes para parecer mais “dura” e, assim, alcançar o respeito dos colegas, como descrito no último relato. Infere-se que “ter que se esforçar mais” ou ser “dura” são formas para lidar com as discriminações e estratégias para se alcançar o reconhecimento do Outro, a partir da projeção de uma imagem que ateste competência para exercer o trabalho policial. É, assim, a busca de uma identidade válida e de um pertencimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo da pesquisa foi ampliar a compreensão sobre o processo de construção identitária da policial feminina da polícia militar do Distrito Federal. Todavia, para poder discutir esse processo, foi fundamental discutir os significados sobre o “ser policial” para homens e mulheres policiais dessa instituição.

Ser policial é ter uma identidade, um lugar a qual se pertence. Conforme discutido no segundo capítulo, toda identidade é marcada pela diferença e, por isso, é constituída com base na alteridade. Assim, os atributos que definem a identidade, individual ou coletiva, são justamente aqueles que estão ausentes em outras. Nas representações sociais de homens e mulheres policiais, as características apontadas como importantes que diferenciariam policiais de paisanos referem-se aos “movimentos”, “porte”, “postura”, “desconfiança em relação ao outro”, inclusive, quando não estão à serviço. Infere-se, a partir das representações sociais das/os policiais que “ficar vigilante”, “fazer mil interrogações”, “ficar antenado” e “estar sempre alerta” são práticas que formam o *habitus* policial. Essas atitudes, ações, formas de pensar e sentir, foram apontadas por homens e mulheres policiais, tanto praças quanto oficiais, como elementos que marcam a distinção entre policiais e não-policiais. Esse “modo de ser” específico foi caracterizado, principalmente, pelos policiais masculinos praças como um “instinto”, “vocaçãõ”, que estaria “no sangue” de tão natural.

A identidade policial militar responde a um mundo institucional. As práticas de seus agentes são controladas por regras explícitas e implícitas, ditas e não-ditas. Por isso, mulheres e homens policiais de distintas patentes, ao se esforçarem para ajustar suas formas de agir, pensar e sentir de acordo com as exigências da instituição policial, afirmaram sentir-se diferentes, após a entrada na instituição, e, principalmente, distintos daqueles que não são policiais.

Pode-se dizer que “ser policial” é também a comunicação de um papel. Uma forma do indivíduo ter sua identidade reconhecida, ou seja, ter credibilidade social, é com a coerência entre o que se expressa e o papel que executa. Mulheres e homens policiais tanto praças quanto oficiais afirmaram sentir-se vigiadas/os e controladas/os em suas atitudes mesmo quando não estão fardadas/os. Ser policial é ser “uma pessoa comum entre aspas”, afirmou um soldado. Para esse policial, a comunidade sempre espera atitudes distintas

daquele que é policial, independentemente de estarem em serviço ou não. Infere-se que essa expectativa constante que existe em relação a sua postura dentro e fora da instituição é resultado do que elas/eles supõem ser a representação da polícia militar na sociedade: a representação da ordem e da moral social. Consequentemente, essa cobrança e vigilância em relação a sua imagem social foi identificada como uma característica significativa que distingue policiais de não-policiais, ou seja, uma marca identitária.

Para um mundo institucional ser interiorizado e, assim, um *habitus* ser constituído é crucial que os indivíduos internalizem os sentidos e os significados compartilhados naquela realidade. No entanto, esse não é um processo automático ou mecânico, pois o processo de interiorização ou internalização de um *habitus* só se realiza através da identificação. Sobre isso, um soldado, com 9 anos de experiência explicou: “*Se você não se identificar, pede pra sair mesmo, porque realmente é um trabalho diferenciado*”. Nessa direção, duas características principais da polícia militar foram apresentadas, por mulheres e homens policiais, como fatores de identificação com essa instituição. O primeiro refere-se aos valores voltados para o militarismo, como hierarquia e disciplina, e o segundo, ao uso da farda.

No entanto, a identificação com o militarismo não foi consensual entre as/os policiais. Valores voltados para o militarismo, foram apresentados por homens e mulheres policiais, em geral oficiais, como fontes de identificação com a polícia militar. Por contraste, durante o grupo focal de cabos e soldados, por exemplo, os valores voltados para o militarismo não foram destacados como uma motivação para a entrada na Polícia e nem como um elemento de distinção de um modo de ser específico. O militarismo foi associado à pouca autonomia de ação no cotidiano de trabalho das praças. A hierarquia militar é tida como uma característica que afasta as praças das decisões e, consequentemente, gera prestígio e *status* distintos na instituição. O militarismo foi, assim, o elemento da instituição que permite que as relações entre praças e superiores sejam assimétricas. Dessa forma, a/o policial praça pode sentir que não tem voz ou influência dentro da corporação. Por outro lado, percebe-se que as identificações positivas com relação ao militarismo, em sua maioria, referem-se às respostas dos policiais oficiais, justamente, os atores que ocupam as posições de comando e, consequentemente, de maior salário, prestígio e *status* dentro da instituição.

Além dos valores voltados para o militarismo, o uso da farda foi apontado com um forte símbolo de identificação com a profissão. O uso da farda produz orgulho e sensação de distinção, segundo as representações de homens e mulheres tanto praças como oficiais. No grupo focal com cabos, soldados e sargentos a farda foi representada como um símbolo que distingue policiais dos não-policiais (paisanos), mas também foi identificada como uma marca que transforma e transmuta aquele que a veste. As representações sociais sobre o uso da farda apareceram nas respostas como um dos elementos que transformam o indivíduo em um “policial de verdade”, em um *sangue cinza*. As/os policiais, em geral, afirmaram sentir-se distintos, diferentes, transformadas/os com o uso da farda. Nesse sentido, a farda, além de ser uma vestimenta em comum entre policiais militares, foi, principalmente, representada como símbolo identitário.

No entanto, nos discursos dos policiais masculinos, o uso da farda foi apresentado em correlação a um estado viril. Segundo um sargento masculino, a farda é como um “*manto sagrado em que até o covarde fica macho*”. Como *manto sagrado*, a farda é muito mais do que uma vestimenta. Ela possuiria, assim, um caráter divino que estaria acima do que é comum capaz até de transformar os indivíduos. Com ela, estes passariam de um lugar de descrédito social – o covarde – para um de prestígio e símbolo de status social positivo – o macho. Nessa direção, o “ser policial” se associa à característica ou ao estado de ser viril, tida como natural da masculinidade ou do mundo masculino.

A associação entre *uso da farda*, “*polícia de verdade*” e *combate ao crime* foi identificada nas argumentações formuladas para distinguir a polícia militar da polícia civil. Assim, sobretudo os policiais masculinos, em suas representações sociais sobre o trabalho policial, associaram a farda a um símbolo que marca a identidade do “policial de verdade”, ou seja, daquele que combate à criminalidade.

Nessa direção, se observou, em vários e distintos momentos das entrevistas e dos grupos focais, que o “policial de verdade” foi apontado, majoritariamente pelos policiais masculinos praças e oficiais, como aquele que está na rua, no trabalho ostensivo, e, principalmente, está “*agindo contra a criminalidade*”. Infere-se, portanto que, sobretudo, para os homens “o policial de verdade” seria aquele que se encontra nas atividades de rua e que apreende armas, drogas e, principalmente, prende criminoso. Esta atividade também foi apresentada como um dos momentos no qual eles sentem mais orgulho de sua profissão.

Observou-se também que nessas representações sociais, majoritariamente, o “ser policial” foi caracterizado por valores como “heroísmo”, “força”, “coragem”, “bravura”, “virilidade”, etc. Estes, por sua vez, constituem simbolicamente o mundo masculino e são tidos como naturais dos homens. Nessas representações sociais, o homem, naturalmente, estaria mais apto às atividades que podem requerer o uso da força.

A partir disso, é possível sugerir que o “verdadeiro policial” para a maioria dos policiais masculinos tem como função primordial o combate à criminalidade e tem o homem como seu protagonista principal. Dessa forma, essas representações sociais podem indicar que algumas identidades são mais importantes do que outras dentro da corporação. A identidade do policial reativo pode, assim, ser superestimada em detrimento da identidade do policial preventivo, por exemplo.

Portanto, infere-se que os valores como “heroísmo”, “força”, “coragem”, “bravura”, “virilidade”, ainda são muito mais fortes na construção identitária do policial militar do que aqueles que chamam atenção para a polícia preventiva. Conseqüentemente, a presença feminina na polícia militar pode ser considerada irrelevante e, assim, sua identidade policial pode ser deslegitimada. As representações sociais que correlacionaram o trabalho policial a valores do mundo masculino definiram a policial mulher como naturalmente mais “emotiva”, “amorosa”, “delicada”, “sensível”, “compreensiva”, “maternal” e, por conseguinte, opostas àquele mundo. Caracterizadas com esses valores, as policiais femininas foram consideradas, inclusive, um problema no policiamento ostensivo. Isso ocorreria, porque, para alguns policiais masculinos, elas não representariam uma intimidação aos meliantes, o que faria com que os policiais se preocupassem mais com a segurança delas – devido ao instinto protetor masculino – do que com a ocorrência.

Todavia, é interessante observar que a condição feminina com suas características específicas – sensibilidade, amorosidade, delicadeza, compreensão, propensão ao diálogo, etc. – também pode ser valorizada e enaltecida em outros contextos. A propensão ao diálogo seria uma dessas habilidades. Nessa direção, a policial mulher pode ser vista como aquela que se aproxima melhor da população e que também pode melhorar o ambiente interno da corporação – humanização. Nessas representações sobre o trabalho policial, as mulheres são caracterizadas a partir de qualidades ou características próprias e naturais que

resultariam em habilidades, em um “jeito” ou “tato” para lidar com situações como ninguém.

As representações sociais que trazem essa ideia em seu bojo foram verificadas, nos discursos das policiais femininas e dos policiais masculinos. Nesses discursos, a presença feminina garantiria novas práticas de policiamento e novas rotinas no trabalho que melhorariam o serviço, como um todo, da corporação. A partir dessa representações, infere-se que: 1) Aqueles/as que valorizam o trabalho preventivo de policiamento, conhecido como policiamento comunitário, podem acreditar que a incorporação do efetivo feminino na polícia militar melhoraria o serviço externo com a comunidade; e 2) Aqueles/as que caracterizam um ambiente predominantemente masculino como um ambiente “duro”, “seco”, “truculento”, “rípido”, podem acreditar que a incorporação do efetivo feminino na polícia militar “suaviza” ou “humaniza” o ambiente interno da corporação. Essas representações sociais foram utilizadas para justificar a importância da presença feminina na polícia militar. Todavia, verifica-se que essas representações são constituídas por um discurso que essencializa ou naturaliza tanto o papel da mulher como o papel do homem dentro da polícia.

O trabalho e a presença feminina também foram valorizados e enaltecidos quando estão diretamente relacionados à atividade-fim, através das abordagens às suspeitas femininas. As representações sociais sobre o trabalho feminino na polícia indicaram que, nessa função, as mulheres são identificadas como essenciais para o “trabalho de rua”. Essas representações sociais foram identificadas nos discursos tanto dos homens como das mulheres policiais. Todavia, o foco da atividade feminina, mesmo nas ruas, ainda pode permanecer atrelado a um público específico, da mesma forma como ocorria na origem do policiamento feminino. Se observou também, nos discursos masculinos, que esse raciocínio também pode resultar na distinção de dois tipos de policiamento de rua: 1) O policiamento feminino que visaria, sobretudo, a abordagem de suspeitas femininas; e 2) O policiamento masculino que visaria, sobretudo, o combate real da criminalidade, o “prender bandido”. Sugere-se, portanto, que, quando o “trabalho de verdade” do policial está relacionado tanto ao combate da criminalidade quanto ao *ethos* viril, a identidade policial feminina ainda não é plenamente aceita. Assim, se nas representações sociais sobre o “ser policial” a figura central for a masculina, devido aos códigos simbólicos da

virilidade, novamente pode haver uma distinção valorativa entre o policiamento realizado pelos homens e o policiamento realizado pelas mulheres.

Infere-se que a identidade policial feminina para ser plenamente aceita deve romper com a feminilidade. Ou seja, a identidade feminina na polícia quando associada a uma condição natural pode ainda não ser plenamente reconhecida, pois não rompe com sua condição natural. Para ser reconhecida como “policial de verdade”, o *ethos* viril deve se estender até a identidade policial dessas mulheres. Assim, a policial feminina também pode ser superestimada quando a policial, no trabalho ostensivo, em suas ações e práticas segue os preceitos da virilidade – “*Ela matou um e baleou outro. Olha que coisa bonita!*”.

Infere-se, portanto, que há um imaginário predominante entre os policiais masculinos, tanto das praças como do círculo dos oficiais, que associa o “ser policial”, ou seja, a identidade policial às práticas do policiamento ostensivo de combate ao crime. Essas representações sociais tendem a valorizar positivamente a identidade policial reativa, atrelada aos símbolos da virilidade, força, heroísmo, coragem, em detrimento da identidade policial preventiva, atrelada ao diálogo, comunicação e aproximação, signos da feminilidade.

As mulheres podem sentir esse imaginário nas dificuldades em serem plenamente aceitas. Segundo as policiais femininas, desde o início dos cursos mistos, elas precisam provar na prática que merecem estar ali. Isso significa “fazer como os homens” ou fazer melhor do que eles para provar que também possuem capacidade e condição de estar ali. Pode-se dizer que mesmo atualmente, após 20 anos da unificação dos quadros da polícia militar do Distrito Federal, as mulheres ainda podem enfrentar dificuldades na carreira por não trazerem as marcas da virilidade e da força.

Por outro lado, há nas representações sociais de homens e mulheres policiais um discurso que iguala: 1) o tratamento dado às mulheres e aos homens na PMDF; e 2) o papel da policial feminina com o do policial masculino na instituição. Infere-se que os principais pressupostos nos quais se ancoram o discurso de igualdade são: 1) “Ser homem” ou “ser mulher” não interfere nas atitudes de um policial profissional; e 2) As dificuldades dentro da carreira do policial militar são independentes de “ser homem” ou “ser mulher”. Por isso, sugere-se que a afirmação de igualdade entre homens e mulheres na polícia militar é também a afirmação de que o gênero da/do policial é apenas um mero detalhe, uma característica

quase insignificante diante o mais importante: o “ser policial. Conseqüentemente, pode-se dizer que as diferenças entre homens e mulheres na polícia tornam-se invisibilizadas.

Inferese também que a ideia de igualdade entre homens e mulheres pode ser uma forma das mulheres policiais se afirmarem na instituição. Portanto, quando elas afirmam que há igualdade na corporação, elas estão, na verdade, afirmando que “dão conta do recado” e, portanto, que não há problemas com elas e nem com suas especificidades. Por isso, sugere-se que a afirmação de igualdade na instituição, pelas mulheres, pode ser a busca de uma identidade válida como a dos homens policiais.

Portanto, inferese que as mulheres na PMDF constroem sua identidade policial quando: 1) reafirmam o discurso que naturaliza suas práticas e sua função e, assim, justificam seu trabalho e seu papel, na corporação, a partir de uma condição que somente elas teriam; 2) afirmam sua importância a partir das abordagens realizadas às mulheres suspeitas e, assim, relacionam suas atividades atuais ao policiamento feminino original; 3) reafirmam o discurso de igualdade e, assim, negam suas especificidades; e 4) negam a situação de igualdade e, assim, sentem que precisam estar sempre provando sua capacidade ou mesmo se esforçando ou trabalhando mais que os homens policiais.

Todas essas formas de se buscar legitimidade são estratégias que buscam uma identidade válida. Todavia, é possível inferir também que a construção identitária da policial feminina permanece informada pela construção da identidade policial masculina baseada em valores como “heroísmo”, “força”, “coragem”, “bravura”, “virilidade”, etc. Assim, os processos que buscam uma identidade policial feminina válida e aceita são permeados por estereótipos de gênero fundados no senso comum. Esses estereótipos foram utilizados ora para enaltecer a presença e função feminina na polícia, ora para inferiorizar ou deslegitimar essa presença e função. Dessa forma, é possível perceber um caráter ambíguo que permeia tanto as representações sociais de homens e mulheres policiais como o processo de construção identitário das mulheres na polícia militar do Distrito Federal.

BIBLIOGRAFIA

BANDEIRA, Lourdes. **Mulheres Policiais**: Impactos da participação feminina nos quadros das Polícias Militares brasileiras Relatório Regional do Distrito Federal. Brasília, 2004/2005.

BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento: uma análise internacional comparativa**. S. Paulo, Ed. USP - Série Polícia e Sociedade 1. 2001

BERGER Peter; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: Edusp – Série Polícia e Sociedade 8, 2003

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc J. D. The purpose of reflexive sociology (the Chicago Workshop). In: **An invitation to reflexive Sociology**. P. 61 – 215. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **El sentido práctico de las cosas**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

_____. Sociologie Générale. Volume 1. Cours au Collège de France. 1981-1983. Seuil. Paris. 2015

BARBOSA, Luiz Coimbra. Cativando mentes e corações dos “**Guardiões da Ceilândia**”: as re-representações sociais do 8º Batalhão da PMDF. Dissertação de Mestrado: Departamento de Sociologia. Universidade de Brasília, 2016.

BRASIL, Glauécia Mota (org.). **A Face feminina da Polícia Civil**: gênero, hierarquia e poder. Fortaleza: EdUECE, 2008, 172p.

BRASIL, Glauécia Mota; FACHINETTO, Rochele Fellini. As polícias não têm rosto de mulher: invisibilidade e luta por reconhecimento. **O público e o privado**. Julho/Dezembro, p. 143 – 161, n.28, 2016.

CALAZANS, Márcia Esteves de. **A constituição de mulheres em policiais**: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul. 2003. 127 f. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Instituto de Psicologia. Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. Mulheres no policiamento **ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n. 1: 142-150, 2004.

_____. **Polícia e gênero no contexto das reformas policiais**. La Salle - Revista de Educação, Ciência e Cultura, v. 10, n. 2, 2005.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves et al. **Representações das relações de gênero no espaço organizacional público**. RAP, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 253-275, mar./abr., 2002.

_____. O trabalho feminino no Policiamento Operacional: subjetividade, relações de poder e gênero na oitava região da polícia militar de Minas Gerais. **Doutorado em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte**, 2006.

CLAUDE, Dubar. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. 2005. Dreher, 2015.

COSTA, Arthur, MATTOS, Marcio Júlio S. e SANTOS, Layla Maria. **Os novos padrões de seleção da polícia militar do Distrito Federal**. Desigualdade e Diversidade- Revista de Ciências Sociais da PUC-RJ, nº 11, ago/dez, 2012.

DE OLIVEIRA, Márcio. O conceito de representações coletivas: uma trajetória da Divisão do Trabalho às Formas Elementares. **Debates do NER**, v. 2, n. 22, p. 67-94, 2012.

DREHER, Jochen. **The Social Construction of Power: Reflections Beyond Berger/Luckmann and Bourdieu**. Cultural Sociology, v. 10, n. 1, p. 53-68, 2015.

DUBAR, Claude. **A Socialização- Construção das identidades sociais e profissionais**. S. Paulo: Martins Fontes, 2005.

DURKHEIM, Emile. **Da divisão do trabalho social**. In: Durkheim, Émile. Durkheim – Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. **As regras do método sociológico**. 13 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

_____. **As formas elementares da vida religiosa**. In: Os pensadores. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FACHINETTO, Rochele Fellini et al. **Mulheres na Polícia Brasileira: relações de gênero e violência nas instituições de segurança pública**. 2015.

GOFFMAN, Erving. Erving. A representação do eu na vida cotidiana. **Tradução de Maria Célia Santos Raposo**. 19. Ed. – Petrópolis, Rj: Vozes, 2013.

JODELET, Denise. **Representações sociais: um domínio em expansão**. In: JODELET, D. (Org.). As representações sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17- 44.

MARTINS, Carlos Benedito. Notas sobre a noção da prática em Pierre Bourdieu. **Novos estudos**, n. 62, p. 163-181, 2002.

MONJARDET, Dominique. **O Que Faz a Polícia**. São Paulo: EDUSP, 2003.

MONTEIRO, Claudio Dantas. **O atendimento ao público no balcão de uma delegacia:** um estudo sobre o serviço da Polícia Civil do Distrito Federal. (2013).

MOREIRA, Rosemeri. **A participação de mulheres na construção da “Polícia Feminina” no Brasil – 1940/1950.** I Jornadas CINIG de Estudios de Género y Feminismos Teorías y políticas: desde El Segundo Sexo hasta lós debates actuales. 29 y 30 de Outubro de 2009.

_____. O discurso maternalista e a construção da “polícia feminina”: dominação simbólica, negociação ou ressignificação. **Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, 2010.

_____. **Sobre mulheres e polícias:** a construção do policiamento feminino em São Paulo (1955-1964). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2011.

MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em psicologia social. In: **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Vozes, 2009.

MUSUMECI, L.; SOARES, B. M. **Polícia e gênero:** presença feminina nas PMs brasileiras. Boletim Segurança e Cidadania, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, abr. 2004.

MUNIZ, Jacqueline. **Ser policial é sobretudo uma razão de ser:** cultura e cotidiano da polícia militar do Rio de Janeiro. Tese de doutorado. Mimeo. IUPERJ, 1999.

PONCIONI, Paula Ferreira. **Tornar-se policial:** a construção da identidade profissional do policial no Estado do Rio de Janeiro. 2003. Tese de Doutorado.

Portaria do Estado Maior do Exército, de 16 de junho de 1977, capítulo III, item 22.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Violência, democracia e segurança cidadão:** o caso das polícias no Distrito Federal. Brasília: Verbana Editora, 2017.

_____. **Sociologia da Violência:** do Conceito às Representações Sociais. Brasília: Verbana Editora, 2010.

_____. Diferença e identidade como representação social. **CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WEBER, Silke; DWYER, Tom. Desigualdade, diferença e reconhecimento.** Porto Alegre: Tomo Editorial, p. 35-48, 2009.

_____; COSTA, Arthur TM. Códigos de Deontologia Policial no Brasil e no Canadá: análise dos documentos e representações sociais. **Coleção Segurança com Cidadania**, v. 1, p. 57-82, 2009.

ROSA, Alexandre Reis et al. “Corpo e alma” nas organizações: um estudo sobre dominação e construção social dos corpos na organização militar. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 2, p. 194-211, 2010.

SADEK, Maria Teresa. Delegada: doutora e policial. **Delegados de Polícia**. São Paulo: Editora Sumaré, 2003.

SANTOS, Clara. A construção social do conceito de identidade profissional. **Interações**, v. 5, n. 8, 2005.

SANTOS, José Vicente Tavares dos et al. **Configurações e obstáculos**: as mulheres na segurança pública. Rev. bras. segur. Pública. São Paulo v. 6, n. 2, 312-335 Ago/Set 2012.

Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). **Mulheres nas instituições de segurança pública**: estudo técnico nacional / Secretaria Nacional de Segurança Pública. – Brasília BV: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013a.

Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). **Pesquisa perfil das instituições de segurança pública**. – Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013b.

_____. A particularidade do processo de socialização contemporâneo. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 17, n. 2, p. 336, 2005.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, Maio, n. 20, 2002.

SICA, Alan. Social Construction as Fantasy: Reconsidering Peter Berger and Thomas Luckmann's The Social construction of Reality after 50 Years. **Cultural Sociology**, v. 10, n.1, p. 37-52, 2016.

SILVA, Gilvan Gomes da. **A Lógica da polícia militar do Distrito Federal na Construção do Suspeito**. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

SIRIMARCO, Mariana. A vida com farda: a vestimenta policial como relato institucional em disputa. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, jun., pp. 31-43, 2013

SOUZA, Marcos Santana de. **Sou policial, mas sou mulher**: gênero e representações sociais na polícia militar de São Paulo / Marcos Santana de Souza. – Campinas, SP, 2014.

SOARES, Barbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres policiais**. Presença feminina na PM do Rio de Janeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

TRINDADE, Arthur; PORTO, Maria Stela Grossi. **Controlando a atividade policial**: uma análise comparada dos códigos de conduta no Brasil e Canadá. **Sociologias**, v. 13, n. 27, 2011.

VERA, Hector. Rebuilding a Classic: The Social Construction of Reality at 50. **Cultural Sociology**, v. 10, n. 1, p. 3-20, 2016.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (Org.) **Weber Sociologia**. São Paulo: Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1986.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, p. 7-72, 2000.

ZANATTA, M. S. Nas teias da identidade: contribuições para a discussão do conceito de identidade na teoria sociológica. **Perspectiva**, v. 35, n. 132, 2011.

ANEXOS

Anexo 1 – Questionário

Pesquisa Nevis/UnB: “Identidades Profissionais e Práticas Policiais”

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	
Pesquisa: Identidade Profissional e Práticas Policiais	
Coordenadora: Professora Doutora Maria Stela Grossi Porto	
Questionário nº: _____	Data: ____/____/____

I. DADOS PESSOAIS

1. Data de Nascimento	
□□ / □□ / □□□□	
2. Sexo	
<input type="checkbox"/> Masculino	<input type="checkbox"/> Feminino
3. Cor da Pele	
<input type="checkbox"/> Amarela	<input type="checkbox"/> Branca
<input type="checkbox"/> Indígena	<input type="checkbox"/> Parda
<input type="checkbox"/> Preta	<input type="checkbox"/> Não declarado
4. Unidade da Federação (UF) onde nasceu:	

5. Caso não tenha nascido no Distrito Federal, há quanto tempo (em anos) reside no DF ou Entorno?	
_____ <input type="checkbox"/>	
6. Local de residência atual (RA ou município)	

7. Local de residência atual (UF)	

8. Tipo de residência:	
<input type="checkbox"/> Própria	<input type="checkbox"/> Alugada
<input type="checkbox"/> Funcional	<input type="checkbox"/> De favor
9. Estado Civil	
<input type="checkbox"/> Solteiro	<input type="checkbox"/> Casado/União Estável (mora junto)
<input type="checkbox"/> Separado (divorciado, desquitado)	<input type="checkbox"/> Viúvo
10. Possui dependentes?	
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
11. Caso tenha dependentes, informe quantos:	
_____ <input type="checkbox"/>	
12. Qual a sua orientação religiosa?	
<input type="checkbox"/> Católica	<input type="checkbox"/> Evangélica
<input type="checkbox"/> Espírita	<input type="checkbox"/> Afro-brasileira
<input type="checkbox"/> Não tem religião	<input type="checkbox"/> Outra
13. Se tem outra orientação religiosa, qual é?	

II. ESCOLARIDADE

14. Qual era seu grau de escolaridade quando ingressou na polícia?	
<input type="checkbox"/> Fundamental Incompleto	<input type="checkbox"/> Fundamental Completo
<input type="checkbox"/> Médio Incompleto	<input type="checkbox"/> Médio Completo
<input type="checkbox"/> Ensino Superior Incompleto	<input type="checkbox"/> Ensino Superior Completo
<input type="checkbox"/> Pós-graduação	

15. Qual é o seu grau de escolaridade atualmente?	
<input type="checkbox"/> Fundamental Incompleto	<input type="checkbox"/> Fundamental Completo
<input type="checkbox"/> Médio Incompleto	<input type="checkbox"/> Médio Completo
<input type="checkbox"/> Ensino Superior Incompleto	<input type="checkbox"/> Ensino Superior Completo
<input type="checkbox"/> Pós-graduação	
16. Em que ano você concluiu o ENSINO MÉDIO (2º GRAU)?	
	□ □ □ □
17. Em que ano você concluiu o ENSINO SUPERIOR?	
	□ □ □ □
18. Em que ano você concluiu a PÓS-GRADUAÇÃO?	
	□ □ □ □

III. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

19. Em que ano você ingressou na Polícia?	
	□ □ □ □
20. Qual o tempo de duração (em meses) de seu curso de formação policial?	
	□ □
21. O tempo de formação estava de acordo com as suas necessidades?	
<input type="checkbox"/> Sim, totalmente	<input type="checkbox"/> Sim, parcialmente
<input type="checkbox"/> Não, totalmente	<input type="checkbox"/> Não, parcialmente
22. Você realizou cursos OBRIGATORIOS para a progressão na carreira policial? (Ex: formação de cabos, de sargentos, CAS, CHOEM, CAO, CSP)	
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
23. Onde foram realizados os cursos OBRIGATORIOS?	
<input type="checkbox"/> Na PMDF	<input type="checkbox"/> Em outra instituição policial/forças armadas
<input type="checkbox"/> Ambas	
24. Os cursos OBRIGATORIOS contribuíram para um melhor desempenho de sua atividade?	
<input type="checkbox"/> Sim, totalmente	<input type="checkbox"/> Sim, parcialmente
<input type="checkbox"/> Não, totalmente	<input type="checkbox"/> Não, parcialmente
25. Você realizou cursos NÃO OBRIGATORIOS?	
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
26. Onde realizou os cursos NÃO OBRIGATORIOS?	
<input type="checkbox"/> Na PMDF	<input type="checkbox"/> Em outra instituição policial/forças armadas
<input type="checkbox"/> RENAESP	<input type="checkbox"/> SENASP/EAD
<input type="checkbox"/> Outra instituição não policial ou militar	
27. Se marcou "Outra instituição policial ou militar", informe qual:	
28. Se marcou "Outra instituição não policial ou militar", informe qual:	
29. Se realizou curso pela RENAESP, responda em qual universidade:	
30. Houve auxílio financeiro para a realização dos cursos NÃO OBRIGATORIOS?	
<input type="checkbox"/> Sim. Houve financiamento da própria Polícia Militar (bolsa, diárias, etc)	<input type="checkbox"/> Sim. Houve financiamento de outra organização
<input type="checkbox"/> Não. Fiz por conta própria	
31. Os cursos NÃO OBRIGATORIOS que realizou contribuíram para o melhor desempenho de sua atividade?	
<input type="checkbox"/> Sim, totalmente	<input type="checkbox"/> Sim, parcialmente
<input type="checkbox"/> Não, totalmente	<input type="checkbox"/> Não, parcialmente

IV. VIDA PROFISSIONAL

32. Em qual unidade você está lotado atualmente?	
<input type="text"/>	
33. Em qual região administrativa do DF você atua com mais frequência?	
<input type="text"/>	
34. Em que unidades da polícia você esteve lotado desde que se tornou policial? (Especifique cada unidade)	
<input type="text"/>	
35. Qual é a sua escala de serviço?	
<input type="checkbox"/> Expediente administrativo	<input type="checkbox"/> 12x60 horas
<input type="checkbox"/> 12x36 horas	<input type="checkbox"/> 24x48 horas
<input type="checkbox"/> 24x72 horas	<input type="checkbox"/> Outra escala
36. Se 'Outra escala', informe qual:	
<input type="text"/>	
37. Marque as principais tarefas que você realiza na semana de trabalho (Você pode marcar mais de uma alternativa).	
<input type="checkbox"/> Atendimento ao público	<input type="checkbox"/> Policiamento ostensivo
<input type="checkbox"/> Atividades de cartório	<input type="checkbox"/> Atividades de despacho
<input type="checkbox"/> Atividade administrativa interna - organização e gestão da unidade policial	<input type="checkbox"/> Reuniões com outras instituições
<input type="checkbox"/> Outra	
38. Se realiza "OUTRA tarefa", informe qual:	
<input type="text"/>	

V. AVALIAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA ATIVIDADE POLICIAL

39. Marque as principais motivações que o levaram a entrar na polícia (Você pode marcar mais de uma alternativa).	
<input type="checkbox"/> Influência de parentes	<input type="checkbox"/> Influência de amigos
<input type="checkbox"/> Estabilidade de um cargo público	<input type="checkbox"/> Salário
<input type="checkbox"/> Outra	
40. Se teve "OUTRA motivação", informe qual:	
<input type="text"/>	
41. O que o orienta em seu trabalho diário? (Marque as 3 principais alternativas)	
<input type="checkbox"/> Aprendizado obtido no curso de formação	<input type="checkbox"/> Experiência dos mais antigos
<input type="checkbox"/> Vivência e prática	<input type="checkbox"/> Normas e manuais de conduta
<input type="checkbox"/> Intuição e bom senso	<input type="checkbox"/> Conhecimentos adquiridos por conta própria
<input type="checkbox"/> Outra	
42. Se "OUTRA", informe qual:	
<input type="text"/>	
43. Quando se encontra em situações de risco, você: (Você pode marcar mais de uma alternativa)	
<input type="checkbox"/> Acredita que não tem proteção adequada	<input type="checkbox"/> Sabe distinguir o cidadão honesto do bandido
<input type="checkbox"/> Acredita que corre risco porque as estratégias de ação não são bem definidas	<input type="checkbox"/> Sabe se prevenir
<input type="checkbox"/> Sente que não teve treinamento adequado	<input type="checkbox"/> Acredita que corre risco por não confiar na qualidade de atuação da equipe
<input type="checkbox"/> Tem outro tipo de sensação	
44. Se você "tem OUTRO tipo de sensação", informe qual:	
<input type="text"/>	

45. Em sua opinião, o trabalho da polícia militar: (Marque uma única alternativa dentre as listadas abaixo)		
<input type="checkbox"/> Aproxima a polícia da sociedade	<input type="checkbox"/> Aumenta a desconfiança da sociedade em relação à polícia	
<input type="checkbox"/> É percebido pela sociedade como elemento fundamental na prevenção de crimes	<input type="checkbox"/> É percebido pela sociedade como atividade que satisfaz o desejo da sociedade por punição dos culpados	
<input type="checkbox"/> Atende aos anseios da sociedade por promoção de justiça		
46. Em sua avaliação, o que a sociedade espera do policial? (Marque uma única alternativa dentre as listadas abaixo)		
<input type="checkbox"/> Manutenção da ordem preservando os direitos humanos de todos os cidadãos	<input type="checkbox"/> Manutenção da ordem preservando os direitos humanos dos cidadãos de bem	
<input type="checkbox"/> Manutenção de lei e ordem	<input type="checkbox"/> Fazer o que tem que ser feito, ainda que não cumpra a lei	
47. Como você vê a polícia? (Marque uma única alternativa dentre as listadas abaixo)		
<input type="checkbox"/> Garantia de manutenção da ordem	<input type="checkbox"/> Mal necessário	
<input type="checkbox"/> Proteção para a comunidade	<input type="checkbox"/> Representante armado do Estado	
<input type="checkbox"/> Prestador de serviços	<input type="checkbox"/> Ameaça	
48. Em sua avaliação, a sociedade vê a polícia como: (Marque uma única alternativa dentre as listadas abaixo)		
<input type="checkbox"/> Garantia de manutenção da ordem	<input type="checkbox"/> Mal necessário	
<input type="checkbox"/> Proteção para a comunidade	<input type="checkbox"/> Representante armado do Estado	
<input type="checkbox"/> Prestador de serviço	<input type="checkbox"/> Ameaça	
49. Em sua avaliação, o que mais distingue o policial militar de outro cidadão não policial (paisano)? (Marque SIM ou NÃO em cada uma das alternativas abaixo)		
	Sim	Não
49.1. Preparo físico (força e resistência)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
49.2. Direito de prender.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
49.3. Sua personalidade (postura, valores), profissional.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
49.5. Direito de usar a arma.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
49.6. Natureza da sua atividade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
49.7. Direito de abordar pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
50. Quais são as diferenças do policial militar para o policial civil? (Marque SIM ou NÃO em cada uma das alternativas abaixo)		
	Sim	Não
50.1. Tipo de formação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
50.2. Disciplina	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
50.3. Natureza da atividade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
50.4. Hierarquia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
50.5. Conhecimento jurídico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
50.6. Salário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
50.7. Reconhecimento da sociedade (valorização)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
50.8. Desgaste da atividade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
51. Pelas funções que exerce, o policial militar é diferente do policial civil pelo fato de: (Marque SIM ou NÃO nas alternativas abaixo)		
	Sim	Não
51.1. Trabalhar sob pressão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
51.2. Exercer atividade de risco	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
51.3. Não receber o reconhecimento social que o policial civil tem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
51.4. Ter remuneração inferior	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
51.5. O trabalho estar mais sujeito à avaliação popular (ostensivo)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
51.6. A disciplina militar tirar a autonomia do policial militar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
51.7. A hierarquia militar ser muito mais rígida do que a do policial civil, também retirando autonomia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
51.8. Trabalhar mais diretamente com a comunidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
51.9. Não ter formação para a tarefa investigativa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

52. Para você, o exercício como policial significa: (Marque uma única alternativa dentre as listadas abaixo)

<input type="checkbox"/> Participar de uma guerra diária	<input type="checkbox"/> Participar de uma atividade de limpeza social
<input type="checkbox"/> Auxílio à comunidade para viver melhor	<input type="checkbox"/> Participar de uma atividade de pacificação social
<input type="checkbox"/> Participar de uma atividade de prestação de serviços	<input type="checkbox"/> Outro

53. Se você respondeu 'OUTRO', informe qual:

54. Quais são as maiores dificuldades para o trabalho do policial? (Você pode marcar várias alternativas)

<input type="checkbox"/> Baixos salários	<input type="checkbox"/> A população não confia na polícia
<input type="checkbox"/> Formação profissional deficiente	<input type="checkbox"/> Falta de infra-estrutura para o trabalho (colete, arma, munição, viatura)
<input type="checkbox"/> Estresse decorrente da tensão do trabalho	<input type="checkbox"/> A polícia não confia na polícia
<input type="checkbox"/> Falta de autonomia	<input type="checkbox"/> A polícia não confia na população
<input type="checkbox"/> A influência da política na polícia	

55. A entrada para a polícia mudou o seu modo de ser?

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

56. O que mudou?

57. Você se sente melhor agora do que antes?

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

58. Por quê?

59. Quais condições favorecem um bom trabalho policial? (Marque as 3 principais alternativas)

<input type="checkbox"/> Equipamento técnico adequado	<input type="checkbox"/> Bons salários
<input type="checkbox"/> Boa imagem pública	<input type="checkbox"/> Treinamento
<input type="checkbox"/> Auto-estima elevada	<input type="checkbox"/> Oportunidade de promoção na carreira
<input type="checkbox"/> Autonomia para o exercício da atividade	<input type="checkbox"/> Boa relação com a comunidade
<input type="checkbox"/> Outra	

60. Se você respondeu 'OUTRA', informe qual:

61. Na sua opinião, quais são as principais alternativas que caracterizam a atividade policial ("coisa de polícia")? (Você pode marcar mais de uma alternativa)

<input type="checkbox"/> Apreensão de drogas	<input type="checkbox"/> Atendimento emergenciais (ex: parto)
<input type="checkbox"/> Prisões em flagrante	<input type="checkbox"/> Apreensão de armas
<input type="checkbox"/> Controle de eventos de massa (estádios, manifestações e eventos)	<input type="checkbox"/> Contatos com a comunidade
<input type="checkbox"/> Investigação policial	<input type="checkbox"/> Abordagem de suspeitos
<input type="checkbox"/> Mediação de conflitos sociais (ex: briga de vizinhos)	<input type="checkbox"/> Outra

62. Se você respondeu 'OUTRA', informe qual:

63. Em sua opinião, quais são as principais medidas a serem adotadas para a redução da violência? (Marque as 3 principais alternativas)

<input type="checkbox"/> Melhor distribuição de renda	<input type="checkbox"/> Mais empregos
<input type="checkbox"/> Fim da corrupção policial	<input type="checkbox"/> Pena de morte
<input type="checkbox"/> Melhor sistema educacional	<input type="checkbox"/> Redução da maioridade penal
<input type="checkbox"/> Censura aos meios de comunicação	<input type="checkbox"/> Maior presença da polícia nas ruas
<input type="checkbox"/> Aplicação efetiva da lei	<input type="checkbox"/> Leis mais duras
<input type="checkbox"/> Lei seca	<input type="checkbox"/> Prisão perpétua

64. Em sua opinião, a valorização da atividade policial pela sociedade se manifesta por meio de:				
	Sim, totalmente	Sim, parcialmente	Não, parcialmente	Não, totalmente
64.1. Salários são compatíveis com a atividade que exerce o policial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
64.2. Confiança da população na polícia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
64.3. Bom tratamento e respeito da população para com os policiais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
64.4. Legitimação pela justiça das decisões tomadas pela polícia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
64.5. Percepção do policial como profissional não corrupto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
64.6. Destinação de verbas compatíveis com as necessidades da instituição policial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
65. Se houver "OUTRO tipo de manifestação", informe qual:				
<input type="text"/>				
66. Em sua avaliação, o policial é mais valorizado junto à:				
<input type="checkbox"/> População mais pobre		<input type="checkbox"/> População mais rica		
67. O que você considera como principal função do policial? (Marque uma única alternativa)				
<input type="checkbox"/> Manutenção da ordem preservando os direitos humanos de todos os cidadãos		<input type="checkbox"/> Manutenção da ordem preservando os direitos humanos dos cidadãos de bem		
<input type="checkbox"/> Manutenção de lei e ordem		<input type="checkbox"/> Fazer o que tem que ser feito, ainda que não cumpra a lei		
68. Você tem orgulho de ser policial?				
<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não		
69. Por quê?				
<input type="text"/>				
70. Você incentivaria seu filho a ser policial?				
<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não		
71. Por quê?				
<input type="text"/>				
72. Se você pudesse escolher:				
<input type="checkbox"/> Mudaria de profissão		<input type="checkbox"/> Continuaría policial		
73. Que cargo você ocupa na PMDF?				
<input type="checkbox"/> Coronel		<input type="checkbox"/> Tenente Coronel		
<input type="checkbox"/> Major		<input type="checkbox"/> Capitão		
<input type="checkbox"/> Tenente		<input type="checkbox"/> Aspirante		
<input type="checkbox"/> Sub Tenente		<input type="checkbox"/> Sargento		
<input type="checkbox"/> Cabo		<input type="checkbox"/> Soldado		
74. A entrada da mulher na polícia trouxe alguma mudança na instituição?				
<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não		
75. Por quê?				
<input type="text"/>				
76. De um modo geral, afirma-se que as mulheres enfrentam maiores dificuldades em sua carreira na instituição policial. Você concorda?				
<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não		
77. Por quê?				
<input type="text"/>				
78. Cite as 3 características mais importantes da atuação policial.				
<input type="text"/>				

Anexo 2 – Roteiro de entrevista e grupo focal

Pesquisa Nevis/UnB: “Identidades Profissionais e Práticas Policiais”

Versão final para Praças

Roteiro a ser usado para o grupo focal com soldados/cabos e sargentos

Metodologia:

A (o) Moderadora (o) do Grupo focal deverá agradecer a presença de todos (as); informar qual é o objetivo da pesquisa e explicar a metodologia de funcionamento do Grupo Focal que consistirá num “bate-papo” sobre aspectos relacionados à trajetória pessoal e profissional dos participantes. Deverá informar que não será registrado o nome de cada participante, pois o importante é o conteúdo de suas falas, por isto, para facilitar o registro será solicitada a autorização para gravação das falas. Em seguida, a (o) moderadora (a) se apresentará para os participantes, bem como apresentará os dois assistentes que ficarão responsáveis pelos registros escritos e controle do gravador.

É importante que, ao longo da realização do grupo focal, esteja disponível um lanche que pode ser disponibilizado, logo no início da atividade, como uma estratégia de “quebra-gelo” ou durante um intervalo no meio do período destinado à realização do grupo.

O grupo focal deverá ter duração média de 02 horas.

I - Perfil

- a) Cada participante deverá se apresentar informando sua idade, unidade policial em que atua, bairro ou cidade em que reside no DF, sua graduação/patente e tempo na corporação. **(rodada de apresentação)**
- b) Quais foram as tuas motivações para entrar para a Polícia?
- c) A entrada para a Polícia mudou o seu modo de ser?

II – Formação Profissional

- d) Durante o seu curso de **formação de soldados** o que mais marcou você? O que mais você lembra desta época?
- e) O que em sua formação policial, incluindo os demais cursos na instituição é aplicável a sua prática profissional nas ruas? *(abordagem, mediação, revista pessoal, abordagem em manifestações de massa e demais atividades fim).*
- f) E o que seria desnecessário?

III – Vida Profissional

- g) Em que região do DF você mais se sentiu realizado como policial e por quê? *(explorar o que foi identificado como positivo ou negativo).* Como se dava sua relação com a população? *(explorar qual era o trabalho desenvolvido com a população)*
- h) O que é mais cotidiano no seu trabalho?

- i) O que orienta o seu trabalho? Quais são suas referências? (curso de formação, sua experiência, a troca com os colegas, os manuais, protocolos, notas de instrução, etc.)
- j) Polícia é um trabalho como outro qualquer? Exige uma competência, que se aprende nos cursos ou é uma vocação com a qual já se nasce?
- k) É a cultura policial, o dia a dia do trabalho que melhor ensina o que é o trabalho de polícia. Você concorda? Por quê?
- l) Quais as competências para ser um bom policial?
- m) O que mais te dá medo e insegurança numa situação de risco? (*explorar o tema do stress policial e se há ou não serviço de psicologia na corporação*)
- n) Quais as dificuldades que você enfrenta no seu trabalho? (*explorar as relações de poder, influência política, influência dos superiores, dificuldade administrativa, o regulamento disciplinar, etc.*)
- o) Que dificuldades você enfrenta na carreira?
- p) O que mais causa stress?
- q) Que condições favorecem o “bom trabalho” policial?
- r) Você acha que em determinadas abordagens policiais a presença de uma policial feminina facilitaria ou atrapalharia? Poderia dar exemplos? (e pensando a instituição como um todo, qual seria o papel da mulher na Polícia?)
- s) Do jeito que a criminalidade e a violência aumentaram as leis **auxiliam** ou **atrapalham** o bom andamento do trabalho policial?
- t) Para fazer seu trabalho, o policial precisa ser violento? E em sua opinião, agindo ou não dentro da lei, o policial é sempre visto como violento?
- u) As abordagens policiais realizadas no Plano Piloto são muito diferentes daquelas feitas nas cidades satélites? Se forem diferentes, quais seriam estas diferenças? Por que elas existem?

IV – Valorização da atividade policial

- v) O que mais a população demanda do seu trabalho?
- w) Como a sociedade vê a Polícia?
- x) E você, como vê a sua polícia?
- y) Seus vizinhos e amigos sabem que você é policial?
- z) Em sua opinião, há alguma coisa que distingue o policial militar de outro cidadão não policial?
- aa) E o que distingue o policial militar do policial civil? (*equipe atenção a reação dos participantes com esta pergunta*)
- bb) Quando você tem orgulho de ser policial militar?
- cc) E em que situações você se sente prejudicado ou desprestigiado em ser policial militar? (*As duas perguntas (bb) e (cc) permitem explorar o tema da mídia, se não sair, é importante provocar o debate com a seguinte pergunta: “E se sair uma matéria de jornal, rádio ou TV?”*)

- dd) A associação de Cabos e Soldados (ou a Associação de Sargentos) ajuda o trabalho do policial? Se sim, de que forma?
- ee) Se você pudesse escolher mudaria ou não de profissão?
- ff) **Afinal, em sua opinião, o que é ser policial militar?**